



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

FERNANDA ALVES RIBEIRO PAZ

MERCADO DE TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL NOS  
GOVERNOS LULA E DILMA: ENTRE AMPLIAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

João Pessoa

2017

FERNANDA ALVES RIBEIRO PAZ

MERCADO DE TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL NOS  
GOVERNOS LULA E DILMA: ENTRE AMPLIAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Serviço  
Social da Universidade Federal da  
Paraíba, como requisito para obtenção do  
título de Mestre em Serviço Social.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria  
Costa Gomes

João Pessoa

2017

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

P348m Paz, Fernanda Alves Ribeiro.

Mercado de trabalho e condições de trabalho no Brasil nos governos Lula e Dilma : entre ampliação e flexibilização / Fernanda Alves Ribeiro Paz. - João Pessoa, 2017.

155 f. : il.

Orientação: Cláudia Maria Costa Gomes.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Mercado de trabalho - Brasil. 2. Capitalismo brasileiro. 3. Governo Lula. 4. Governo Dilma. I. Gomes, Cláudia Maria Costa. II. Título.

UFPB/BC

MERCADO DE TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL NOS  
GOVERNOS LULA E DILMA: ENTRE AMPLIAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Serviço  
Social da Universidade Federal da Paraíba,  
como requisito para obtenção do título Mestre  
em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria Costa  
Gomes.

APROVADA EM: 11 / 08 /2017.

BANCA EXAMINADORA



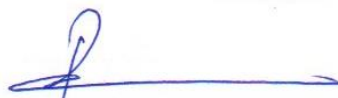
---

Prof.ª Dr.ª Cláudia Maria Costa Gomes (Orientadora)  
Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas e Letras  
Programa de Pós-graduação em Serviço Social



---

Prof. Dr. Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (Avaliador Interno)  
Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas e Letras  
Departamento de Serviço Social



---

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira (Avaliador Externo)  
Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas e Letras  
Programa de Pós-graduação em Sociologia

## **AGRADECIMENTOS**

A atividade acadêmica sempre me fascinou. A possibilidade de conhecer novos lugares e histórias me traz um prazer imenso e sei que nunca poderei me distanciar disso. Assim, vejo a universidade como um lugar mágico, que abre muitas possibilidades e visões...

A caminhada acadêmica, apesar de muitas vezes solitária, me possibilitou conhecer e conviver com muitas pessoas, sem as quais não poderia ter chegado a esse resultado ou ter aprendido tudo que aprendi ao longo do percurso. Talvez a chegada não seja tão importante quanto o caminho que percorremos até ela, pois o conhecimento se adquire no processo. Dessa forma, quero agradecer a todos que fizeram parte dessa caminhada.

Primeiramente, quero agradecer a minha orientadora, professora Cláudia Gomes, pessoa fundamental na construção desse trabalho, por me receber, transmitir seus conhecimentos, conselhos e apoiar-me ao compreender quando a pesquisa não pôde ser minha única atividade, e o trabalho passou a dividir com ela meu tempo.

Agradeço ao professor Roberto Vêras por participar da minha banca de qualificação e de defesa, contribuindo com muitas sugestões durante o processo de escrita desse trabalho, abrindo-me os olhos para elementos que passavam despercebidos.

Ao professor Marcelo Sitcovsky, por estar presente durante minha formação, pelo incentivo e por estar sempre disposto a contribuir com seus conhecimentos para a construção desse estudo, e também por fazer parte da minha banca de qualificação e defesa, agradeço.

Ao professor Wécio, que supervisionou meu estágio-docente na disciplina de Trabalho e Sociabilidade, por me receber de forma tão acolhedora e me deixar sempre muito confiante em minhas aulas e atividades com a turma.

À turma do estágio-docente, pelo carinho e acolhimento.

Agradeço a todos os professores que me acompanharam, me acolherem e me incentivaram durante todo o meu processo de formação, graduação, especialização e mestrado.

Aos grupos de pesquisa que me receberam e puderam contribuir de forma significativa para o meu processo de aprendizagem: Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET). Na UFPB sempre me senti em casa!

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, a professora Socorro, a Zilene e Sheila, sempre tão disponíveis, obrigada.

A nossa turma do mestrado que se tornou uma grande família ao longo do processo, e todos contribuíram, não só para este resultado final, mas para tornar a caminhada mais alegre.

Às amigas que contribuíram com discussões, leituras, dicas e incentivos: Ana Paula, Raquel, Sayonara, Maria do Socorro, Jéssica, Conceição, Emanuelle e Maria Jeremias.

Ao meu marido Marcelo, pessoa tão importante na minha vida, meu maior incentivador e apoiador em todos os momentos; com todo seu companheirismo, tem me acompanhado e me apoiado em toda minha formação. Obrigada por existir em minha vida!

Aos meus pais por todo apoio, carinho e incentivo.

Aos meus irmãos: Vilma, Carlos e Luiz Fernando (*in memoriam*), pelo carinho, incentivo e por existirem em minha vida.

A todos os familiares que torceram e acompanharam esse processo, compreendendo muitas vezes minhas ausências.

Por fim, agradeço ao CNPq pelo ano que me concedeu bolsa de pesquisa, sendo muito importante para minha inteira dedicação às atividades acadêmicas durante esse período.

*A vitalidade dos ideais e da utopia socialista se nutre diariamente das promessas não cumpridas do capitalismo e de sua impossibilidade estrutural para garantir o bem-estar das maiorias. (Atílio Baron)*

## RESUMO

A presente dissertação discute o mercado de trabalho e condições de trabalho no Brasil no período dos governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores à frente do Estado brasileiro, Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), analisando a relação entre a inserção no mercado de trabalho e condições de trabalho, com vistas a avaliar se a ampliação do mercado de trabalho existente, nesse período, conseguiu reduzir a precariedade e flexibilidade existentes no mercado de trabalho brasileiro. Trata-se de um estudo de natureza quali-quantitativa, sendo realizado através de análise bibliográfica e documental, além do uso de dados secundários. Para sua construção, partimos do estudo do trabalho assalariado, enquanto forma como se expressa a relação de compra e venda da força de trabalho no modo de produção capitalista, para chegarmos à particularidade da formação do mercado de trabalho brasileiro e sua ampliação nos governos petistas. A pesquisa irá apontar que houve uma ampliação do mercado formal de trabalho no país, embora a flexibilidade não tenha sido reduzida, possibilitando aumento da rotatividade da força de trabalho, explicitando a contradição que envolve essa conjuntura de expansão do assalariamento, da renda e do consumo, mas também da rotatividade e flexibilidade da força de trabalho enquanto fruto da conjuntura de reestruturação produtiva, que busca flexibilizar cada vez mais as relações trabalhistas para ampliar os níveis de lucratividade do capital.

**Palavras-chave:** Capitalismo brasileiro. Mercado de trabalho. Governos Lula e Dilma.

## **ABSTRACT**

This dissertation discusses the labor market and working conditions in Brazil in the period of the governments of the Workers Party, Lula (2003-2010) and Dilma (2011-2016), analyzing the relationship between labor market insertion and working conditions, in order to assess whether the expansion of the labor market that existed in this period was able to overcome the precariousness and flexibility existing in the Brazilian labor market. It is a qualitative-quantitative study, being carried out through bibliographical and documentary analysis, as well as the use of secondary data. For its construction, we start from the study of wage labor, as a way of expressing the relation of buying and selling of the labor force in the capitalist mode of production, to arrive at the particularity of the formation of the Brazilian labor market and its extension in the PT governments. The research will point out that there has been an expansion of the formal labor market in the country, although flexibility has not been overcome, allowing an increase in labor force turnover, explaining the contradiction that surrounds this conjuncture of wage, income and consumption expansion, but also of the rotation and flexibility of the workforce as a result of the productive restructuring conjuncture, which seeks to make labor relations increasingly flexible in order to increase the levels of profitability of capital.

**Key words:** Brazilian capitalism. Job market. Governments Lula and Dilma.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Brasil: trajetória do Gasto Social Federal, 1995-2010.....	80
<b>Gráfico 2</b> – Brasil: evolução do gasto com Assistência Social entre 2002-2015 (Em % do PIB).....	84
<b>Gráfico 3</b> – Brasil: saldo de operações de crédito do sistema financeiro para pessoas físicas - categorias selecionadas entre 2004 - 2012 (Em % do PIB).....	85
<b>Gráfico 4</b> – Brasil: rendimento mensal domiciliar per capita médio e mediano dos arranjos domiciliares residentes em domicílios particulares entre 2004 – 2014.....	86
<b>Gráfico 5</b> – Brasil: crescimento da renda domiciliar per capita mensal entre 2002 e 2014, nos diferentes segmentos de renda.....	88
<b>Gráfico 6</b> – Brasil: diferença entre o aumento da renda dos 50% mais pobres e dos 10% mais ricos.....	91
<b>Gráfico 7</b> – Brasil: evolução do número de empregos formais - 2003 a 2015.....	99
<b>Gráfico 8</b> – Brasil: remuneração média real em dezembro por sexo - 2003 a 2015.....	103
<b>Gráfico 9</b> – Brasil: taxa de desocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por regiões metropolitanas -2002 a 2016.....	105
<b>Gráfico 10</b> – Brasil: número de matrículas na educação superior (Graduação e Sequencial) - 2003-2015.....	107
<b>Gráfico 11</b> – tempo médio de emprego dos assalariados formais - Brasil e países selecionados - 2014 (em anos).....	113
<b>Gráfico 12</b> – Brasil: evolução da movimentação anual dos vínculos celetistas admitidos - 2002 a 2014 (em milhões de vínculos).....	114
<b>Gráfico 13</b> – Brasil: taxas de rotatividade global e descontada no segmento celetista do mercado de trabalho - 2002-2015 (em %).....	116
<b>Gráfico 14</b> – Brasil: taxa de rotatividade descontada dos celetistas segundo faixa etária - 2003 a 2014 (em %).....	119
<b>Gráfico 15</b> – Brasil: índice da evolução dos vínculos celetistas por situação em 31/12 no setor de Construção Civil - 2002 a 2014 (2002 = 100).....	124
<b>Gráfico 16</b> – Brasil: distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal - 2014-2015 (em %).....	127
<b>Gráfico 17</b> – Brasil: taxa de rotatividade descontada em atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes Brasil - 2007-2014 (em %).....	131

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Brasil: evolução do gasto social do Governo Central, 2002 a 2015 (em % PIB).....	81
<b>Tabela 2</b> – Brasil: distribuição dos empregos formais por setor de atividade econômica - 2009 a 2014 (em %).....	122
<b>Tabela 3</b> – Brasil: evolução da taxa de rotatividade dos vínculos celetistas, por setor de atividade econômica e tipo da taxa, 2003 a 2014 (em %).....	125
<b>Tabela 4</b> – Brasil: variação no emprego formal segundo setores da atividade econômica entre 2014-2015 .....	134

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CadÚnico	Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DISOC	A Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
DIMAC	Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas
DRU	Desvinculação das Receitas da União
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GAP	Grupo de Análise e Previsões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MLP	Modelo Liberal Periférico
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa brasileira

PIB	Produto Interno Bruto
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PO	População Ocupada
PBF	Programa Bolsa Família
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIDOR	Sistema Integrado de Dados Orçamentários do Governo Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 OFENSIVA DO CAPITAL E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL..	21
1.1 Trabalho assalariado e capital.....	22
1.2 Reestruturação produtiva e neoliberalismo: a ofensiva do capital sobre o trabalho.....	31
1.3 Desenvolvimento do capitalismo brasileiro e o mercado de trabalho..	42
2 AS ESTRATÉGIAS PARA A AMPLIAÇÃO DA RENDA E DO CONSUMO NOS GOVERNOS LULA E DILMA.....	57
2.1 As influências do Neodesenvolvimentismo.....	58
2.2 Os governos petistas: neodesenvolvimentismo brasileiro?.....	69
2.3 As estratégias dos governos Lula e Dilma para redução da pobreza e ampliação do consumo.....	78
3 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NA PRIMEIRA DÉCADA DE 2000: ENTRE A AMPLIAÇÃO E A FLEXIBILIZAÇÃO.....	94
3.1 Ampliação do mercado de trabalho no Brasil nos governos Lula e Dilma.....	95
3.2 Condições de trabalho: rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	146

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado, intitulada “**Mercado de trabalho e condições de trabalho no Brasil nos governos Lula e Dilma: entre ampliação e flexibilização**”, apresenta os resultados obtidos a partir do estudo do objeto de pesquisa: mercado formal de trabalho e condições de trabalho no Brasil, no período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016).

A delimitação desse objeto de pesquisa ocorreu em virtude do nosso interesse em estudar mercado e condições de trabalho, iniciado durante a graduação, quando apresentamos trabalho<sup>1</sup> de conclusão de curso relacionado à temática. A nossa participação na disciplina “A economia política brasileira e a hegemonia do Neodesenvolvimentismo<sup>2</sup>”, na Pós-Graduação, bem como nossa convivência com o Ciclo de Debates “A economia política brasileira e a hegemonia do Neodesenvolvimentismo”<sup>3</sup> acentuou ainda mais o desejo de adentrar no assunto por meio de uma pesquisa que nos possibilitasse discutir o período dos governos Lula e Dilma, assim como as suas determinações no campo político, econômico, social e também ideológico.

Assim, esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar e problematizar tendências explicativas sobre a relação entre a inserção no mercado de trabalho e condições de trabalho no Brasil, durante os governos gerenciados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), com vistas a avaliar se a ampliação do mercado de trabalho, existente nesse período, conseguiu reduzir a precariedade e flexibilidade existentes no mercado de trabalho brasileiro.

Tal objetivo foi traçado em virtude de algumas indagações que surgiram durante o processo investigativo: quais os significados e as consequências da

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso: “O Projeto Ético-político do Serviço Social: limites e desafios no exercício profissional”.

<sup>2</sup> Disciplina do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, lecionada pela professora Cláudia Maria Costa Gomes no período 2014.2.

<sup>3</sup> Ciclo de debates realizado no período de 20 a 21 de novembro de 2014, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET), em que Rodrigo Castelo proferiu a palestra intitulada: “O Neodesenvolvimentismo em Questão: crítica e ideologia”.

ampliação do mercado formal de trabalho brasileiro nos governos Lula e Dilma? Como tem se apresentado a questão do desemprego/inserção no mercado de trabalho nesse período? A ampliação do acesso ao mercado de trabalho acontece com vínculos estáveis? Foi possível reduzir a precarização existente desde sua formação? Tal ampliação aconteceu através de vínculos estáveis e com melhores condições de trabalho?

A partir dessas perguntas, foi construída a seguinte hipótese: apesar de ter havido uma maior inserção no mercado de trabalho no período dos governos Lula e Dilma, momento histórico de expansão do assalariamento, da renda, e mesmo de ampliação do mercado formal de trabalho, tal inserção acontece através de vínculos instáveis, não conseguindo reduzir a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro, que continuou tensionando os avanços alcançados nesse período, contribuindo para a ampliação da rotatividade da força de trabalho no país.

Ao nos debruçarmos sobre o tema da pesquisa, verificamos que a constituição do mercado de trabalho no Brasil se estabelece de forma diferenciada quando comparamos com os países de capitalismo central, pois a própria formação da força de trabalho tem início com a escravidão, e o país se insere no capitalismo de forma dependente e subalterna, assim, o mercado de trabalho brasileiro carrega alguns traços de precariedade.

O trabalho assalariado e sua proteção social se estrutura a partir de 1930, conformando o mercado de trabalho brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento do capitalismo no país.

O processo de industrialização brasileiro tem início no governo de Getúlio Vargas, com a transição da sociedade primário-exportadora para a urbano-industrial que ocorre sob a influência da Depressão de 1929 e a Revolução de Trinta. Sendo esse período o marco da regulação pública do trabalho no país, que ainda abrangia uma pequena parcela do contingente de trabalhadores.

As migrações internas promoveram uma grande oferta de trabalhadores nos centros urbanos, que não conseguiam ser absorvidos pelo mercado de trabalho ainda incipiente, contribuindo para o processo de exploração do trabalhador no país.

Considerando que a partir dos anos de 1970, com a reestruturação produtiva, o capitalismo tem se firmado cada vez mais na lógica da financeirização, e não da produção, como no período anterior, ocorre uma elevação da taxa de desemprego e o aprofundamento da desigualdade social, tornando ainda mais aguda as expressões da “questão social”.

No Brasil, mesmo sob as influências do período fordista, a flexibilidade e a precariedade do trabalho se mantiveram como uma espécie de herança da própria formação social do país (SANTOS, 2012), mas a partir da década de 1990, sob a égide do neoliberalismo, os espaços sócio-ocupacionais sofreram transformações, sendo forjados através de vínculos empregatícios precários, submetidos à lógica do mercado. Esse contexto foi categórico para gerar uma crise de desemprego no Brasil, que teve início nos anos de 1980 e persistiu até meados dos anos 2000.

A partir da eleição de Lula para Presidência da República (2002), houve uma maior inserção no mercado de trabalho, em decorrência tanto da política de governo adotada, quanto do próprio crescimento econômico alcançado nesse período, levando alguns analistas a acreditar que o país estaria vivendo um novo ciclo de desenvolvimento, comparando esse período com o nacional-desenvolvimentismo (1930-1980), denominando-o de neodesenvolvimentismo<sup>4</sup>.

Essa conjuntura nos trouxe algumas inquietações, nos levando a discutir os aspectos da realidade econômica, política e social do país e sua evolução no período dos governos petistas, e tem influência direta no comportamento do mercado de trabalho, podendo contribuir para a compreensão desse fenômeno no atual contexto sócio-histórico.

Assim, os eixos analíticos privilegiados nessa investigação foram: trabalho, capital, crise, neoliberalismo, reestruturação produtiva, mercado de trabalho, precarização, flexibilização e desenvolvimento econômico, os quais são considerados em todo o percurso desse estudo, na perspectiva de conhecer como tem se comportado o mercado formal de trabalho brasileiro no período dos governos Lula e Dilma.

---

<sup>4</sup> É importante destacar que o neodesenvolvimentismo é um conceito polissêmico, podendo ser compreendido a partir de diferentes correntes teóricas. Dessa forma, esse conceito será aprofundado ao longo desse trabalho.

Para analisar criticamente o objeto de pesquisa, do ponto de vista metodológico, tomamos como referência o método de investigação crítico dialético, o que nos exigiu o resgate dos fundamentos da sociabilidade capitalista, tendo o “trabalho” como categoria central neste estudo, atualizando por meio da conjuntura atual, marcada pela ampliação da flexibilidade e rotatividade que caracterizam o mercado formal de trabalho brasileiro no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

A escolha para apreender o real e problematizá-lo teoricamente, constituindo as mediações necessárias à explicação e análise do objeto deste estudo, exigiu uma pesquisa bibliográfica e documental. E é partindo dessas referências que se apresentam a escolha das fontes de pesquisa e a delimitação da base temporal para realização deste trabalho, que é o período que tem início com o primeiro mandato presidencial de Lula, em 2003, até o fim do mandato de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, com o processo de *impeachment*.

Metodologicamente, para realizar tal investigação, optou-se por uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, sendo realizada através de análise bibliográfica e documental, bem como a utilização de dados secundários disponíveis em meio eletrônico, como web sites e bancos de dados.

Para a realização deste trabalho, realizamos ainda uma pesquisa de caráter bibliográfico, através de uma revisão da literatura de autores estudiosos da conjuntura política do país e do mercado de trabalho nesse período, referências importantes nessa discussão, levando em conta os diversos posicionamentos, consensos e embates.

Realizamos, inicialmente, a revisão da literatura através da técnica de estudo, que tem como objetivo a seleção e coleta de informações mais relevantes sobre o tema estudado, em seguida, houve a produção de fichamentos. Além do levantamento bibliográfico e documental, também utilizamos dados secundários publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Banco Central do Brasil (BCB) e Oxfam.

Os dados quantitativos coletados nas referidas instituições passaram por uma sistematização e análise à luz do referencial teórico estudado, sendo apresentados ao longo da exposição. E sua interpretação orientada pela perspectiva da totalidade do objeto, através de uma maior aproximação possível da realidade, à luz da crítica da economia política.

Com vistas a alcançar os objetivos pretendidos, o nosso estudo partiu da universalidade à singularidade, em que buscamos estudar as categorias mais importantes para esse debate, analisando inicialmente o assalariamento dentro da tradição marxista, para chegar à inserção no mercado de trabalho no Brasil nos governos de Lula e Dilma.

Assim, nosso esforço teórico consiste na busca pela construção crítica acerca de como se deu a inserção no mercado de trabalho, no referido período, no âmbito da totalidade complexa do capitalismo contemporâneo, periférico e brasileiro. Com esse conjunto de dados da realidade, foi possível partir do geral ao específico, ou seja, aproximar-se da totalidade para situar nela o objeto de pesquisa e sua exposição.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado **Ofensiva do capital e mercado de trabalho no Brasil** foi subdividido em três seções. Na primeira seção, **Trabalho assalariado e capital**, iniciamos com a discussão de trabalho assalariado a partir da teoria de Marx, em que o trabalho se apresenta primeiramente como atividade criadora de valores de uso que satisfazem as necessidades humanas, mas que sob a determinação do capital, passa a ser atividade criadora de valores de troca, a ser apropriado pelo capitalista em troca de um salário que irá garantir a reprodução social do trabalhador. Assim, o trabalho assalariado trata-se de uma relação social estabelecida na sociedade capitalista, sendo a forma como se expressa a relação de compra e venda da força de trabalho.

Na seção seguinte, **Reestruturação produtiva e neoliberalismo: a ofensiva do capital sobre o trabalho**, apresentamos a discussão da reestruturação produtiva, enquanto estratégia do capital para ampliar seus níveis de exploração sobre a força de trabalho, que irá apresentar importantes inflexões para o mundo do

trabalho a partir dos anos de 1970, e o neoliberalismo, enquanto reação teórica e política contra a intervenção estatal na economia e o Estado de Bem-estar Social.

Na terceira seção, **Desenvolvimento do capitalismo brasileiro e o mercado de trabalho**, refletimos sobre a reestruturação produtiva para a realidade do mercado de trabalho formal brasileiro, que tem início com o processo de industrialização nos anos de 1930, mas não conseguiu experimentar os avanços promovidos pelo Estado de Bem-estar Social, produto do ciclo de expansão socioeconômica do capital, como nos países de capitalismo central. Assim, mostramos que a formação do mercado de trabalho brasileiro acontece sem que haja as reformas civilizatórias (agrária, tributária e social), e sem que sejam socializados os ganhos para a classe trabalhadora. Nessa seção, discutimos ainda o impacto da política neoliberal para o mercado de trabalho brasileiro, que irá padecer com a ampliação do desemprego e com a flexibilização das relações de trabalho promovidas pelos ajustes econômicos realizados nesse período.

Para fundamentar o nosso objeto de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, neste capítulo, priorizamos o referencial teórico clássico Marx (1996, 2010a e 2010b), e também aqueles que tratam do debate contemporâneo em torno da precarização do trabalho e mercado de trabalho: Antunes (2005, 2006, 2011), Alves (2007, 2014), Oliveira (2015), Pochmann (2006, 2008, 2010 e 2012), Harvey (1992 e 2013), Vasapollo (2005 e 2006), Druck (1995), Santos (2008) dentre outros.

O segundo capítulo, **As estratégias para a ampliação da renda e do consumo nos governos Lula e Dilma**, também foi subdividido em três seções. Na primeira seção, **As influências do Neodesenvolvimentismo**, apresentamos, inicialmente, o papel da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) com a teoria do desenvolvimento, que influenciou o processo de industrialização brasileiro a partir de 1930, e também serviu de inspiração para a conceituação dos governos conduzido pelo Partido dos Trabalhadores como neodesenvolvimentistas.

A segunda seção é intitulada **Os governos petistas: neodesenvolvimentismo brasileiro?** Nela expomos a discussão que tem início a partir da eleição de Lula para Presidência da República, a qual buscava traçar comparações entre o governo Lula e o período da história que ficou conhecido como

nacional-desenvolvimentismo (1930-1980), buscando estabelecer parâmetros entre esses dois períodos, apresentando os principais posicionamentos acerca dessa discussão.

E por último, na terceira seção, **As estratégias dos governos Lula e Dilma para redução da pobreza e ampliação do consumo**, apontamos as táticas adotadas pelos governos de Lula e Dilma para a ampliação do consumo e da renda, com a ampliação dos investimentos em políticas sociais, sobretudo com o alargamento dos programas de transferência de renda, e o aumento do crédito, fazendo com que a economia fosse aquecida e incentivasse a geração de empregos formais no país, principalmente no setor de serviços, comércio e construção civil.

Nessas seções, pudemos analisar a conjuntura brasileira no período dos governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores, avaliando as repercussões nas políticas sociais e o incentivo ao consumo (que teve como pauta, dentre outras, a tentativa de conciliar capital e trabalho na luta contra a pobreza), sem deixar de relacionar com suas consequências para o mercado de trabalho brasileiro. Para tal, utilizamos as análises de Alves (2014), Baltar et al. (2010), Boito Jr. (2003), Castelo (2010, 2012, 2013), Carcanholo (2010), Gonçalves (2010, 2013), Katz (2016), Marini (2010), Pochmann (2010, 2014), Sampaio Jr. (2010, 2012), Sader (2013), Singer (2012), dentre outros.

O terceiro e último capítulo, **Mercado de trabalho no Brasil na primeira década de 2000: entre a ampliação e a flexibilização**, foi subdividido em duas seções. Na primeira, **Ampliação do mercado de trabalho no Brasil nos governos Lula e Dilma**, discutimos como se deu a ampliação do mercado de trabalho no país e como isso colaborou para o aumento da renda, apresentando os dados que corroboram com essas afirmações.

Na segunda seção, **Condições de trabalho: rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro**, buscamos, através dos dados, realizar uma análise mais minuciosa acerca de: tempo médio de permanência no emprego, taxa de rotatividade, setores que mais empregam, tipos de vínculos, exigências para contratação, além da remuneração e suas distinções para homens e mulheres, a fim de identificar quais os significados e as consequências da ampliação do mercado

formal de trabalho brasileiro, com vistas a observar se a flexibilidade e rotatividade foram reduzidas nesse período.

Nesse capítulo também tivemos como referencial a produção marxiana e marxista: Alves (2007, 2014), Antunes (2006, 2013, 2014), Baltar et. al. (2010), Carcanholo (2013), Druck (1995, 2007), Gonçalves (2012, 2013), Marx (1996), Oliveira (2015), Pochmann (2014), Sampaio (2010) Silva (2012), dentre outros.

Ao final do presente estudo, reunimos argumentos para discutir de que forma se deu a ampliação do mercado de trabalho brasileiro nos governos Lula e Dilma, se tal inserção aconteceu com vínculos mais estáveis e melhores condições de trabalho, ou se tal ampliação não conseguiu reduzir a precariedade, enquanto traço histórico da precarização do trabalho existente no país desde sua formação.

Assim, apresentamos as considerações finais acerca do tema estudado e dos resultados obtidos com a pesquisa, confirmando nosso pressuposto que, apesar de ter havido uma maior inserção no mercado de trabalho nesse período, em um momento histórico de expansão do assalariamento e da renda no mercado de trabalho brasileiro, tal inserção acontece através de vínculos instáveis, diante de um contexto de ampliação da flexibilidade e rotatividade da força de trabalho no país, enquanto resultado da conjuntura de reestruturação produtiva, que busca flexibilizar cada vez mais as relações trabalhistas, a fim de ampliar os níveis de lucratividade do capital.

## 1 OFENSIVA DO CAPITAL E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Para chegar à discussão que nos propomos a partir do recorte do nosso objeto de pesquisa, a saber, mercado de trabalho e condições de trabalho no Brasil, nos governos de Lula e Dilma, se faz necessário trilhar por algumas categorias que são indispensáveis para a compreensão desse debate.

Dessa forma, nesse capítulo, é abordado o trabalho assalariado enquanto expressão da relação de compra e venda da força de trabalho estabelecida na sociedade capitalista, tendo em vista que a condição de assalariamento se estruturou na sociedade moderna, e se tornou a forma predominante dessa relação estabelecida no mercado de trabalho ao longo do desenvolvimento do capitalismo, constituindo a sociedade salarial moderna e dando ao trabalhador a identidade social, que lhe garante acesso a proteção social.

Como há várias vertentes de análise que abordam o assalariamento, a nossa está pautada na teoria marxista, tendo em vista que não há uma relação justa estabelecida no mercado de trabalho, pois é a utilização da força de trabalho como mercadoria que promove a exploração do trabalhador.

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, várias estratégias foram utilizadas para ampliar os níveis de lucratividade em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. Assim, também discutiremos o processo de reestruturação produtiva e a política neoliberal enquanto meio de sair da crise que têm influências diretas nas novas formas de dominação do capital sobre o trabalho na atualidade, que promove diversas formas de precarização do trabalho.

E como nosso objeto de estudo encontra-se delimitado na realidade brasileira, também serão feitos alguns apontamentos sobre formação do mercado de trabalho no país e as inflexões impostas pela reestruturação produtiva do capital, que também apresentam impactos na realidade do trabalho no Brasil, tornando ainda mais aguda a precarização que se constitui como um traço da própria formação do mercado de trabalho do país, e irá revelar um padrão de desenvolvimento durante os governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores.

## 1.1 Trabalho assalariado e capital

O trabalho surge enquanto atividade pela qual o homem transforma a natureza criando valores de uso com a finalidade de satisfazer determinadas necessidades. Pois, é através dessa transformação que opera sobre a natureza, que o homem irá produzir seus meios de subsistência, sendo o trabalho que realiza indispensável à sociabilidade humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1996, p. 297)

No entanto, no modo de produção capitalista, o trabalho irá assumir novas determinações sociais, não tendo mais por finalidade apenas a produção de objetos que satisfaçam as necessidades humanas, a fim de atender apenas os imperativos de reprodução social do trabalhador. Seu objetivo maior será a produção de valores de troca, tendo como fim último à produção de mais mais-valia. Assim, o trabalho passa a se configurar como processo de incorporação de valores de troca que serão apropriados pelo capitalista (ALVES, 2007).

Portanto, no modo de produção capitalista, o trabalhador além de não deter a propriedade dos meios de produção, também não detém seu controle material, estando subordinado ao controle do capitalista. Ou seja, nesse modo de produção, o trabalho encontra-se subsumido ao capital.

Dessa forma, o trabalhador apenas possui sua força de trabalho, enquanto o capitalista detém os meios de produção. A produção é cada vez mais socializada, enquanto a riqueza socialmente produzida é apropriada pelos detentores dos meios de produção (MARX, 1996).

Para Harvey (2013, p.102), “a força de trabalho consiste nas capacidades físicas, mentais e humanas de incorporar valor às mercadorias”. Assim, o trabalhador livre vende sua força de trabalho por certo período de tempo e por determinada quantia em dinheiro ao capitalista. É a força de trabalho que cria a mais-valia, e seu valor é medido no valor necessário para o provimento dos meios de subsistência indispensáveis a sua reprodução, que varia de acordo com os padrões de determinada sociedade ou o contexto histórico.

Segundo Castel (2009, p. 21), a gênese do assalariamento tem início ainda na sociedade pré-industrial, mas foi a partir da Revolução Industrial que surge a relação salarial moderna. Ao analisar a realidade europeia, verifica-se que a condição de assalariamento foi, por muito tempo, considerada indigna, pois só vendia sua força de trabalho aqueles que não tinham outro meio de prover seu próprio sustento, estando dessa forma condenado a trabalhar para outrem para se reproduzir. Assim, “alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços”. Dessa forma, estar na condição de assalariamento colocava o trabalhador numa situação de inferioridade, de dependência.

Mas, essa condição foi aos poucos sendo superada, e com a instauração da sociedade liberal, a condição de assalariamento passou a fazer parte da sociedade salarial moderna de tal modo que, com a segunda modernidade do capital, que tem início com a Primeira Revolução Industrial, a partir do século XIX, disputar uma vaga no mercado de trabalho se tornou a forma de sobrevivência de uma parcela significativa da população.

Portanto, a “condição de assalariado, [...] passou do mais completo descrédito ao estatuto de principal fonte de renda e de proteções”. A condição de assalariado trouxe ao trabalhador a identidade social, o integrando a comunidade, e garantindo-lhe acesso aos direitos do trabalho e ao consumo (CASTEL, 2009, p. 28).

Mas, na condição de assalariado, o trabalhador encontra-se alienado dos meios de produção, pois estes não lhes pertencem, o trabalhador não possui nem condições objetivas, nem subjetivas da produção, por não ter o controle sobre ela,

encontra-se numa situação de subalternidade, assume a condição de proletariedade (ALVES, 2007).

Portanto, o capital diz respeito a uma dada relação social de produção presente na sociedade burguesa, existente entre a classe que detém os meios de produção, e a classe trabalhadora que só possui a força de trabalho para vender ao capitalista em troca de um salário. Assim, o capital vai além do material, mas envolve várias grandezas sociais que se constituem em valores de trocas.

O capital é constituído de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência de toda a espécie, que são empregados para produzir novas matérias-primas, novos instrumentos de trabalho e novos meios de subsistência. Todas essas partes constitutivas do capital são criações do trabalho, produtos do trabalho, *trabalho acumulado*. (MARX, 2010a, p. 45, grifos do autor).

O capitalista irá empregar seus meios de produção (matérias-primas e instrumentos de trabalho) em algum setor produtivo, com um único objetivo: a obtenção de lucro. Mas, para que esse lucro se materialize se faz necessário o emprego do trabalho, enquanto atividade criadora capaz de gerar valor.

No sentido clássico do termo, inspirado na economia clássica, o mercado de trabalho é o espaço em que o trabalhador vende sua mercadoria, a força de trabalho, ao capitalista por determinado valor: o salário. Espaço dinâmico, em constante transformação decorrente do contexto sócio-histórico e da correlação de forças dos atores envolvidos (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

Assim, o trabalho assalariado expressa a relação estabelecida na compra e venda da mercadoria força de trabalho. Pois, o trabalhador troca sua força de trabalho, sua energia vital, que será utilizada pelo capitalista em determinado período de tempo e por determinado valor em dinheiro, o salário. Nas palavras de Marx (2010a, p. 33), “[...] o salário é a soma em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho.”

Dessa forma, o salário representa o valor de troca da mercadoria força de trabalho, que é estabelecido como o de qualquer outra mercadoria, através de certa quantidade em dinheiro. Ou seja, é o preço dessa mercadoria que só pode existir através do trabalhador, da energia despendida por este por um determinado período

de tempo para realização de um trabalho previamente combinado com o dono dos instrumentos e meios de trabalho: o capitalista.

Os operários trocam a sua mercadoria – força de trabalho – pela mercadoria do capitalista – o dinheiro – e essa troca é realizada, na verdade, numa determinada proporção: tanto dinheiro por tantas horas de utilização de força de trabalho (MARX, 2010a, p. 34).

No processo de trabalho, os meios e instrumentos utilizados pelo trabalhador são de propriedade do capitalista, assim como tudo o que é produzido durante a jornada de trabalho. Pois, “Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagar o seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria que comprou” (MARX, 2010a, p. 113).

Portanto, o trabalhador não terá direito sobre tudo que produziu durante sua jornada de trabalho, porque já terá recebido pelo tempo de trabalho despendido nessa ação, fazendo parte das mercadorias do capitalista. Deste modo, quanto mais mercadorias o trabalhador produz, mais seus meios de subsistência e seu trabalho encontram-se sob as posses do capitalista. E através do processo de *estranhamento*<sup>5</sup> “mantém-se a enorme distância entre o produtor e o resultado do seu trabalho, o produto, que se lhe defronta como algo estranho, alheio, como coisa” (ANTUNES, 2011, p. 94).

Assim, o trabalhador vende sua mercadoria, força de trabalho, ao capitalista como forma de satisfação de suas necessidades de sobrevivência, para a garantia de sua própria reprodução. O objetivo último do trabalho que realiza é sua própria existência, não o produto que criou. Por isso, “ele nem sequer considera o trabalho como parte de sua vida, é antes um sacrifício de sua vida” (MARX, 2010a, p. 36).

Marx defende que o assalariamento coloca para o trabalhador a necessidade de vender sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, a insatisfação pelo trabalho que realiza, pois este só se sente livre quando está longe do trabalho,

---

<sup>5</sup> “Segundo leis da Economia Política o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que tanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador, que tanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o trabalhador, que tanto mais poderoso o trabalho tanto mais importante se torna o trabalhador, que quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza” (MARX apud ANTUNES, 2011, p.145).

tendo em vista que o tempo em que se encontra trabalhando não é seu, assim como também não é seu o fruto do seu trabalho, há um estranhamento entre ele e o resultado do seu trabalho.

O operário, quando quer, deixa o capitalista ao qual se alugou, e o capitalista despede-o quando acha conveniente, quando já não tira dele proveito ou o proveito que se esperava. Mas o operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda da sua força de trabalho, não pode deixar *toda a classe dos compradores*, isto é, *a classe dos capitalistas*, sem renunciar à existência. *Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas a toda classe dos capitalistas*, e compete a ele a encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador nessa classe dos capitalistas. (MARX, 2010a, p. 34, grifos do autor).

O trabalhador não está preso ao capitalista, não é de sua propriedade, podendo “escolher” a quem vender sua força de trabalho. Mas, a venda da força de trabalho é condição *sine qua non* de sua existência, e só através da venda da sua força de trabalho é que ele se reproduz enquanto trabalhador.

O preço da mercadoria força de trabalho, assim como as demais mercadorias, é determinado pelo custo de sua produção, ou seja, “quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menores são os custos de produção do operário, menor será o preço do seu trabalho, o seu salário” (MARX, 2010a, p.44). Assim, “o *valor da força de trabalho* é determinado pelo *valor dos meios de subsistência* necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (MARX, 2010a, p.112, grifos do autor). Portanto, o salário é o valor em dinheiro pago pelo capitalista para que o trabalhador possa garantir minimamente sua manutenção e de sua família, para que a classe trabalhadora continue existindo.

Mas esse valor também é influenciado pela lei da oferta e da procura, ou seja, se há uma escassez na oferta de força de trabalho, o trabalhador poderá cobrar mais caro por sua força de trabalho. No entanto, quando há uma maior oferta de força de trabalho, os capitalistas irão oferecer menores salários para aquisição dessa mercadoria, já que todos os trabalhadores precisam do salário como forma de garantir a própria sobrevivência, e assim estarão sujeitos aos menores salários e as piores condições de trabalho, e não terão poder de barganha diante dos capitalistas. Assim, “o salário do trabalho subirá ou cairá conforme a relação de oferta e procura, de acordo com a forma que assumir a concorrência entre compradores da força de

trabalho, os capitalistas, e os vendedores da força de trabalho, os operários” (MARX, 2010a, p.43).

O salário representa o equivalente dado ao custo da reprodução da força de trabalho, que deve ser calculado levando-se em conta o custo de sua existência e de sua reprodução. E para que esses critérios sejam garantidos, é estabelecido um *salário mínimo*, ou seja, um mínimo necessário para a garantia da existência e reprodução da força de trabalho.

O trabalhador, através da venda da sua força de trabalho, adquire os meios necessários para sua subsistência, assim “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade” (MARX, 2010b, p. 25); já o capitalista, em troca recebe trabalho, atividade produtiva e criadora, que dá ao trabalho acumulado um valor superior ao que ele possuía. De tal modo, passa a dispor da força de trabalho e irá consumi-la da forma que achar mais adequada.

Se o trabalho assalariado produz a riqueza estranha que o domina [domina o trabalho vivo], o poder que lhe é hostil – o capital – ressurgem para ele seus meios de ocupação, isto é, seus meios de subsistência, sob a condição de que ele se faça de novo uma parte do capital, a alavanca que lhe imprime novamente um movimento acelerado de crescimento. (MARX, 2010a, p.43)

Assim, o crescimento do capital representa a garantia do crescimento do trabalho assalariado. Então, se cresce o trabalho, cresce também a procura por trabalho, conseqüentemente, também o preço da força de trabalho: o salário. Portanto, se há um crescimento dos salários, isso quer dizer que houve um crescimento do capital produtivo. Capital e trabalho assalariado dependem um do outro para existir.

Quanto ao salário, este pode ser nominal, que é o valor em dinheiro pago pelo trabalho; real, que é o valor que exprime o salário quando comparado com outras mercadorias, ou seja, o poder aquisitivo do salário representa seu valor real; e relativo ou comparativo, que é o salário comparado com os ganhos obtidos pelo capitalista, o lucro ou mais-valia (MARX, 1996; 2010a).

É importante frisar que lucro e salário constituem grandezas inversamente proporcionais, ou seja, “*O lucro sobe na medida em que o salário cai, e cai na medida em que o salário sobe*” (MARX, 2010a, p. 43, grifos do autor). Portanto, por mais que o crescimento do capital melhore as condições materiais de vida da classe trabalhadora, não se supera a oposição de interesses existentes entre esses dois polos.

*[...] quanto mais cresce o capital produtivo, mais a divisão do trabalho e o emprego da maquinaria se ampliam. Quanto mais se ampliam a divisão do trabalho e o emprego da maquinaria, mais se expande a concorrência entre operários e mais se contrai o seu salário* (MARX, 2010a, p.65, grifos do autor).

Quanto mais o capital cresce, maior o abismo existente entre o capital e o trabalho, pois o fim último do capitalista, ao comprar a força de trabalho, é a sua utilização para obter de mais-valia, ou seja, extrair do trabalhador um trabalho realizado que não foi pago, o sobretrabalho.

Para melhor compreensão, a jornada de trabalho pode ser dividida em duas partes, o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho, ou seja, o valor em dinheiro necessário para adquirir todos os artigos necessários para a sobrevivência do trabalhador e sua família, e o tempo excedente de trabalho utilizado pelo capitalista. Esse tempo de trabalho excedente é o que constitui a mais-valia, ou seja, o tempo de trabalho não pago ao trabalhador que será apropriado pelo capitalista. Por isso,

*[...] o valor ou preço da força de trabalho toma a aparência do preço ou valor do próprio trabalho [...] ainda que apenas uma parcela do trabalho diário do operário seja paga, enquanto a outra parte não é paga, e ainda que este trabalho não remunerado, ou sobretrabalho, seja precisamente o fundo de que se forma mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago.* (MARX, 2010a, p.65, grifos do autor)

É da parte da mercadoria em que está o sobretrabalho ou o trabalho não pago que o capitalista retira seu lucro. Assim, quanto maior for o salário, menor será o lucro, e quanto menor o lucro, maior o salário. Por isso, o capitalista sempre buscará estender a jornada de trabalho ao máximo possível dentro das limitações físicas do trabalhador, a fim de extrair a mais-valia. Dessa forma, surgiram

legislações que regulamentam a jornada de trabalho, com o intuito de não esgotamento do trabalhador por jornadas de trabalho muito extensas.

Mas como o capitalista sempre buscará uma forma de extrair uma quantidade maior de mais-valia, uma jornada de trabalho pode se tornar mais intensa, com o objetivo de produzir mais em menos tempo, através do emprego de máquinas que exigem uma velocidade de trabalho cada vez maior, e, dessa forma, provoca um desgaste ainda rápido do trabalhador.

No início da Segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, a “organização científica” do trabalho estabeleceu parâmetros para as atividades dos trabalhadores, retirando sua autonomia na realização das tarefas, com o estabelecimento de tempo cronometrados, tarefas repetitivas, buscando ampliar os níveis de exploração e homogeneizar a classe operária (CASTEL, 2009).

Assim, ao longo dos anos, os capitalistas buscam de forma incessante aprimorar a extração de mais-valia sobre o trabalhador e reduzir os custos de produção e, para tanto, se utilizam de diversas estratégias como a utilização de maquinários cada vez mais modernos, intensificação da jornada de trabalho dentro do limite de sua duração, redução do custo da força de trabalho, através do apoio do Estado que empregará as políticas sociais, como salários indiretos, etc.

A reestruturação produtiva também é um bom exemplo disso, pois foi utilizada como estratégia do capital para sair da crise de 1970 e reestabelecer os antigos níveis de acumulação da era fordista, utilizando-se tanto do aprimoramento das forças produtivas através do uso da robótica, quanto do uso de novas formas de gestão da força de trabalho, ampliando assim a produtividade e reduzindo os custos com os trabalhadores.

Esse cenário apresenta implicações profundas para a própria estrutura do mercado de trabalho em escala global, pois foi responsável pela flexibilização do trabalho e ampliação do desemprego, fazendo crescer a superpopulação relativa<sup>6</sup>, e rebaixando os salários daqueles que estão inseridos no mercado de trabalho.

---

<sup>6</sup> Para Marx (2013, p. 719), “[...] O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, na esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em

Marx (2013, p. 712), quando observou o efeito da contração ou expansão do exército industrial de reserva sobre os salários, disse que ele é diretamente determinado “pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, [...] pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada”. Dessa forma, Harvey assinala que o impacto sobre os salários é significativo, e busca simplificar o entendimento da ideia de Marx acerca desse aspecto afirmando que:

O modelo de Marx sugere que, onde quer que enfrente problemas de oferta de trabalho, a acumulação do capital expulsa as pessoas dos seus postos de trabalho, recorrendo a inovações tecnológicas e organizacionais, e o resultado é a queda dos salários abaixo de seu valor ou o aumento da jornada e da intensidade de trabalho para aqueles que permanecem empregados. (HARVEY, 2013, p.265)

Portanto, dada a incessante busca pela valorização do valor, em lugar da promessa de bem-estar mistificada pelo mercado de trabalho, o que tem se mostrado com veemência na contemporaneidade é a tendência à precarização e flexibilização das condições de trabalho, quando não a própria personificação capitalista da *mão invisível* de Adam Smith, em que o mercado, compreendido como um espaço de “liberdade” no qual os indivíduos “escolhem” comprar ou vender, concretiza uma natural inclinação humana egoísta, nos termos clássicos da economia política.

Nesse contexto, a contradição capital-trabalho se transfigura não raro em antagonismos entre trabalhadores. Desafortunadamente, pressupõe-se fator preponderante, as determinações do mercado sobre a vida dos trabalhadores, cuja mercadoria força de trabalho é cada vez mais difícil de ser vendida, jogando por terra o funcionamento espontâneo do mercado e, por consequência, o bem-estar geral prometido pelos economistas burgueses.

---

primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta apenas observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui com a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão e finalmente das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc.- cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc.”

## 1.2 Reestruturação produtiva e neoliberalismo: a ofensiva do capital sobre o trabalho

Como é sabido, o desenvolvimento do sistema capitalista acontece de forma cíclica, combinando períodos de estabilidade, em que acontece a expansão da produção de mais-valia; e períodos de crise, com a contração da produção de mercadorias e a redução da extração de mais-valia e, conseqüentemente, de acumulação de capitais, sendo necessários constantes ajustes para a recuperação e manutenção desse sistema (MANDEL, 1982).

Assim, segundo Boschetti (2010), com a primeira crise estrutural do capitalismo, que provocou baixo crescimento econômico e altas taxas de desemprego, socialdemocracia adotou uma estratégia, composta por três pilares: a regulação econômica e social de orientação keynesiana, através das políticas que visavam a geração de empregos; o modelo de produção fordista/taylorista, por meio da produção em série para aquecer o consumo; e a ampliação dos direitos sociais.

O modelo de produção de orientação fordista/taylorista surgiu nos Estados Unidos ainda nos anos de 1920, e combinava produção em série, o emprego de tempo cronometrado, possibilitando um preço mais acessível às mercadorias, o que influenciou o consumo em massa, tendo em vista que nesse contexto o próprio salário do trabalhador foi ampliando em decorrência das políticas keynesianas, o que lhe dava maior poder de consumo, aquecendo assim a economia e promovendo, juntamente com outros fatores, um Estado de Bem-estar Social.

Portanto, dos anos de 1940-1960, através da combinação de políticas econômicas e sociais, foi possível a manutenção do chamado *anos dourados do capitalismo*, com a manutenção de um padrão de assalariamento num mercado de trabalho estável, presente nos países do centro do capitalismo, principalmente na Europa Ocidental, constituindo o padrão salarial fordista. Sendo que, ainda nos anos de 1960, o Japão e as economias da Europa Ocidental conseguiram se recuperar, representando ameaça ao modo de produção fordista, que já sofria com a queda da produtividade, etc.

A partir de meados dos anos 1970, a saturação de mercados e o acirramento da competição internacional começou a corroer este arranjo – a desaceleração da produção e a diminuição dos lucros combinaram-se com o crescente endividamento público e com a inflação, resultando na estagnação econômica mundial desencadeada a partir do fim do padrão monetário de Bretton Woods (1971), dos dois choques do petróleo (1973 e 1979) e do aumento da taxa de juros norte-americana (1980). (GONZALEZ et al, 2009, p. 90)

Desse modo, ainda nos anos de 1970, surgiu uma nova crise internacional, que tem início com a crise do petróleo, e colocou em xeque o modelo de produção taylorista/fordista, promovendo os altos índices de desemprego.

Nesse contexto, as medidas adotadas anteriormente pela socialdemocracia para conter a crise perdem espaço, e as ideias do liberalismo ortodoxo ganham fôlego, agora sob uma nova repaginação, o neoliberalismo. O discurso neoliberal ganhou a cena, responsabilizando a intervenção estatal e o Estado de Bem-estar social pela crise econômica, e defendendo a necessidade de um Estado mínimo para a regulação do capital, assim conquistou adeptos no continente europeu.

É importante destacar que o neoliberalismo tem início após a Segunda Guerra Mundial na Europa e na América do Norte, representando uma reação política e teórica contra a intervenção estatal e o Estado de Bem-estar Social. Para os neoliberais, os gastos sociais e o intervencionismo estatal são responsáveis pelas crises econômicas e fiscais dos Estados nacionais. Assim, apresentam como solução a redução dos gastos sociais e redução da intervenção do Estado na economia, para que o livre mercado promova a acumulação desejada, colocando como prioridade orçamentaria dos governos a estabilidade monetária, reduzindo os investimentos com as políticas públicas e restaurando as “naturais” taxas de desemprego, para a criação de um “exército reserva” de trabalhadores. Assim, realizam contrarreformas fiscais, com incentivo ao capital externo, que significa reduzir os impostos sobre rendas e rendimentos mais altos a fim de reestabelecer a “natural” e “necessária” desigualdade (ANDERSON, 1995).

Em meio à crise, o capitalismo passa por um reordenamento no intuito de recuperar os antigos níveis de produtividade e reorganizar os mercados, fazendo sérios ajustes na produção com o objetivo de preservação das antigas taxas de

lucro. Todo esse contexto vai representar sérias mudanças na ordem econômica internacional e no próprio desenvolvimento do capitalismo.

Daí por diante, a competição internacional se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods e de produzir a desvalorização do dólar. [...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. (HARVEY, 1992, p. 135)

Com a reestruturação do capitalismo que visava a recuperação dos antigos níveis de produtividade, os anos de 1980 foram palco de muitas transformações, pois houve um intenso avanço tecnológico no ambiente fabril, através da utilização da robótica, da automação e da microeletrônica, enquanto mecanismos que objetivavam ampliar a produção e reduzir seus custos. Tudo isso implicou em mudanças nas formas de inserção no mercado de trabalho e na organização política e sindical dos trabalhadores, com consequências materiais e repercussões na própria consciência da *classe-que-vive-do-trabalho*. (ANTUNES, 2011)

Com o falência do modelo de acumulação fordista, por meio de altos índices inflacionários, os Estados Unidos deixam de ser a única potência econômica, e aos poucos e em muitos países, o modelo de produção fordista/taylorista foi sendo substituído pelo modelo toyotista ou *acumulação flexível*, que já surgia no Japão desde o pós-guerra. A *acumulação flexível* nasce como maneira de reaver os antigos níveis de produtividade da era fordista, através de novos processos de trabalho, mais flexíveis, dessa forma, se opõe a rigidez existente no modelo fordismo.

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 140)

O Toyotismo é um modelo de organização do trabalho que surge no Japão a partir de 1945 e se espalha pelos países do ocidente a partir de 1973, quando o padrão taylorista/fordista entra em declínio, sendo que este modelo de

produção utiliza-se do amplo uso da tecnologia para reduzir o uso da força de trabalho, com um novo modelo de gestão da força de trabalho, através da gestão participativa, do trabalhador polivalente, das terceirizações, do sindicalismo de empresa, da flexibilização<sup>7</sup> dos direitos dos trabalhadores, dos Círculos de Controle de Qualidade, do sistema *Kanban*, a produção *just-in-time*, da qualidade total, dentre outras características.

A reestruturação produtiva vai produzir muitas de mudanças no mundo do trabalho, pois promove a reorganização da produção com a utilização de novas tecnologias, novas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, não só dinamizando a economia, mas realizando desregulamentações de direitos trabalhistas, que levou a ampliação crescente do desemprego e subempregos, tendo como intuito a intensificação da exploração da força de trabalho. Portanto, os rebatimentos desse novo modelo de produção atingiram (atingem) de forma perversa os direitos dos trabalhadores (PAZ, 2016).

Dessa forma,

Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, do despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 2011, p. 24)

Considerando as particularidades de cada país e a forma como foi utilizado o modelo de produção toyotista, sendo estes mais híbridos ou mais puros, o novo modelo se torna a aposta do grande capital para recuperar o ciclo de produção e também reestabelecer suas taxas de lucro e seu poderio.

---

<sup>7</sup> Flexibilidade, segundo o dicionário Houaiss, se refere a qualidade do que é flexível, maleável. Assim, quando estamos nos referindo ao mercado de trabalho podemos compreender esse termo como a “ampliação da liberdade gerencial das empresas no que se refere à determinação das condições de uso, da contratação e da remuneração do trabalho. Ou seja, refere-se ao fortalecimento da regulação privada do trabalho em detrimento da regulação pública, seja por meio de alterações nas normas vigentes, pela reinterpretação do direito existente, por mudanças institucionais via ação do Estado, seja por uma mudança na correlação de forças entre trabalhadores e empregadores” (GONZALEZ et al, 2009, p.90)

Para além da reestruturação da produção, houve também uma reorganização do sistema político e ideológico, com a política neoliberal, estimulando muitas privatizações e causando a redução dos direitos que foram conquistados pela classe trabalhadora. Essas modificações são promovidas pelas ações das classes sociais e pelas transformações do Estado, que no atual contexto sócio-histórico encontra na ideologia neoliberal um referencial teórico e político para elevar o papel do mercado em detrimento da atuação do Estado enquanto responsável pela garantia de direitos sociais. Para tanto, há uma série de privatizações e desregulamentações em vários setores, e a justificação que tudo deve ser regido pelas leis do mercado.

Quando somada a política neoliberal, essa conjuntura implica em rebatimentos concretos para a reprodução de toda classe trabalhadora, pois eleva o desemprego diante da redução da oferta de postos de trabalho, promove o subemprego, as terceirizações e inúmeras formas de trabalho que não possuem os mesmos direitos que são comuns aos empregos com vínculos formais.

Neste cenário, a ampliação do poder de mobilidade dos mercados acabou por permitir maior controle da força de trabalho, decorrentes de níveis mais altos de desemprego estrutural, destruição e reconstrução de novas habilitações e enfraquecimento do poder sindical, através da fragmentação da classe trabalhadora. A busca por contenção dos custos com o aumento da competição e a retração da força das entidades representativas dos trabalhadores passou a impor regimes de trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, em detrimento do emprego regular.

A reestruturação produtiva, visa melhor qualidade dos produtos e redução dos custos da produção, por meio da inclusão de novas tecnologias ao processo produtivo, fazendo-se imperiosa uma nova cultura do trabalho, cada vez mais flexibilizado. Na avaliação de Ricardo Antunes (2011, p. 34)

Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor.

Sem dúvida, a flexibilização tem sido cada vez mais defendida como forma de impedir o desemprego ou gerar novos empregos, e pode assumir várias configurações, seja liberdade para a empresa reduzir ou ampliar a jornada de trabalho, para reduzir salários, para contratar de forma temporária, ou até mesmo para demitir o trabalhador.

Isto significa que a flexibilidade oculta muitas possibilidades de precarização das condições de trabalho e vida do trabalhador. Tomamos como referência os estudos de Alves (2007, p. 114), ao afirmar que:

[...] o conceito de *precarização* diz respeito a um modo de reposição sócio-histórico da *precariedade*. Se a precariedade é uma *condição*, a precarização é um *processo* que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho. Uma das determinações histórico-ontológica do trabalho vivo é construir *formas de resistência* à voracidade do capital.

Nessa quadra histórica, o trabalhador se vê cada vez mais desprotegido na sua relação trabalhista, tanto nos que diz respeito a manutenção do seu rendimento, quanto na sua proteção social, pois a ausência de emprego formal acarreta a própria desestruturação dos sistemas de seguridade social que depende dos rendimentos do trabalho por ser esta a sua fonte de financiamento.

Harvey (2006, p. 144) também retrata uma estrutura de mercado de trabalho em que se acentua a emergência de empregos precarizados, subcontratados e terceirizados. A tendência é, portanto, reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que é facilmente demitida quando já não há interesse em sua permanência.

Nos estudos de Vasapollo (2005, p. 28) encontramos os argumentos que nos auxiliam a entender que: “a flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições”.

Nesse cenário, a produção ainda se torna cada vez mais descentralizada, pois a mesma fábrica já não é responsável por todas as etapas de fabricação do produto, seja ele um carro, um computador, etc. As etapas são divididas em várias indústrias, de vários países, de forma aproveitar matérias-primas e mão de obra

mais baratas, legislações ambientais e trabalhistas mais complacentes, deixando o trabalhador cada vez mais alienado de todas as etapas do processo produtivo.

Com isso, um processo produtivo altamente tecnológico que conta com a utilização da informática e da robótica ganha a cena, assumindo várias atividades que antes eram desenvolvidas por trabalhadores, como nos bancos, nos caixas de supermercados e estacionamentos, por exemplo. Para Vasapollo (2005, p. 18), “a informatização, além de provocar o desemprego estrutural, desqualificou o trabalho já existente, convertendo-o no denominado trabalho atípico, com forte conteúdo de precariedade”.

Conforme Alves (2014, p. 76), as novas tecnologias informacionais permeiam não apenas os locais de trabalho, mas a própria vida dos trabalhadores, e “exigem dos novos operadores habilidades técnico-comportamentais”, dessa forma, “se tornou visível alterações no perfil educacional dos novos empregados das grandes empresas da indústria ou serviços”, que precisam se capacitar para atender as “novas rotinas de trabalho flexível”. Assim, novos métodos de gestão do trabalho são adotados, e os trabalhadores através do discurso toyotista e da “captura” da subjetividade tornam-se polivalentes e “colaboradores” do capital.

Dessa forma, o tempo de trabalho não se restringe apenas ao ambiente laboral em decorrência do uso dessas novas tecnologias, pois há uma fusão entre tempo de vida e tempo de trabalho, em que o tempo de trabalho assume todo o tempo de vida do trabalhador, pois agora ele volta para casa conectado com a empresa vinte e quatro horas por dia, sendo reduzido o seu tempo de descanso, atendendo aos requisitos das empresas que buscam cada vez mais trabalhadores empenhados em cumprir suas metas.

[...] a *redução do tempo de vida a tempo de trabalho*, ocorreu não apenas pela *desorganização do tempo livre*, operado pelo banco de horas; mas pela *intensificação do tempo de trabalho*, com a diminuição dos intervalos, que muitas vezes ocorre no cotidiano do local de trabalho; a diminuição dos prazos para a execução de tarefas, com a pressão para que o trabalho seja feito num espaço de tempo cada vez menor; ou então, para que sejam feitos vários trabalhos ao mesmo tempo; e pela polivalência, que tem grande impacto no processo de intensificação de trabalho (ALVES, 2014, p. 85, grifos do autor).

Sendo assim, o trabalhador encontra-se cada vez mais preso as metas do trabalho, e tem seu tempo de vida reduzido para as atividades fora do âmbito profissional. Esse contexto tem levado o trabalhador a acidentes de trabalho, adoecimento laboral e ao estresse, reduzindo seu tempo de vida útil, levando a *precarização do homem-que-trabalha*<sup>8</sup>.

Todavia, a ampliação da produtividade não se dá apenas através da intensificação do trabalho, mas advém também da diminuição do emprego do *trabalho vivo*, causando reduções dos postos de trabalho, ocasionando uma ampliação vertiginosa do desemprego em todo o mundo, com a finalidade de produzir cada vez mais para atender as demandas e necessidades do mercado e aumentar os níveis de acumulação capitalista.

O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação dependendo das condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras. (ANTUNES, 2011, p. 34).

Esse contexto causou expressivas alterações para a própria organização e modo de ser do trabalho, através de inovações tecnológicas, e formas de organização e gestão do trabalho, por meio de um domínio maior da força de trabalho com programas participativos e incentivos à produtividade, que não se restringi ao espaço fabril, mas afeta vários setores como supermercados, bancos, lojas, escolas, etc. Também foi nesse contexto, em decorrência da própria crise do modelo fordista, que houve significativas alterações na própria economia, com seu processo de financeirização.

O capitalismo na contemporaneidade tem promovido expressivas mudanças no mundo do trabalho, com o ingresso de novas tecnologias a fim de elevar os níveis de produtividade e alcançar uma maior quantidade de mais-valia. Assim, o trabalhador também não é mais o mesmo da era fordista, o intuito é que a massa de trabalhadores se torne cada vez mais polivalente e multifuncional com a competência para trabalhar com as novas tecnologias que irão ampliar a produtividade. Enquanto isso, outro contingente de trabalhadores sem a qualificação

---

<sup>8</sup> Expressão utilizada por Alves (2014).

exigida está submetido às formas precárias de trabalho ou mesmo em situação de desemprego estrutural (ANTUNES, 2005).

A nova divisão do trabalho cria uma nova composição dos mesmos trabalhadores, distinguidos entre especializados e com maior nível de conhecimento (que ocupam postos de trabalho com alta atividade cognitiva), trabalhadores especializados em atividades técnicas (que ocupam postos de trabalho flexível do tipo executivo) e trabalhadores com pouca especialização, que ocupam os postos de trabalho mais degradantes e servis. (VASAPOLLO, 2005, p. 104)

Tudo isso causou sérias implicações para o mundo do trabalho, com a destruição de diversos postos, com o emprego do *trabalho morto*<sup>9</sup> em detrimento do *trabalho vivo*, e alterações importantes na própria forma de produção e organização do trabalho, em que cada vez menos trabalhadores precisam produzir mais para manter seu emprego, em um momento em que os vínculos são cada vez mais instáveis e em que avançam as terceirizações. Assim, o aumento do desemprego nos países de capitalismo central não é um fenômeno novo, mas surge na crise estrutural do capitalismo depois da ascensão do pós-guerra.

Desde os anos de 1980, o trabalhador fabril, bem como os trabalhadores com mais idade e os jovens vêm perdendo espaço no mercado de trabalho; ao mesmo tempo, aumenta o quantitativo de trabalhadores no setor de serviços, o trabalho feminino, o trabalho precário, o trabalho em tempo parcial, em que o salário e a carga horária são reduzidos, enquanto o ritmo de trabalho é intensificado. “Há, portanto, um processo de maior *heterogeneidade, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2011, p. 47, grifos do autor).

Apesar do *trabalho vivo* está sendo cada vez mais substituído pelo *trabalho morto*, esse é indispensável para a produção de riqueza, não sendo possível sua extinção. Mas há uma migração em alguns setores, ampliação de postos em trabalho em outros (mais precários, é claro!), uma maior especialização em algumas áreas e a desespecialização em outras. Portanto,

---

<sup>9</sup> O trabalho morto representa o capital constante, ou seja, os meios de produção; já o trabalho vivo representa o trabalhador. (MARX, 1996) Nas palavras de Alves (2007, p. 97): “O trabalho vivo é a dimensão anímico-pessoal do homem criativo, sujeito de vontade e de desejo, elemento compositivo do produtor autônomo, instância imprevisível como a lógica da vida, insubmissa à quantificação da sociedade do valor-trabalho e que se contrapõe, na sintaxe marxiana, ao trabalho morto, identificado com máquinas, autômatos adequados à produção capitalista.”

Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção. A “diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos” ou “o aumento crescente do capital constante em relação ao variável” reduz relativamente, mas não elimina, o papel do *trabalho coletivo* na produção de valores de troca (MARX, 1975, p. 723-724 apud ANTUNES, 2011, p. 79)

As implicações dessa crise para o mundo do trabalho não afetam apenas os trabalhadores sem qualificação, mas alcançam também trabalhadores extremamente qualificados que concorrem as poucas vagas disponíveis no mercado. Várias táticas são utilizadas para controlar e segmentar o coletivo dos trabalhadores, promovendo o individualismo com o intuito de afastar qualquer movimento de união que possa levar a formas de organização e atuação coletiva, promovendo gradativamente a redução dos postos de trabalho, com a introdução de sistemas de premiação e incentivo à participação, como uma forma de melhor utilizar o potencial dos trabalhadores, através da *captura da subjetividade*<sup>10</sup>, no intuito de aumentar o envolvimento dos mesmos com as metas de produção e de explorar melhor seus conhecimentos e habilidades. (PAZ, 2016)

Até o setor público, que outrora possuía vínculos estáveis, padece com as influências da reestruturação produtiva, pois seus serviços passam a sofrer com a precarização e a mercadorização, a gestão passa a ser inspirada no setor privado e até mesmo gerida por ele, e as terceirizações afetam cada vez mais a força de trabalho nesses espaços, principalmente nas atividades meios.

Um importante segmento de trabalhadores se submetem a baixíssimos salários e a diversas modalidades de trabalho, como os trabalhos em tempo parcial, o temporário, por contrato, por prestação de serviços e até mesmo estão em situação de desemprego, o que expressa os problemas de ordem estrutural do capitalismo.

Isso não quer dizer que o trabalho na contemporaneidade perdeu sua importância, pois novos espaços e modalidades continuam aparecendo, e o trabalho

---

<sup>10</sup> Expressão utilizada por Alves (2014).

permanece sendo indispensável para geração de valor, mas se estrutura sob novas conformações, e em setores cujos vínculos são mais instáveis, facilitando assim as demissões.

Como nos mostra Antunes:

Nova morfologia que abrange o operariado industrial e rural clássicos, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários, que se ampliam. Nova morfologia que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade toyotizada, dos novos *modos de ser* do proletariado, das trabalhadoras de *telemarketing* e *call center*, dos *motoboys* que morrem nas ruas e avenidas [...] dos digitadores que laboram (e se lesionam) nos bancos, dos assalariados do *fast-food*, dos trabalhadores dos hipermercados etc. Para não falar do trabalho escravos e semi-escravos nos campos e no agronegócio... (ANTUNES, 2011, p.104, grifos do autor)

Portanto, os trabalhos mais estáveis, com melhores salários, em setores produtivos, e em tempo integral estão sendo cada vez mais substituídos por trabalhos flexíveis, precários, com baixos salários e com cargas horárias bem diversas a fim de atender aos novos setores em expansão, como serviço e comércio.

Enquanto nos países de capitalismo central, na era fordista, havia um Estado social forte, que afiançava um sistema de proteção social aos trabalhadores, promovendo políticas sociais para os riscos oriundos do trabalho assalariado, como uma forma de complementar os ganhos obtidos com o trabalho, para as situações de falta temporária de trabalho, ou mesmo para aqueles que não tinham meios para promover a própria subsistência; na atual conjuntura, o Estado torna-se cada vez mais fraco, mínimo, como preconizado pelos neoliberais, não assegurando os direitos sociais mais importantes. Assim, de acordo com Vasapollo, as relações de trabalho se tornam ainda mais servis e os sindicatos menos atuantes, pois não conseguem promover a união e adesão dos trabalhadores:

O traço distintivo do trabalhador precarizado e difuso é dado por sua dificuldade em considerar-se como sujeito coletivo e, então, como sujeito capaz de exigir direitos e dignidade. Essa condição, dada a sua materialidade, traz dificuldades não apenas de organização, mas também limita sua constituição como sujeito. Surge, então, a necessidade de elaboração de um caminho ou de caminhos de

organização que possam romper a jaula do individualismo e que ofereçam instrumentos coletivos. (VASAPOLLO, 2005, p. 107)

Dessa forma, as disparidades sociais têm sido cada vez maiores, e este quadro tende a cada vez mais ampliar a pobreza, que antes estava associada aos países em desenvolvimento, mas no atual estágio esse fenômeno tem sido alterado, atingindo também os países de capitalismo central, pois a precarização das relações trabalhistas também torna precária a própria vida do trabalhador e sua família.

### **1.3 Desenvolvimento do capitalismo brasileiro e o mercado de trabalho**

Ao analisar a conformação do mercado de trabalho brasileiro na contemporaneidade, se faz necessário levar em conta algumas características estruturais, a precariedade e a flexibilidade, que persistem desde seu processo de formação.

No caso brasileiro, a precarização apresenta singularidades que vão além do contexto da reestruturação produtiva do capital, sendo importante situá-la na própria formação da força de trabalho brasileira, que tem sua gênese na escravidão, e na forma dependente e subalterna de inserção do país no contexto do sistema capitalista.

No Brasil, onde não houve uma consolidação do modelo fordista e o mercado de trabalho permaneceu marcado pela heterogeneidade de vínculos laborais, a busca pela flexibilização, bem como a contínua desregulamentação das leis trabalhistas contribuíram para uma fragmentação ainda maior da força de trabalho. (OLIVEIRA; PICCININI, 2011, p. 1525)

Isso não quer dizer que deixamos de reconhecer a importância dos acontecimentos que se inicia com a crise dos anos de 1970 para as determinações que se seguem desde então, tendo em vista que eles irão promover ou até mesmo aprofundar a precarização das condições de trabalho já existentes no país.

Para começo de conversa, o Brasil se inseriu na economia internacional na condição de exportador de produtos primários como café, algodão, açúcar, borracha e cacau; ao passo que importava produtos manufaturados que não eram

produzidos no país. O quadro de precarização e precariedade do trabalho é um aspecto histórico e esteve fortemente relacionado ao processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, sendo a informalidade do trabalho um indício significativo desse processo. Pois, na sociedade agrária brasileira, a escravidão esteve presente em quase todas as atividades econômicas, e acarretou uma intensa desvalorização do trabalho, mesmo com a abolição da escravatura e o assalariamento no país, em decorrência da oferta abundante de trabalhadores disponíveis após o fim da escravidão.

Assim, é importante notar que a transição do trabalho escravo ao trabalho livre aconteceu de forma lenta e gradual<sup>11</sup>, conformando vários processos de transição, até chegar finalmente à conformação de um mercado de trabalho nos moldes capitalistas. E todo esse processo de preparação e disciplinamento da força de trabalho esteve amparado pelo Estado, que além de preparar uma legislação para auxiliar nessa transição, obrigando os escravos libertos a continuarem trabalhando pelo salário que encontrassem ou seriam obrigados ao trabalho forçado em obras públicas ou colônias agrícolas; também garantiu uma espécie de política compensatória de reposição de mão de obra para substituir a escrava, garantindo a oferta abundante e regular de trabalhadores através do incentivo a imigração estrangeira (BARBOSA, 2003).

Sumarizando, o processo de construção do mercado de trabalho não se deu de forma espontânea ou linear, carregando antes a indelével herança da escravidão, sendo moldado pelos interesses das elites econômicas dominantes, apresentando características destoantes nas várias regiões do país e contando, durante toda a transição, com a mão pesada do Estado e o autoritarismo onipresente dos quase-empregadores. (BARBOSA, 2003, p. 162)

Com o fim do trabalho escravo, a imigração de trabalhadores livres europeus se tornou uma alternativa utilizada para a formação da força de trabalho do país, que passou a ser composta tanto pelos imigrantes estrangeiros quanto pelos ex-escravos e demais trabalhadores miscigenados que formavam a sociedade brasileira e competiam para obtenção de trabalho, compondo a *superpopulação*

---

<sup>11</sup> A transição do trabalho escravo para o trabalho livre aconteceu de forma gradual, através de algumas iniciativas como a proibição do tráfico de escravos, estabelecido com a Lei Eusébio de Queirós de 1850, a Lei do Ventre Livre de 1871, do Sexagenário em 1885 e a própria abolição da escravatura em 1888, com a Lei Áurea. Todas essas iniciativas colocavam a possibilidade do esgotamento do trabalho escravo e tornava necessário a implantação do trabalho livre (BARBOSA, 2003).

*relativa*<sup>12</sup>, que irá produzir consequências para o mercado de trabalho no país até os dias atuais.

Assim, a condição de disputa não esteve no mesmo nível de igualdade entre esses grupos, gerando uma segregação no seio da sociedade brasileira. Essa situação foi impulsionadora da formação das favelas nos grandes centros urbanos, que abrigavam todos aqueles que acabaram ficando excluídos dos avanços econômicos e sociais do país (POCHMANN, 2010).

A produção de uma superpopulação relativa às necessidades de acumulação de capital possui uma função sistêmica: desvalorizar o trabalho vivo através da constituição de força de trabalho excedente como mercadoria disponível para o consumo capitalista. O modo de produção capitalista necessita do exército industrial de reserva, isto é, uma população excedente ou sobrança que contribui para a produção (e reprodução) da acumulação de valor e para a sustentabilidade da dominação político-cultural (e simbólica) do capital. (ALVES, 2007, p. 100)

Ainda segundo Pochmann (2008; 2010), fatos, como a Depressão de 1929 e a Revolução de Trinta, vão marcar o esgotamento do modelo primário-exportador, e o início do processo de transição para a sociedade urbano-industrial.

A partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1954) houve um salto industrializante, tendo em vista que até então o país era predominantemente agroexportador. Portanto, é a partir da década de 1930, que o Brasil começa a transitar do modelo primário-exportador para o urbano-industrial, e o modelo de produção fordista/taylorista irá influenciar o processo de industrialização brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Dessa forma, houve uma rápida ampliação dos postos de trabalho que até então se mantinham estagnados. Mas no campo, as velhas lideranças agrárias se mantiveram, impossibilitando mudanças nesse espaço.

Assim, o desenvolvimento industrial brasileiro tem início em 1930, mas irá ganhar fôlego no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), através do Plano de Metas. Sendo o período de 1930 a 1956 determinante para a formação do mercado de trabalho urbano-industrial. Esse processo provocou uma intensa migração de um

---

<sup>12</sup> A *superpopulação relativa* trata-se do excedente da força de trabalho, cuja finalidade é contribuir para produção e reprodução capitalista. (ALVES, 2007)

importante contingente de trabalhadores do campo para os grandes centros urbanos, que não possuíam estrutura adequada para recebê-los, impulsionando uma rápida e desordenada urbanização (POCHMANN, 2008).

Muitos trabalhadores não conseguiram se inserir no mercado formal de trabalho como esperavam, e passaram a se aglomerar nas periferias das grandes cidades. Todo esse contexto irá promover a ampliação da pobreza e desigualdade social, agravando, assim, as expressões da “questão social”<sup>13</sup> nesses espaços.

É também nesse período que se consolida a regulação pública das relações de trabalho, através da consolidação da legislação trabalhista, mas o número de trabalhadores protegidos por ela ainda era pouco significativo diante do contingente de trabalhadores que se encontrava nos centros urbanos e no campo que não estava resguardado pela nova legislação.

Apesar dos avanços obtidos nesse contexto, o país não conseguiu reduzir os níveis de desigualdade social, até mesmo porque a legislação social e trabalhista estava voltada para o segmento inserido no mercado formal de trabalho, excluindo a maioria dos trabalhadores que se encontrava no campo<sup>14</sup>.

Dessa forma, a ausência de legislação trabalhista colaborou para manter baixo o custo da força de trabalho até então, que se acentuou ainda mais no período da ditadura militar com a repressão ao movimento sindical e a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que extinguiu a estabilidade para trabalhadores com mais de dez anos de serviço, e incentivou a rotatividade da força de trabalho no país, não sendo controlada pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)<sup>15</sup>. Assim,

A elevada disponibilidade de mão-de-obra, resultante da manutenção das estruturas fundiárias concentradas, somada ao perfil da legislação sobre o trabalho no Brasil, cujos parâmetros de proteção social foram instituídos de modo seletivo, fizeram da informalidade e do desemprego realidades que se reproduzem de longa data no país.

---

<sup>13</sup> Por “questão social” compreendemos as expressões da desigualdade social geradas pelo conflito entre capital e trabalho presentes no modo de produção capitalista.

<sup>14</sup> Só a partir de 1960, os trabalhadores rurais passaram a estar assegurados pelo sistema de proteção social, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), que também passou a incorporar benefícios não contributivos.

<sup>15</sup> Decreto-Lei no 5.452, editado em 1º de maio de 1943.

Essas características foram significativamente aprofundadas na segunda fase da “industrialização pesada”, quando em condições políticas muito particulares, a intervenção do Estado proporcionou uma política salarial absolutamente desfavorável aos trabalhadores, acentuando a concentração de renda e institucionalizando a alta rotatividade da mão-de-obra, com o FGTS em substituição à estabilidade no emprego. (SANTOS, 2008, p. 161)

É importante notar que no Brasil a formação da força de trabalho se deu através de um intenso processo migratório que promoveu um excedente de mão de obra, contribuindo para o processo de exploração do trabalho. Nesse contexto, o país ainda concentrava maior parte da sua mão de obra no campo, em decorrência de ainda ser um país predominantemente primário-exportador e pelo enorme poder de pressão dos latifundiários, a fim de que a legislação trabalhista não chegasse a esse espaço, mantendo assim a exploração da força de trabalho em níveis elevados.

A reprodução das segmentações entre trabalho rural e urbano e entre trabalho formal e informal implica considerar, portanto, que, se fazendo nos marcos da “cidadania regulada”, **o regime de trabalho brasileiro possui particularidades em face do padrão capitalista do período. Enquanto mundialmente se consolidam as políticas keynesianas associadas aos mecanismos de negociação coletiva, o Brasil distava muito desse processo.** Tivemos uma regulação do trabalho que, embora essencial para moldar a subjetividade das classes trabalhadoras até os dias atuais, não possibilitou uma reversão do padrão histórico de exploração do trabalho pelo capital. (SANTOS, 2008, p. 116-117, grifos da autora).

É a partir do golpe militar de 1964 que acontece o maior processo de industrialização e a internacionalização do país, através da junção de baixos salários e jornadas de trabalho prolongadas. O maior momento de expansão e acumulação se deu na fase do “milagre econômico” (1968-1973), dentro do binômio ditadura e acumulação.

Os sindicatos, no caso brasileiro, não tiveram o mesmo papel ativo na conquista dos direitos dos trabalhadores que nos países de fordismo clássico, pois com a ausência de democracia, estes foram colocados na ilegalidade, o que dificultou a luta pelos direitos dos trabalhadores, e acentuou ainda mais a exploração do trabalho nesse período, tendo em vista que os empregadores possuíam liberdade para fixar as regras no ambiente de trabalho. Ao passo que os sindicatos foram colocados na ilegalidade, perdendo seu protagonismo nas negociações quanto aos

interesses dos trabalhadores, o Poder Executivo controlava os aumentos salariais, o que levou a uma defasagem muito grande nesse período, que ficou conhecida como “arrocho salarial”.

Com as restrições à organização sindical e à liberdade política impostas pelo regime militar, a industrialização brasileira pós-1964 caracterizou-se por uma perversa combinação entre excepcionais taxas de crescimento econômico e de exclusão social. Sob uma legislação autoritária e repressiva, que privilegiou os regimes de contratos individuais de trabalho (em detrimento dos contratos coletivos) e sufocou as atividades dos sindicatos, nossa industrialização foi acompanhada por uma acentuada flexibilidade do mercado de trabalho, expressa pelas altas taxas de rotatividade no emprego. Em uma análise retrospectiva do desenvolvimento das relações de trabalho no Brasil, observa-se que a flexibilidade é crescente, principalmente a partir dos anos de regime militar (MANZANO, 1996, p. 255 apud SANTOS, 2008, p. 129).

É importante destacar que, enquanto nos países de capitalismo central, no contexto do pós-segunda guerra, era assegurado um amplo sistema de proteção social<sup>16</sup>, com vínculos de trabalho estáveis para os trabalhadores; Santos (2008) nos mostra que no caso brasileiro, mesmo no período fordista, a flexibilidade e a precariedade do trabalho se mantinham como uma espécie de herança da própria formação social do país:

[...] o “fordismo à brasileira” conformou singularidades, como o regime de trabalho com baixa proteção social e elevados índices de rotatividade da força de trabalho, pautados na flexibilidade e precariedade estruturais do mercado de trabalho. Determinado por um contexto de ausência de democracia que possibilitou as medidas de “arrocho salarial” e intensa repressão ao movimento sindical, o “fordismo à brasileira” se constitui sob uma norma de consumo “restrita”, tendo em conta a desigualdade social assentada na concentração de renda – reflexo, por sua vez, da ausência de uma série de reformas estruturais adiadas pelos processos de “modernização conservadora” e “revolução passiva” sob forte intervenção estatal. (SANTOS, 2008, p. 151-152).

Assim, o fordismo não foi implementado no Brasil como nos países de capitalismo central, acontecendo de forma tardia e em um contexto de ausência de democracia, não sendo capaz de socializar os ganhos sociais para o conjunto da

---

<sup>16</sup> Os sistemas de proteção social surgem na Europa ocidental, no contexto na Revolução Industrial, mas ganham amplitude no segundo pós-guerra. Segundo Boschetti (2012, p. 756), sistema de proteção social é um “[...] conjunto organizado, coerente, sistemático e planejado de políticas sociais que garantem a proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais, nas áreas de emprego, saúde, previdência, habitação, assistência, educação”.

população brasileira, que poderiam promover alguma superação nas lacunas da própria formação social do país.

Nesse panorama, de 1930 a 1980 houve a consagração de um novo período econômico nacional através do desenvolvimento do mercado interno promovido pelo processo de industrialização, que proporcionou a criação do sistema de proteção social brasileiro, que se constituiu através do trabalho, tendo em vista que houve uma estruturação<sup>17</sup> do mercado formal de trabalho nesse período.

Com a crise de 1970, o projeto de desenvolvimento brasileiro também irá sofrer rebatimentos. Na transição do regime autoritário para o democrático, o país enfrentou a grave crise da dívida externa, ainda no início dos anos de 1980, abandonando o processo de industrialização nacional e o projeto desenvolvimentista, e voltando esforços para o aumento das exportações em detrimento do fortalecimento do mercado interno. Tudo isso impactou negativamente no mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, das ocupações sem carteira assinada e do trabalho por conta própria (POCHMANN, 2008; 2010).

De um lado, o comportamento do mercado de trabalho passou a registrar sinais de desestruturação, com forte elevação do desemprego aberto e do desassalariamento da mão-de-obra, cada vez mais envolvida pela informalidade. De outro, o avanço na polarização social resultou tanto do crescente esvaziamento dos tradicionais postos de trabalho de classe média como do simultâneo aumento das ocupações de baixa renda e dos rendimentos associados aos ganhos financeiros. Por fim, observou-se que o estancamento na evolução da renda *per capita* foi também acompanhando da adoção recorrente de medidas voltadas ao ajuste das finanças governamentais. (POCHMANN, 2008, p. 55-56)

Ainda nos anos de 1980, com o fim da ditadura militar, no governo de Sarney, o padrão de acumulação brasileiro passou a sofrer pequenas alterações. Algumas indústrias brasileiras já passavam a adotar novas tecnologias e formas de gestão do trabalho, mas esse processo era ainda pouco expressivo quando comparado com as transformações que experimentavam os países de capitalismo

---

<sup>17</sup> De acordo com Pochmann (2008, p. 60), “Por estruturação compreende-se a predominância do segmento organizado do mercado de trabalho urbano, tendo em vista o avanço das ocupações mais homogêneas, com base nas empresas estatais, ocupações essas representadas pelo emprego assalariado regular e regularizado. Já o movimento de desestruturação caracteriza-se pela manifestação do segmento não-organizado, cujas formas principais de ocupações são heterogêneas e sobretudo não-pertencentes às organizações tipicamente capitalistas, à administração pública e às empresas estatais, geralmente peculiares das economias subdesenvolvidas.”

central, que viviam de modo intenso o processo de reestruturação produtiva e os influxos da política neoliberal (ANTUNES, 2005).

Para Druck (1995), a introdução do modelo toyotista aconteceu em três etapas: a primeira com a chegada dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) na transição dos anos de 1970-80; a segunda acontece em meados dos anos de 1980 nas indústrias do setor automotivo com a introdução de novas tecnologias de automação, com aplicação do *just-in-time*, dos Programas de Qualidade Total e do Controle Estatístico do Processo; e a terceira e última etapa é a da Qualidade Total que acontece nos anos de 1990 em todos os setores produtivos. Portanto, é só nos anos de 1990 que a reestruturação produtiva se desenvolve de forma ampla no país.

A aprovação da Constituição Federal de 1988 representou um grande avanço em termos de regulação das relações de trabalho e ampliação dos direitos sociais, pois reduziu a jornada de trabalho para 44 horas semanais, garantiu um terço do salário no período de férias e o direito de greve, e integrou as políticas de saúde, assistência e previdência social à seguridade social, ampliando o acesso para além dos trabalhadores formais.

Mas diante da conjuntura neoliberal que já estava sendo gestada, a Constituição passou a ser criticada com o argumento que a regulação do trabalho tornava as contratações muito onerosas, apresentando-se como empecilho para a competitividade dos produtos nacionais no cenário internacional, tendo em vista que os países de capitalismo central caminhavam para relações de trabalho cada vez mais flexíveis.

Dessa forma, o governo Collor de Melo (1990-1992) tratou de inserir o Brasil na nova ordem mundial globalizada que segue alinhada ao projeto neoliberal, adotando as orientações do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Assim, com a implementação do receituário do Consenso de Washington<sup>18</sup>, houve significativas desregulamentações do mundo do trabalho, transformações na própria

---

<sup>18</sup> O Consenso de Washington foi uma reunião realizada em 1989, que reuniu instituições norte-americanas (Tesouro Americano, Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional), com o objetivo de promover o ajuste macroeconômico das nações subdesenvolvidas, a partir de um conjunto de medidas compostas por dez regras básicas, dentre elas: abertura econômica, financeira e comercial, ajuste fiscal, reforma tributária, desregulamentações de leis trabalhistas, aumento da taxa de juros, controle da inflação, privatizações, etc. (CARCANHOLO, 2010)

organização sociotécnica do trabalho e desterritorialização da produção, reflexos do processo de reestruturação produtiva e das mudanças na divisão internacional do trabalho.

[...] processo que vem se efetivando mediante formas diferenciadas, configurando uma realidade que comporta tanto elementos de continuidade como de descontinuidade em relação às fases anteriores. Há uma mescla nítida entre elementos do fordismo, que ainda encontram vigência acentuada, e elementos oriundos das novas formas de acumulação flexível e/ou influxos toyotistas no Brasil (ANTUNES, 2006, p.19).

Se foi a partir da transição dos anos de 1970-80 que o Brasil começou a absorver as influências do modelo toyotista, foi só no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), em meio ao Plano Real, que o processo de reestruturação produtiva deslanchou no país, com a abertura econômica, financeira e comercial. As empresas nacionais passaram a sofrer com a concorrência das empresas estrangeiras, muitas chegaram a falir, fazendo com que o governo adotasse medidas para desregulamentação do trabalho no país, com a justificativa que era para tornar as empresas nacionais mais competitivas e garantir a manutenção dos empregos.

Com FHC, no campo da regulação do trabalho, a estratégia inicial visou avançar na sua desregulamentação por partes: lei das cooperativas profissionais, desindexação salarial, restrição do poder de fiscalização do MTE, restrição ao exercício da greve no setor público, desvinculação da remuneração na forma de participação nos lucros e resultados em relação à remuneração na forma de salário, promoção do trabalho temporário, do trabalho parcial, do banco de horas, entre outras. (OLIVEIRA, 2015, p. 551)

As medidas adotadas provocaram a desestruturação do emprego no Brasil, com a introdução de mecanismos que tornaram precárias as formas de inserção no mercado de trabalho e flexibilizaram as leis trabalhistas e as formas de rendimentos, através da adoção de contratos por tempo determinado, por prestação de serviços, etc., assim como também promoveu um intenso processo de reorganização do sistema político e ideológico, através da política macroeconômica neoliberal.

A constituição de um novo modelo econômico brasileiro a partir de 1990 repercutiu no produto nacional e no nível geral de emprego da mão-de obra. Acompanhando a revisão do papel do Estado na economia (racionalização e descentralização do gasto e privatização

do setor produtivo estatal), constatou-se o avanço da desregulamentação financeira (liberalização da conta de capital e maior vinculação com ingressos financeiros internacionais), econômica (desnacionalização de empresas e fusão de grandes firmas) e comercial (redução de tarifas e ampliação das trocas externas), cujos impactos se deram no âmbito do processo interno de reestruturação produtiva. (POCHMANN, 2008, p.11)

Nesse contexto, a reestruturação produtiva chega ao Brasil trazendo modificações para o que já havia sido implantado do modelo fordista, promovendo inflexões no mercado de trabalho que historicamente já era precarizado. Com isso, as empresas nacionais para concorrer com as internacionais passaram a buscar além de incentivos fiscais, o rebaixamento do custo da força de trabalho, que já era abundante e sem a cultura de organização política e sindical.

Assim, para o Brasil e os demais países que compõem a periferia do capitalismo, as promessas da globalização não se efetivaram, pois, a liberalização da economia tornaram os países mais vulneráveis aos capitais internacionais, e a inovação tecnológica prometida não foi concretizada.

A difusão desigual do progresso técnico acentuou as assimetrias na divisão internacional do trabalho e exacerbou as características predatórias do capital, ampliando o hiato que separa o desenvolvimento do subdesenvolvimento e revitalizando formas, que se imaginavam ultrapassadas, de superexploração do trabalho e de depredação do meio ambiente. (SAMPAIO, 2010, p. 36)

Desse modo, a crise capitalista no Brasil não pode ser analisada da mesma forma que nos países de capitalismo central, pois a flexibilidade/desregulamentação tem outra conotação para a realidade brasileira, e acontece de forma mais grave e com implicações mais profundas, pois os retrocessos nos direitos do trabalho acontecem sem muita resistência e com certa naturalidade pelos trabalhadores, como nos mostra Santos (2008).

O desemprego em massa foi uma realidade nos anos de 1980, mas que se acentuou ainda mais nos anos seguintes, colocando o Brasil no *ranking* dos países com maior taxa de desemprego do mundo nesse período. A ausência de crescimento econômico no período de 1980 e 1990, somado a política neoliberal, provocou a mais grave crise de desemprego já vista no Brasil. A desestruturação do trabalho aconteceu praticamente em todos os segmentos sociais, com uma intensa regressão dos postos de trabalho formais, em um crescente processo de

desassalariamento, assim como a destruição dos melhores postos de trabalho, sem a criação de novos (POCHMANN, 2006).

Por conseguinte, esse período marca a desestruturação do emprego formal no país, a partir da flexibilização da legislação trabalhista, pois apesar de não haver alteração na Constituição, muitos decretos, portarias e projetos de lei foram publicados, alterando a legislação trabalhista e introduzindo mecanismos que precarizaram a forma de inserção no mercado de trabalho.

Se nos anos de 1980 o setor público foi um dos principais responsáveis por elevar a ocupação no país, na década seguinte, com a reforma administrativa, passou haver uma redução dos gastos públicos, enxugamento do quadro de pessoal, incentivo a demissão voluntária, e demissões dos não-estáveis.

Só nessa década, em decorrência da reforma administrativa do Estado, 550 mil postos de trabalho foram extintos. Por outro lado, houve um processo de subcontratação, principalmente nos setores de segurança e limpeza, ampliando as terceirizações no interior da administração estatal. Assim, “somente no governo federal, cerca de 200 mil postos de trabalho desapareceram ao longo da década de 1990” (POCHMANN, 2012, p. 48).

Com a mundialização do capital no pós-fordismo, o trabalho ilegal tem assumido grande dimensão em decorrência de as indústrias dos países de capitalismo avançado estarem deslocando sua produção para locais onde há uma maior oferta de mão de obra qualificada e as garantias trabalhistas são poucas, reduzindo assim os custos de produção para aumentar a competitividade (VASAPOLLO, 2005). Essa é uma característica muito particular do modelo de produção brasileiro, cuja baixa remuneração atrai um fluxo de capitais estrangeiros para o país a fim de explorar sua força de trabalho.

Nos anos de 1990, a entrada subordinada do país na política macroeconômica neoliberal, através da abertura comercial e das desregulamentações econômicas e financeiras, “expôs o setor produtivo nacional, especialmente a indústria, a uma concorrência predatória, o que provocou o fechamento e a desnacionalização de parte do aparelho produtivo” (GONZALEZ et al, 2009, p. 100), acarretando a ausência de crescimento econômico e baixas taxas

de investimentos estatal na economia do país, fazendo com que as taxas de desemprego atingissem níveis elevados. E para pôr fim ao processo de industrialização brasileiro, “[...] a ampliação da desnacionalização do parque produtivo interno foi potencializada pelo avanço da privatização do setor produtivo estatal” (POCHMANN, 2008, p. 17).

Com a implantação do Plano Real em 1994, 20% da receita que deveria ser destinada a gastos sociais passaram a cobrir pagamentos de despesas financeiras, com a aprovação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), como medida do ciclo de financeirização vigente nas últimas décadas do século XX. Dessa forma,

No período de 1990 a 1992, diante da recessão econômica, verificou-se a queda de 3,9% na produção nacional, seguida da *redução de 8,4% no emprego assalariado formal e da elevação de 130% na taxa de desemprego*. [...] No segundo momento, entre 1993 e 1997, o processo de reestruturação produtiva registrou importante recuperação da produção doméstica, estimada em 23%, enquanto o emprego assalariado formal apresentou redução de 1,4%, e *a taxa de desemprego cresceu 18,5%*. Com a expansão da economia promovida pela ampliação das importações, do investimento externo e do endividamento interno e externo, houve aumento do consumo no país, desacompanhando de maior produção e, conseqüentemente, de geração de ocupação em volume suficiente para diminuir a taxa de desemprego. No terceiro momento, verificado entre 1998 e 1999, ocorreu a desaceleração generalizada do conjunto das atividades econômicas, com queda da produção interna em 1,6% e do *emprego formal em 3,1%, o que trouxe uma elevação considerável do desemprego: 45%*. (POCHMANN, 2008, p.13, grifos nossos)

A redução da produção nacional através da política de substituição de produtos nacionais por importados, apesar de ampliar o consumo interno, não possibilitou a geração de empregos no país. Isso só se alterou a partir de 1999, pois “Com a desvalorização cambial, não apenas os bens e serviços produzidos internamente se tornaram mais competitivos, estimulando rapidamente as exportações, como houve contenção relativa de importações.” (POCHMANN, 2008, p. 17).

Mas o Brasil não consegue competir no mesmo nível com os outros países, tendo em vista que exporta produtos que possuem menor valor agregado, *commodities*, em decorrência de possuir baixo conteúdo tecnológico empregado; e,

por outro lado, importa produtos mais sofisticados, com maior emprego de tecnologias, continuando assim em desvantagem.

As desregulamentações e flexibilizações das legislações sociais e trabalhistas iniciadas nessa conjuntura dos anos de 1990 foram responsáveis pela desigualdade de remuneração e contratação de mão de obra no país. Em 1994, houve a criação da lei de cooperativas profissionais ou de prestação de serviços, que reforça a precarização dos vínculos de trabalho.

No que concerne à Consolidação das Leis do Trabalho, várias alterações foram feitas ao longo dos anos de 1990, a fim de desregulamentar o trabalho no país:

[...] o Brasil passou a conviver com a diversificação do regime de trabalho assalariado, que, na maior parte das vezes permitiu a importante redução da mão-de obra. Em 1995 [...] uma portaria do Ministério do Trabalho e um enunciado do Tribunal Superior do Trabalho favoreceram a proliferação da *terceirização* do emprego. Já em 1996 foram introduzidos o *contrato de trabalho assalariado especial para micro e pequenas empresas* (CLT-Simples) e o *contrato temporário reformulado* (CLT-PT). [...] Em 1998, dois novos regimes de contratos foram implementados no Brasil: as empresas passaram a dispor do *contrato por tempo determinado* (CTD) e o *contrato por jornada parcial* (CPT) para o emprego assalariado, com menor custo, acrescido de uma nova modalidade de suspensão contratual por dois a cinco meses para qualificação (POCHMANN, 2008, p. 20, grifos nossos).

Dessa forma, os postos de trabalho precários, sem proteção social e trabalhista, voltaram a crescer. Cresceram também o número de profissionais autônomos, de estágios e as empresas de terceirização no país, a fim de atender a uma nova demanda que surgiu a partir dessas legislações. Assim, é importante perceber que a partir dos anos de 1990, o Brasil passou a fazer um movimento contrário ao que vinha sendo feito desde os anos de 1930, deixando de investir no seu processo de industrialização e promovendo a reprimarização da economia.

Através da abertura comercial e financeira, as empresas nacionais passaram a sofrer com a ampliação da concorrência, e utilizando como argumento a necessidade de aumentar a competitividade das empresas nacionais, houve um movimento no sentido de desestruturação do mercado de trabalho formal que vinha se consolidando até então, através da redução do trabalho assalariado formal e da

utilização de diversas formas precárias de contratação de mão de obra. Fazendo uma análise comparativa entre o período dos anos de 1970 e 1980 com os anos de 1990, Pochmann apresenta os seguintes dados:

Para os 24,6 milhões de brasileiros que ingressaram no mercado de trabalho entre 1975 e 1989, 94,7% conseguiram ocupação. Desses, 74% foram empregados assalariados – seis em cada dez contratados em regime formal. Já a partir de 1990, o desemprego avançou rápida e consideravelmente. A cada cem brasileiros que ingressaram no mercado, trinta, em média, perderam seu posto de trabalho: *o desemprego tornou-se dez vezes maior que no período imediatamente anterior* (POCHMANN, 2008, p. 25, grifos nossos).

Assim, além dos poucos postos de trabalho criados no país nesse período, a maioria com vínculos precários, as remunerações também foram muito baixas quando comparadas com o período anterior.

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada entre 1995 e 2004, demonstram que os empregos terceirizados foram os que mais cresceram no país nesse período, gerando 2,3 milhões de empregos formais.

[...] desde a década de 1990 a taxa de desemprego cresceu rapidamente, sem apresentar ruptura em relação à degradação das condições gerais de trabalho no Brasil. Nesse sentido, o desemprego continua em patamar elevado – cerca de três a quatro vezes mais alto que as taxas registradas nas décadas de 1970-1980 – e mudou radicalmente a natureza de sua manifestação. (POCHMANN, 2008, p. 25)

O baixo crescimento econômico, somado a forma subordinada como o país entrou na economia mundial e os ajustes orientados pela política neoliberal levaram ao alto índice de desemprego. Todo esse contexto resultou na queda da renda nacional gerada pelo trabalho, em decorrência de não haver a contribuição estabelecida como nos contratos formais.

Ao discutir inclusão social no decurso das duas últimas décadas do século XX, Pochmann chama atenção para o quanto às famílias privilegiadas pela financeirização foram beneficiadas, ao passo que,

Pressionado pelo desemprego, parcela da força de trabalho sobrando teve que se submeter às atividades para famílias ricas por remunerações extremamente baixas. O resultado disso foi a conformação de uma sociedade composta por um arquipélago de

ilhas de famílias ricas rodeadas por legiões de prestadores de serviços pessoais (domésticos, conservação e vigilância, entre outros). Um verdadeiro exemplo de polarização social evidenciado pelas possibilidades de constituição de um país para somente 2/5 de sua população. (POCHMANN, 2010, p.116)

A entrada do Brasil na política macroeconômica neoliberal aconteceu de forma passiva e subordinada, e o setor produtivo nacional foi aos poucos sendo privatizado, aumentando o capital estrangeiro no país, tornando cada vez mais distante o projeto de desenvolvimento nacional que vinha sendo implementado.

Para Pochmann (2012), o Brasil vive um padrão de sociedade salarial incompleto, marcado pela informalidade, baixos salários e grande quantidade de trabalhadores autônomos. E a perda do dinamismo da economia nos anos de 1990 trouxe consequências para o mercado de trabalho nas últimas décadas do século XX, com aberturas de poucas vagas, elevando a taxa de desemprego no país e reduzindo o rendimento dos trabalhadores, que cresceu apenas 1,1%, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,8%.

Assim, fazendo um balanço dos anos de 1990, com a entrada da política macroeconômica neoliberal, houve a desconstrução de todo o processo de formação do mercado de trabalho brasileiro através da flexibilização das legislações trabalhistas, houve também desconstrução dos direitos materializados na Constituição de 1988, com a precarização das políticas sociais e flexibilização da legislação trabalhista, além da privatização do setor produtivo estatal e da substituição de exportações. Tudo isso levou o Brasil a mais grave crise do desemprego já vista na história, que acabou obrigando os trabalhadores a aceitarem trabalhos sem garantias de direitos, ampliando assim o contingente de trabalhadores precários no país ao longo desse período.

## **2 AS ESTRATÉGIAS PARA A AMPLIAÇÃO DA RENDA E DO CONSUMO NOS GOVERNOS LULA E DILMA**

O período dos governos Lula e Dilma à frente do Estado brasileiro se configura como momento histórico de expansão do assalariamento, da renda, do consumo, da redução da pobreza e mesmo de ampliação do mercado formal de trabalho no país. Assim, torna-se relevante analisar suas determinações no campo político, econômico, social e mesmo ideológico.

Nesse capítulo, o nosso objetivo é analisar a realidade brasileira durante os governos que foram dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores, Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), tendo em vista a problematização do nosso objeto de pesquisa, a saber, mercado de trabalho e condições de trabalho no Brasil durante o período dos governos Lula e Dilma, tomando como referência as estratégias de desenvolvimento econômico utilizadas, que possibilitou a modernização da economia e constituiu um mercado interno mais forte, que embora carregue consigo um conjunto de contradições.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidência da República (2002), houve uma tentativa de explicar a política adotada por seu governo, a partir da recuperação do momento da história que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentismo (1930-1980), buscando traçar parâmetros entre esses dois períodos. Assim, houve um amplo debate teórico e político, o qual demonstra que o país estaria vivendo um novo período de desenvolvimento semelhante ao experienciado entre os anos de 1930 a 1980 (nacional-desenvolvimentismo), que alguns autores denominaram de neodesenvolvimentismo, social-liberalismo e neokeynesianismo.

Nesse sentido, a pesquisa revela que o neodesenvolvimentismo é um conceito polissêmico, podendo ser compreendido a partir de diferentes correntes teóricas. Mas, apesar de se tratar de um debate complexo, que apresenta várias interpretações, buscaremos apresentar, mesmo que de forma sucinta, as principais teses e polêmicas em torno desse período.

Para mostrar que o período dos governos petistas não representa a atualização do nacional-desenvolvimentismo dos anos de 1930-1980, como defende alguns autores, serão abordadas inicialmente a teoria do desenvolvimento e a forma como essa teoria foi resgatada com o emprego do termo neodesenvolvimentismo para conceituar o período dos governos que tem início a partir do desgaste da política neoliberal no continente latino-americano.

Trazemos a discussão do neodesenvolvimentismo para as particularidades da realidade brasileira, bem como as visões dos principais autores sobre esse período. E também abordaremos as estratégias utilizadas pelos governos Lula e Dilma para a ampliação da renda e do consumo, através de maiores investimentos em políticas sociais, ampliação dos programas de transferência de renda e da ampliação do crédito, tendo em vista que tais medidas terão clara repercussão no aquecimento da economia nacional e, conseqüentemente, na ampliação do mercado formal de trabalho no país.

## **2.1 As influências do Neodesenvolvimentismo**

A discussão do desenvolvimento foi reatualizada durante os governos do Partido dos Trabalhadores a partir do debate do neodesenvolvimentismo, que se apresentou como uma espécie de terceira via (CASTELO, 2013), visto que buscava conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo, como estabilidade monetária, competitividade internacional, austeridade fiscal; com os aspectos “positivos” do desenvolvimentismo, crescimento econômico, Estado regulador e desenvolvimento social. Assim, não buscava superar o sistema capitalista e também não se identificava como o modelo neoliberal, pois se buscava conciliar desenvolvimento econômico com equidade social, se apresentando como alternativa ao neoliberalismo dos governos anteriores.

Para compreender melhor o emprego do termo neodesenvolvimentismo, se faz necessário trilhar pela discussão da teoria do desenvolvimento, e para tanto, é imperativo falar sobre o papel desempenhado pela Comissão Econômica para

América Latina e Caribe (Cepal<sup>19</sup>) para a divulgação da teoria do desenvolvimento no continente.

Os anos que se seguem após a crise de 1929 e dos pós-guerras foram importantes para a reestruturação das economias desses países, mas também foi nesse período que se gestaram um intenso debate a respeito do desenvolvimento/subdesenvolvimento.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e países do continente europeu passaram a divulgar a teoria do desenvolvimento para outras nações subdesenvolvidas, com a finalidade de afastar a ameaça comunista da periferia do mundo capitalista e expandir a dominação econômica imperialista, sendo a Cepal, agência ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), a responsável pela elaboração e divulgação dessa teoria no continente latino-americano a partir de 1948.

Segundo Marini (2010, p. 104), o objetivo da Cepal era:

[...] responder à inquietude e à inconformidade manifestadas pelas novas nações que emergiam para a vida independente, a partir dos processos de descolonização, ao se darem conta das enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais.

Dessa forma, os países de capitalismo central buscavam, através das universidades, órgãos governamentais e agências internacionais, explicar as disparidades existentes entre as nações, e procuravam convencer os países subdesenvolvidos de que era possível, por meio do processo de industrialização, atingir o mesmo patamar de progresso das economias de capitalismo central, superando a pobreza e o atraso econômico. Assim, o objetivo da teoria do desenvolvimento era explicar o motivo pelo qual os países subdesenvolvidos encontravam-se nessa condição, e de que forma poderia haver o desenvolvimento nacional, a fim de superar a situação de dependência e subdesenvolvimento.

Segundo Marini (2010), essa foi a forma que os países desenvolvidos encontraram para convencer os países subdesenvolvidos que eles estavam em um

---

<sup>19</sup> A Cepal constitui uma das cinco Comissões Regionais das Nações Unidas formada em 1948, cujo objetivo era disseminar a teoria do desenvolvimento para na América Latina.

estágio anterior, numa espécie de escala evolutiva, cujo fim a ser atingido era o desenvolvimento e, para isso, seria necessário passar por algumas etapas, sendo a industrialização a forma de superar o subdesenvolvimento.

Segundo Marini (2010), utilizaram um conceito de desenvolvimento baseado no aparato produtivo e nos três setores produtivos: primário, secundário e terciário, demonstrando que os países de capitalismo central conseguiram promover seu desenvolvimento, estando numa posição superior quando comparado aos países em subdesenvolvimento, que estariam num estágio anterior do processo evolutivo, quando ainda precisam reunir as condições de desenvolvimento autossustentável. Portanto,

[...] a tese central da teoria do desenvolvimento assevera que o desenvolvimento econômico representa um *continuum* no qual o subdesenvolvimento constitui uma etapa anterior ao desenvolvimento pleno. Este representaria, porém, algo acessível a todos os países que se empenhassem em criar as condições necessárias para tal (MARINI, 2010, p. 105, grifos do autor).

Desse modo, a teoria do desenvolvimento não leva em conta as disparidades existentes nas economias da periferia do sistema capitalista mundial, que desde seu processo de formação foram colonizadas e tiveram suas riquezas apropriadas pelos países de capitalismo avançado, e ainda permanecem subjugadas.

Assim sendo, desenvolvimento e subdesenvolvimento apesar de estarem em lados opostos, são processos complementares, resultante da inserção das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho de forma subordinada. Dessa forma, o subdesenvolvimento é provocado pelos processos de dependência e exploração promovidos pelas nações ditas desenvolvidas, conformando um *padrão de desenvolvimento desigual e combinado*<sup>20</sup>.

A dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e autoimpulsionar-se,

---

<sup>20</sup> O termo *padrão de desenvolvimento desigual e combinado* vem da teoria do desenvolvimento desigual e combinado formulada por León Trotsky, que busca explicar as disparidades econômicas e sociais existentes entre os países de capitalismo periférico e os países imperialistas.

enquanto outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo desta expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes. (SANTOS, 1978, p. 305 apud PRADO & MEIRELES, 2010, p. 177)

Mas a Cepal não se limitará a divulgar a teoria do desenvolvimento no continente, irá se vincular a realidade latino-americana e expressar as contradições de classe existentes, apresentando suas próprias contribuições (como a crítica a teoria clássica do comércio internacional). Contudo, sua ligação com a teoria do desenvolvimento fazia com que ela não considerasse desenvolvimento e subdesenvolvimento como processos distintos, marcados por antagonismos e complementações (CARCANHOLO, 2010; MARINI, 2010). Assim, para a Cepal,

[...] a partir de medidas corretivas aplicadas ao comércio internacional e da implementação de uma política econômica adequada, os países subdesenvolvidos ganhariam acesso ao desenvolvimento capitalista pleno, pondo fim à situação de dependência em que se encontravam (MARINI, 2010, p. 109).

A estratégia para a superação do subdesenvolvimento, segundo essa teoria, estava na industrialização nacional, estimulada pelo Estado, que promoveria a substituição da importação de produtos manufaturados, alocando melhor a força de trabalho, elevando os salários e promovendo o progresso técnico. Logo, o desenvolvimento econômico levaria inexoravelmente ao desenvolvimento social.

A industrialização latino-americana não conseguiu superar as velhas estruturas produtivas, se concentrou no mercado interno para o escoamento dos produtos manufaturados, pois não foi capaz de conquistar novos mercados, ao passo que continuava exportando produtos primários. Assim, os lucros obtidos estavam concentrados em moedas nacionais e os pagamentos dos empréstimos realizados nesse período precisavam ser convertidos em moedas estrangeiras, perdendo no seu valor final (MARINI, 2010).

A teoria desenvolvimentista exerceu grande influência nos países latino-americanos, principalmente no período de 1930 a 1980, cujo desenvolvimento econômico deveria encontrar-se assentado no processo de industrialização substitutiva de importações, no menor grau de dependência tecnológica, na menor

dependência quanto à exportação das *commodities*, na menor penetração de importações industriais e na autonomia e soberania dos países (GONÇALVES, 2012).

No Brasil, o nacional-desenvolvimentismo entrou na agenda política e ideológica com o início do governo de Getúlio Vargas. O processo de industrialização marca a transição do modelo primário-exportador para a sociedade urbano-industrial, ficando conhecida como Revolução de Trinta, que apesar do nome, aconteceu como uma espécie de acordo entre a burguesia industrial e a burguesia agrária.

O processo de industrialização via modelo de substituição de importações ganhou impulso em 1930 como forma de reação à crise econômica mundial de 1929. Esse projeto de industrialização começou sob impulso de iniciativas estatais, com políticas protecionistas, de empréstimos e isenções fiscais para investidores privados, que então alocavam seus capitais nos setores de bens de consumo não duráveis. Operou-se, desse modo, a articulação de um novo bloco de poder, com uma aliança entre Estado e uma burguesia nacional emergente, sem, contudo, romper totalmente com as antigas classes dominantes, notadamente os latifundiários. (CASTELO, 2012, p. 619)

Entretanto, é no governo de Juscelino Kubitschek, com o apoio do capital financeiro<sup>21</sup>, que o desenvolvimentismo ganha fôlego, atingindo seu auge no período de 1950-1960, mas com o golpe militar de 1964, o projeto desenvolvimentista começou a entrar em decadência, chegando ao fim em 1980.

Após uma década de expansão da industrialização, a crise econômica se alastrou pelos países latino-americanos, provocando estagnação. Dessa forma, o crescimento econômico da América Latina entra em crise nos anos de 1960, repercutindo de forma negativa nos círculos teóricos da Cepal, demonstrando os limites de sua teoria para explicar a situação dos países latino-americanos, como já havia demonstrado a teoria da dependência<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Segundo Chesnais (2005, p. 35) “Esse capital busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida.”

<sup>22</sup> Diante da insuficiência da teoria do desenvolvimento, surge a teoria marxista da dependência, que é uma vertente do marxismo que tem início entre os anos de 1960-1970, crítica à visão cepalina enquanto modelo hegemônico de interpretação do desenvolvimento desde os anos de 1950-1960. Essa teoria considera a dependência enquanto categoria essencial para compreensão da inserção da América Latina no capitalismo global, e a dependência dos países latino-americanos é vista enquanto

O processo de industrialização também provocou o êxodo rural, culminando com grande oferta de força de trabalho nas cidades, acentuando a precarização do trabalho e o crescimento do desemprego nos centros urbanos. A concentração de investimentos nas cidades em detrimento do campo e a manutenção das velhas estruturas agrárias provocou a escassez de alimentos para suprir a necessidade da população, levando ao aumento dos gêneros alimentícios e a inflação.

A partir da crise dos anos de 1980, o processo de industrialização perde seu dinamismo, a política macroeconômica neoliberal ganha força implementando uma série de ações, cujo objetivo era a saída da crise, em meio ao novo regime de acumulação ancorado no capital financeiro, nas liberalizações e desregulamentações dos mercados. Assim, fica evidente que o subdesenvolvimento não pôde ser superado, muito pelo contrário, em alguns casos até se aprofundou.

Todo esse contexto leva a insurreições no continente, fazendo com que a Cepal revise sua teoria, saindo do enfoque puramente desenvolvimentista para dar mais ênfase às reformas estruturais e à redistribuição de renda, não deixando sua vinculação conservadora. Toda a agitação latino-americana foi calada com um ciclo de ditaduras militares que tomou conta do continente.

O discurso desenvolvimentista saiu de cena, dando lugar ao discurso neoliberal, que já conquistava adeptos na Europa desde a crise dos anos de 1970, com suas desregulamentações, privatizações, estabilização dos preços, abertura comercial dos países subdesenvolvidos e privatização dos bens públicos.

A história do neoliberalismo na América Latina tem início ainda nos anos de 1970, quando o general Augusto Pinochet derruba o governo socialista de Salvador Allende no Chile, instaurando uma ditadura militar. Golpe este patrocinado pelas grandes multinacionais dos Estados Unidos e pela camada conservadora chilena, cujo objetivo era implementar no país as orientações da política neoliberal, atendendo assim aos interesses das classes dominantes que se sentiam ameaçadas com o governo de Allende.

As ditaduras na América Latina anteciparam a experiência neoliberal no continente, tendo início no Chile sob a ditadura de Pinochet (1973-1990), mas posteriormente se espalhou para outros países, causando o aprofundamento da desigualdade, o aumento da pobreza e a precarização do trabalho.

Mesmo com o fim dos períodos ditatoriais no continente, o neoliberalismo, que tem origem ainda com o pensamento econômico neoclássico, ganha força a partir do esgotamento da experiência keynesiana no pós-guerra, alcançando uma hegemonia mundial (GONÇALVES, 2012), sendo legitimado com os regimes constitucionais: “a sua cruzada contra as reformas sociais, contra a redistribuição de renda e contra a defesa do patrimônio nacional marcou todo esse período de transição pós-ditatorial” (KATZ, 2016, p. 82) .

Na década de 1980, com a vitória dos conservadores na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Alemanha, o neoliberalismo ganha força na América Latina, através da eleição de presidentes de orientação neoliberal, que implementaram, na região, políticas norteadas pelo neoliberalismo, buscando realizar medidas para acabar com a crise da dívida externa, a estagnação econômica e reduzir os índices inflacionários. Assim, se apresentou como “uma alternativa ao esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e da ideologia desenvolvimentista, prometendo acabar com a crise da dívida externa e a alta inflação” (CASTELO, 2010, p. 21; 2012).

Mas, os resultados obtidos não foram os prometidos; os parques produtivos foram desmontados e desnacionalizados, o desempenho econômico foi muito abaixo do esperado, repercutindo na ampliação do desemprego, na precarização do trabalho, da pobreza, redução dos direitos sociais, privatizações, etc., não descartando as medidas repressivas à resistência popular.

Dessa forma, a economia do continente passou a integrar o mercado mundial, seguindo as orientações da política neoliberal, que garantiu uma inserção neocolonial da América Latina na divisão internacional do trabalho, subordinada ao grande capital.

No Brasil, desde os anos de 1960, a burguesia nacional tem estreitado relações com o capital estrangeiro, deixando de lado a industrialização e passando a

investir na agromineração e no setor de serviços, pois desde o início nos anos de 1970, o nacional desenvolvimentismo brasileiro entrou em crise, em decorrência da estagnação provocada pela crise da dívida interna, sendo 1980 considerada a década perdida, quando analisada do ponto de vista econômico, tendo em vista a estagnação pela qual passava o país. Em termos de ampliação de direitos, os anos de 1980 foram palco de expressivos avanços com a aprovação da Constituição Federal de 1988, que incorporou conquistas significativas no campo dos direitos sociais.

Diante de tal contexto, a partir da eleição de Fernando Collor de Mello à presidência da República (1990-1992), o neoliberalismo aparece como um projeto capaz de integrar o país ao bloco hegemônico do capitalismo global, em sua fase financeirizada. Assim, a burguesia nacional buscava materializar as determinações do Consenso de Washington com vistas a enquadrar o país na dinâmica do capitalismo internacional. Portanto, “Os governos neoliberais da longa década de 1990 [...] promoveram uma profunda reestruturação do capitalismo no País, adequando-o à nova hegemonia mundial sob a condução do bloco histórico neoliberal” (ALVES, 2014, p. 130).

Assim, foi imposto aos países latino-americanos o receituário do Consenso de Washington, que promoveu medidas como liberalização financeira e comercial, altas taxas de juros, privatizações das empresas públicas, corte de investimentos sociais, dentre outros. Com isso, os países que até então conseguiram avançar em termos de industrialização, com a construção de parques produtivos, tiveram que retroceder, com seus desmontes e a desnacionalização de alguns setores, além de passar a ter uma inserção neocolonial na divisão internacional do trabalho, com a importação de produtos primários.

Segundo Gonçalves (2012) e Katz (2016), o neoliberalismo na América Latina foi responsável por manter, desde os anos de 1980, os países latino-americanos como provedores de produtos primários (*commodities*), através da substituição do abastecimento local pela produção para exportação, tendo em vista o alto preço das *commodities* no mercado internacional. E desde então, os países do continente têm regredido em sua industrialização, já que desmontaram seus parques industriais para priorizar a *reprimarização* de suas economias.

Por mais ou menos 20 anos, o neoliberalismo foi o modelo de integração subordinada da América Latina à nova fase imperialista do grande capital, reafirmando o caráter espoliativo, dependente e iníquo do modo de produção capitalista na região. (CASTELO, 2010, p. 22)

Assim, a América Latina se insere no capitalismo global como provedora de produtos primários, com pouco ou nenhum conteúdo tecnológico empregado, não conseguindo desenvolver seus parques produtivos, representando a geração de poucos postos de trabalho e de baixa qualidade.

Segundo Katz (2016), o peso do PIB latino-americano no setor secundário caiu de 12,7% (entre 1970-1974) para 6,4% (2002-2006), diante do processo de *reprimarização*. Mas é importante frisar que o setor industrial não desaparece no continente, porém sofre uma adaptação ao um novo ciclo dependente. Assim,

No Brasil, a produtividade decresce, os custos aumentaram e o déficit industrial externo se expande, em um contexto de investimentos estancados e infraestruturas de energia e transportes muito deterioradas. Alguns analistas consideram que o parque industrial brasileiro ficou reduzido à metade da dimensão que alcançou nos anos de 1980 (PALMA, 2012b apud KATZ, 2016, p. 22)

O projeto neoliberal submeteu o Brasil à globalização financeira, dessa forma, o país nem sequer conseguiu completar seu processo de industrialização, e já passou a sofrer com o enxugamento do setor industrial. Segundo Pochmann (2014), todo esse processo acarretou a desestruturação do mercado de trabalho, tendo o desemprego passado de 2,7%, em 1989, para 15%, em 2000.

A rigor, pode-se dizer que o conjunto dessas mudanças, como referência ao pragmatismo político e econômico que se instalou no Brasil, e que é parte constitutiva da hegemonia neoliberal, corresponde a uma estratégia de passivização do Estado, numa direção clara de construção de contratendências que pudessem reverter, por um lado, a crise de acumulação do capital nacional, herdeira da modernização conservadora ditatorial, e por outro, o avanço das forças de esquerda no país, anulando em todos os sentidos, a possibilidade clássica de combinação entre coerção e consenso, resultando, portanto, numa verdadeira “reforma intelectual e moral”, compatível com as novas exigências do atual projeto do capital (GOMES, 2013, p. 67).

Nesse sentido, o neoliberalismo em todo o continente promoveu a centralidade das exportações, da mineração e dos serviços em detrimento da industrialização, promovendo a expulsão dos trabalhadores rurais para os centros

urbanos, tendo em vista a ampla utilização da tecnologia nesse setor que não promove a empregabilidade dos trabalhadores rurais, assim as “empresas capitalistas que despojam o agricultor de suas terras, contratam assalariados precários e forçam a migração às cidades” (KATZ, 2016, 31).

Como medida parcial de sustentabilidade da política de endividamento do setor público, os governos de plantão no período implementaram simultaneamente três grandes ações: focalização dos gastos públicos, privatização do setor produtivo estatal e elevação da carga tributária. Em relação à focalização dos gastos públicos, podem ser destacados os traços marcantes de subordinação da política social à reorientação macroeconômica financeira frente à vinculação do combate da inflação à abertura comercial e à vinculação da moeda nacional. (POCHMANN, 2010, p. 104)

Mas ainda nos anos de 1990, o modelo neoliberal começa a apresentar os primeiros sinais de desgaste, com a ampliação da pobreza, da desigualdade social, ampliação da concentração de riqueza, redução dos direitos sociais, e instabilidade econômica, dos elevados índices de desemprego e acentuação da precarização do trabalho na região, demonstrando a ineficiência dos preceitos neoliberais, e fazendo com que tal modelo passasse a ser questionado pelos movimentos sociais.

O neoliberalismo contraiu os rendimentos da população, afetou a capacidade de consumo, aumentou a superprodução de mercadorias e agravou várias modalidades de superacumulação de capital. Além disso, intensificou uma deterioração do meio ambiente que ameaça desencadear desastres ecológicos inéditos. (KATZ, 2016, p. 81)

Todo esse cenário fez surgir em alguns países do continente uma série de movimentos sociais que questionavam as consequências do neoliberalismo para a região. A resistência popular acabou levando a derrubada dos governantes alinhados ao Consenso de Washington, e novas lideranças ligadas aos movimentos sociais foram eleitas democraticamente em todo o continente, dando uma guinada à esquerda.

Segundo Castelo (2010, 2012), com o desgaste da política neoliberal, alguns segmentos readequaram seu projeto de supremacia, dando maior atenção às ações focalizadas nas expressões da “questão social”, com o social-liberalismo; e um segmento organizado, contrário aos governos alinhados ao Consenso de

Washington, elegeram novos representantes com posições antineoliberais (Argentina, Brasil, Bolívia e Venezuela). Ainda segundo o autor, em alguns casos, como o Brasil, suas lideranças não mantiveram suas posições e aderiram ao neoliberalismo, através do social-liberalismo. Assim, essas lideranças que surgiram nesse contexto estavam tanto à esquerda quanto ao centro, com bases ideológicas diferentes ou até mesmo divergentes, diferenciando-as entre três propostas: o social-liberalismo, o novo-desenvolvimentismo e o socialismo do século XXI.

O social-liberalismo é uma proposta de revitalização do neoliberalismo por meio da adoção de uma agenda política de alívio às expressões mais agudas da “questão social”. [...] Tais propostas ganham materialidade institucional por meio de políticas sociais assistencialistas e focalizadas de transferência de renda, programas de economia solidária e de empoderamento dos indivíduos e comunidades e de medidas regulatórias do Estado diante das falhas do mercado. [...]. Adotando posições centristas moderadas, o novo desenvolvimentismo, em quase nada lembra o velho desenvolvimentismo latino-americano, coloca em discussão projetos nacionais de crescimento econômico combinados a uma melhora substancial nos padrões distributivos da América Latina. A consecução desse objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”, principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas periféricas. [...] Do lado mais à esquerda do espectro político, temos o socialismo do século XXI, iniciado com a Revolução Bolivariana de Chávez em 1998. [...] o socialismo do século XXI busca consolidar o rompimento dos elos de dominação imperialista que ligam a periferia ao centro; busca também combater as relações capitalistas, coloniais e racistas internas a cada um desses países da região andina (CASTELO, 2010, 23-24).

Em países como Chile, Brasil, Argentina e Uruguai houve a transição da ditadura para a democracia, em que os setores de resistência assumiram o poder, mas não conseguiram romper completamente com as práticas dos antigos governos. O máximo que se conseguiram avançar foi com o social-liberalismo e com o novo-desenvolvimentismo, que se apresentou como a “terceira via”, tanto ao neoliberalismo quanto ao socialismo, o que não deixou de representar um avanço para o continente (CASTELO, 2010 e 2013).

Assim, no segundo mandato de Lula (2007-2010), tanto em decorrência de melhoras em alguns indicadores sociais, quanto no aumento nas taxas de crescimento econômico, a ideologia desenvolvimentista voltou à cena, de forma repaginada, e alguns autores mais otimistas começaram a traçar parâmetros entre

esse período e o desenvolvimentismo, levantando a todo um debate teórico e político em torno desse governo.

## 2.2 Os governos petistas: neodesenvolvimentismo brasileiro?

É nesse contexto de questionamento da política neoliberal e eleições de novos representantes em todo o continente que surge o debate do neodesenvolvimentismo no Brasil. Essa discussão ganha destaque a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidência da República em 2002, quando o conceito de desenvolvimento passa a ser retomado por alguns autores para explicar o desenvolvimento econômico brasileiro nesse novo governo, diferenciando-o da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e buscando estabelecer uma relação de similitude com o período da história brasileira que ficou conhecido como desenvolvimentista.

O termo novo desenvolvimentismo, enquanto formulação político-ideológica de desenvolvimento econômico foi utilizado para denominar o desempenho no campo econômico e social experimentado pelo Brasil no governo Lula, com intuito de diferenciar esse período do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, pelo seu baixo desempenho.

O primeiro a apresentar essa discussão foi Bresser-Pereira, com o artigo “*O novo desenvolvimentismo*” publicado na *Folha de São Paulo* em 2004, defendendo o neodesenvolvimentismo como uma opção de desenvolvimento nacional alternativo ao neoliberalismo, inspirada na macroeconomia keynesiana e na teoria do desenvolvimento, que possibilitaria aos países subdesenvolvidos alcançarem o desempenho das nações desenvolvidas. Para este autor,

O novo desenvolvimentismo é um “terceiro discurso” entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional; é um conjunto de idéias, instituições e políticas econômicas através das quais os países de renda média tentam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 9)

A partir das formulações de Brasser-Pereira, o tema entrou na agenda do dia e vários trabalhos foram publicados, demonstrando a diversidade de posicionamentos acerca da política adotada pelo governo Lula, que recebeu diversas nomenclaturas: novo desenvolvimentismo, social-desenvolvimentismo, social-liberalismo, etc.

Na visão de Pochmann (2010, 2013), o neodesenvolvimentismo não se trata de uma reprodução do projeto desenvolvimentista existente entre 1930 e 1970, mas uma mudança de rumo quando comparado ao neoliberalismo até então vigente. Para ele, a partir da primeira década de 2000, o país passa por uma nova transição, agora com o social-desenvolvimentismo, abandonando a política neoliberal, afirmando a soberania nacional através de uma nova forma de entrada do país no cenário internacional, passando a ser credor dos organismos internacionais, com ênfase nas políticas sociais, ampliando os gastos sociais para 22% do PIB, reduzindo a pobreza no país, e ampliando a renda do trabalho.

Em 1998, a pobreza atingia 41,7% da população, e o índice de Gini de desigualdade de renda do trabalho era de 0,62. Duas décadas depois, a taxa de pobreza caiu para 25,3% dos brasileiros (queda de 39,3%) e a desigualdade da renda diminuiu para 0,54 (redução de 11,7%). (POCHMANN, 2014, p. 67)

Assim, é importante frisar que entre 2002 e 2014, o Índice de Gini<sup>23</sup> caiu de 0,59 para 0,52, representando um ganho importante quanto à redução da desigualdade social no país, refletindo a ampliação dos investimentos em todas as políticas sociais, a ampliação dos programas de transferência de renda, assim como uma maior inserção no mercado formal de trabalho nesse período.

A partir de 2004, [...] o conjunto de indicadores econômicos e sociais brasileiros passou a confirmar o cenário muito diferente daquele verificado até então. O endividamento do setor público passou a refluir significativamente (de mais de 50% para próximo de 1/3 do produto nacional), acompanhado por estável índice do custo de vida da população, pelo reforço das relações externas e pela satisfatória expansão econômica, quase duas vezes superior à verificada nos anos de 1990, por exemplo. As implicações disso para o país não tardaram a se manifestar e, termos da considerável ampliação do

---

<sup>23</sup> O Índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). (PNAD/IBGE).

emprego formal e da mobilidade social, bem como pela queda no desemprego, na pobreza e na desigualdade social de renda. Em síntese, a combinação positiva do crescimento econômico com a inclusão social potencializada por corretas políticas públicas de incorporação de mais de duas dezenas de milhares de brasileiros ao padrão de consumo de massa. (POCHMANN, 2010, p. 132)

É inegável que a ampliação dos investimentos sociais e a ampliação das políticas de redistribuição de renda, como poderemos aprofundar na próxima seção, foram fundamentais para o aquecimento da economia, ampliando o acesso ao emprego formal e melhorando a qualidade de vida de uma parcela significativa da população brasileira, que tiveram acesso à educação, ao emprego formal, e também foram incorporados a novos patamares de consumo. Assim,

[...] o que os defensores do neodesenvolvimentismo acreditam é que no momento pós-neoliberal se firma uma tríplice comunhão entre o Estado (regulamentador e interventor, garantidor da propriedade privada), a burguesia (investidora de capitais, compradora de novas tecnologias) e a classe trabalhadora (fornecedora da força de trabalho), que seria responsável por construir uma harmonia de interesses perfeita para a realização de um desenvolvimento pleno e amplo, capaz de atingir todos os âmbitos da sociedade e todas as classes que a compõe (MÉLO, 2016, p. 81).

Como Pochmann, Sader também defende que os governos petistas representaram a ruptura com o modelo neoliberal defendido pelos seus antecessores. Este sustenta ainda que a fase, que denomina *pós-neoliberal*, foi marcada pela prioridade dada as políticas sociais, pelo fim do ajuste fiscal imposto pelo governo anterior, pelo processo de integração regional, pelas políticas de redistribuição de renda e pelo papel assumido pelo Estado de indutor do crescimento econômico.

Os governos do Lula e Dilma podem ser caracterizados como pós-neoliberais, pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal – de Collor, Itamar e FHC – e pelos elementos que têm em comum com outros governos da região (SADER, 2013, p. 138)

Os governos Lula e Dilma buscaram estabelecer uma relação de solidariedade entre os países latino-americanos, através do fortalecimento de relações comerciais e integração regional, também ampliou os investimentos em todas as políticas sociais, promovendo o crescimento econômico e incentivando a geração de postos de trabalho no país. Por outro lado, esses governos não

romperam completamente com as orientações do Consenso de Washington, pondo fim a política neoliberal no país.

É importante destacar que, se a princípio, governo Lula gerou expectativas positivas por ser um representante da classe trabalhadora, mesmo antes de ser eleito, com a divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro<sup>24</sup>”, demonstrou que não iria romper totalmente com a política neoliberal adotada pelo seu antecessor, se comprometendo em manter o compromisso assumido por FHC com o FMI, de manter a estabilidade econômica, contratos e obrigações financeiras, pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, controle das contas públicas e metas de inflação. Assim, o governo manteve o tripé econômico: câmbio flutuante, metas de superávit fiscal primário e metas de inflação.

Dessa forma, o presidente Lula, desde as campanhas eleitorais de 2002, mudou o tom do seu discurso, assumindo compromisso com a estabilidade monetária e com o capital financeiro, e foi justamente através dessa mudança de discurso que ele foi eleito, e assim manteve os acordos firmados nos anos de 1990 com o FMI, sustentando esse compromisso durante todo o seu mandato e da presidente Dilma.

Para Boito Jr. (2003), para ser eleito, Lula e o PT fizeram acordos com a burguesia, e mentiu ao eleitorado em suas promessas de campanha. Assim, as medidas adotadas pelo seu governo beneficiaram a grande burguesia brasileira, formada pelo setor bancário e pelo setor financeiro do capital imperialista, mantendo o modelo econômico neoliberal dependente, também apoiado pela classe média.

Assim, os governos petistas foram incapazes de romper totalmente com a política neoliberal, mantendo seus pilares, a fim de acalmar os mercados e demonstrar que seu governo estava alinhado ao bloco neoliberal hegemônico, que mantém a economia brasileira dependente do capital financeiro internacional.

Na avaliação dos mais críticos à perspectiva neodesenvolvimentista, a exemplo de Castelo (2012), as mobilizações populares conseguiram derrubar os governos alinhados ao Consenso de Washington no Brasil, elegendo um governo de coalizão partidária dirigido pelo Partido dos Trabalhadores com posição

---

<sup>24</sup> Carta feita por Lula e divulgada na campanha eleitoral de 2002.

antineoliberal, mas que após as eleições, demonstrou que também aderiu ao projeto da burguesia, denominando-o de social-liberalismo.

Abriu-se assim, uma nova etapa da revolução passiva com acordos entre modernas e arcaicas classes dominantes sob a égide da aristocracia operária que abandonou seus projetos de socialismo antes mesmo de assumir o governo (Iase, 2006, parte 2), em um processo maciço de transformismo. Conseqüentemente, nos deparamos com uma nova fase do capitalismo dependente: sem rupturas, reafirmou-se o desenvolvimento desigual e combinado brasileiro (CASTELO, 2012, p. 631).

Também entendemos que, se nas eleições anteriores, Lula não conseguia alcançar os resultados pretendidos, em 2002 precisou ceder à pressão da burguesia nacional e internacional a fim de chegar à Presidência da República. Assim, Lula não adere ao projeto burguês apenas após as eleições, mas demonstra desde o pleito eleitoral que seu governo não precisava ser temido por essa fração.

Desde o início do seu mandato, Lula demonstrou que não havia rompido por completo com o modelo neoliberal, assim nomeou uma equipe econômica conservadora, e promoveu a reforma da previdência social no seu primeiro ano de governo, atingindo principalmente os servidores públicos com a extinção da integralidade dos benefícios, demonstrando que seu governo seguia a agenda do Banco Mundial e do FMI.

Para Sampaio Jr. (2012, p. 673), o “neodesenvolvimentismo é um fenômeno recente e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000”, sendo de repercussão restrita a determinados grupos acadêmicos, e estando diretamente relacionado a dois grupos políticos que disputam o controle da política econômica no país: os monetaristas (neoliberais) e os neodesenvolvimentistas (representantes do poder). Em sua análise, a retomada do crescimento econômico a partir do governo Lula, promovendo redistribuição de renda e aumento do consumo em decorrência da recuperação do poder aquisitivo dos salários e do endividamento das famílias brasileiras, além da rápida recuperação do país após a crise econômica mundial, fez com que alguns autores mais otimistas acreditassem que o país estaria vivendo um novo ciclo desenvolvimentista.

Assim, para os defensores do neodesenvolvimentismo, seria possível combinar desenvolvimento econômico, através de um projeto de desenvolvimento nacional, e promover significativos avanços em termos de redistribuição de renda no país, promovendo a equidade social. Mas para isso, se faz necessário a intervenção do Estado na economia e na “questão social”.

Os novo-desenvolvimentistas defendem a tese de que a construção de uma economia de mercado forte depende da existência de um Estado forte, não no sentido de produzir bens e serviços diretamente a partir de empresas estatais, mas atuando como instância reguladora das atividades econômicas. O Estado seria uma espécie de ente político promotor de condições propícias para o capital investir seus recursos financeiros e gerar emprego e renda para a população em geral. (CASTELO, 2010, p. 196)

Dessa forma, para o bloco ideológico neodesenvolvimentista, o Estado deve ser um ente regulador das atividades econômicas, um árbitro, um ente acima dos interesses de classe existente na sociedade capitalista, promovendo uma espécie de conciliação entre capital e trabalho, do qual todos saem beneficiados, evitando, dessa forma, tensões entre esses dois polos e garantindo assim a manutenção do *status quo*.

Segundo os defensores do neodesenvolvimentismo, o país estaria vivendo uma fase inédita que conjugava crescimento econômico e justiça social, inaugurando um novo padrão de desenvolvimento, apontando ainda para o rompimento com o neoliberalismo e o subdesenvolvimento, sendo o Estado o conciliador de interesses de classes.

A função do Estado, no entendimento dos novo-desenvolvimentistas, é atuar no incentivo ao direcionamento dos ativos financeiros privados, retidos pelos investidores em momentos de turbulência econômica, política e social, para investimento produtivo, a principal despesa capitalista criadora de renda e emprego para a população em geral. (CASTELO, 2010, p. 195)

Sampaio Jr. (2010) defende que não há possibilidade da volta do desenvolvimentismo existente nos anos de 1930, pois as condições que permitiram a formação da economia nacional já não são as mesmas. No atual estágio do capitalismo, as economias latino-americanas estão atreladas aos países de capitalismo central, que acumulam riqueza de forma predatória e parasitária. Assim,

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social. (Sampaio Jr., 2012, p. 679)

Dessa forma, seria conciliar o inconciliável, já que o neoliberalismo não combina com um Estado regulador, com industrialização nacional, assim como não tem compromisso com o social, demonstrando os limites do projeto neodesenvolvimentista no atual contexto sócio-histórico, que se apresenta como uma ideologia que esconde as contradições existentes entre desenvolvimento econômico e equidade social.

Para Gonçalves (2012), o desenvolvimento econômico do governo Lula expressou um projeto que não pode ser chamado de neodesenvolvimentismo, pois não possuiu as características que se assemelhem ao projeto nacional-desenvolvimentista, também não apresentou grande desempenho macroeconômico quando comparado com o padrão internacional contemporâneo. E, apesar de se apresentar como programa alternativo ao neoliberalismo, acabou incorporando elementos presentes na concepção liberal de desenvolvimento, demonstrando assim que não passou de uma nova versão do “*liberalismo enraizado*”, tendo em vista que apresentou vários aspectos bem diversos e até diametralmente opostos ao desenvolvimentismo, tornando-se um “*desenvolvimentismo às avessas*”.

O nacional-desenvolvimentismo pode ser conceituado, de forma simplificada, como projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. O nacional-desenvolvimentismo é, na realidade, uma versão do nacionalismo econômico. (GONÇALVES, 2012, p. 651)

Para esse autor, o novo desenvolvimentismo brasileiro não coaduna com as características do nacional-desenvolvimentismo, seja com a concepção original implementada nos Estados Unidos e Alemanha, seja com a própria cópia infiel implementada na América Latina, tendo em vista que nesse continente, o nacional-desenvolvimentismo foi a ideologia de desenvolvimento econômico, assentado na industrialização e na soberania nacional no período de 1930-1980.

Do final do século XX para o início do XXI, alguns países do continente latino-americanos adotaram o *Modelo Liberal Periférico* (MLP), marcado por liberalizações, privatizações, desregulamentações, vulnerabilidade e subordinação externa e dominância do capital financeiro. Por tanto, o novo-desenvolvimentismo, longe de ter semelhanças com o nacional-desenvolvimentismo, continua representando o *Modelo Liberal Periférico*, apresentando mais semelhanças ao Consenso de Washington e Pós-Consenso de Washington, e incorporando elementos do próprio liberalismo. Acerca disso, Gonçalves (2012) ainda destaca:

Durante o governo Lula os eixos estruturantes do nacional-desenvolvimentismo foram invertidos. O que se constata claramente é: desindustrialização; dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (GONÇALVES, 2012, p. 638).

Portanto, o chamado neodesenvolvimentismo não promove o crescimento econômico assentado numa base produtiva nacional, pois desde os anos de 1990 houve o processo de desindustrialização do país. Dessa forma, a chamada competitividade no mercado internacional, diante do contexto de reprimarização da economia nacional, se dá através da exportação de *commodities*.

Para Alves (2014), Lula, no primeiro mandato de seu governo (2003-2006), não conseguiu romper com o núcleo da política neoliberal, pois precisava acalmar os mercados financeiros e sinalizar que seu governo não era anticapitalista, mantendo-se alinhado ao bloco hegemônico neoliberal no mercado mundial.

Assim, manteve alguns traços do neoliberalismo, como preconizado pelo Consenso de Washington (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário), mas não se constituiu como sua continuidade, até mesmo porque ele surgiu justamente da decadência do neoliberalismo dos anos de 1990.

*O neodesenvolvimentismo pode ser considerado um projeto de desenvolvimento capitalista alternativo à ortodoxia neoliberal que fracassou na América Latina da década de 1990, mas que permanece no interior do bloco histórico hegemônico do capitalismo neoliberal no plano do sistema mundial do capital. Enquanto o nacional-desenvolvimentismo foi uma trágica ilusão, o*

neodesenvolvimentismo é uma doce farsa que alimenta promessa de modernização burguesa no Brasil do século XXI. (ALVES, 2014, p. 52, grifos nossos)

Ainda segundo o autor, a partir do segundo mandato do governo Lula (2007-2010), ficou evidente a vigência de um novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, não mais orientado pelo neoliberalismo, mas como afirmação do reformismo social-democrata, buscando o crescimento econômico com redistribuição de renda, e estabelecendo uma parceria entre Estado e mercado com a finalidade de induzir o crescimento econômico.

O neodesenvolvimentismo *não* é a restauração da social-democracia clássica comprometida com um projeto civilizatório. O novo projeto de desenvolvimento capitalista no Brasil busca apenas construir um novo patamar de acumulação do capital que permita, ao mesmo tempo, redistribuir renda, ampliar o mercado de consumo e instaurar suportes sociais mínimos de existência para a classe trabalhadora pobre, aumentando o gasto social do Estado nos limites do orçamento público, comprometido com o pagamento da dívida pública. (ALVES, 2014, p. 136)

Dessa forma, o neodesenvolvimentismo adotou um programa de crescimento econômico com ampliação do gasto público e redistribuição de renda, com vistas a reduzir a desigualdade social e fortalecer o mercado interno, sem estabelecer conflito com o capital. Não tinha o objetivo de romper com o capitalismo no país, mas mostrou-se diferente do que foi o ciclo do neoliberalismo implementado no final dos anos de 1980, com sua *contrarreforma* nas políticas sociais, privatização das empresas estatais, minimização do Estado frente ao trato das manifestações da “questão social” e enaltecimento do mercado enquanto regulador das relações sociais.

Desse modo, o neodesenvolvimentismo buscou se aproximar da experiência socialdemocrata, buscando ampliar os investimentos no sistema de proteção social, no intuito de um crescimento sustentável de uma economia capitalista, através do aumento da produtividade e da maior competitividade do país na economia mundial, mesmo que na condição de exportador de produtos primários.

Contudo, por mais que o neodesenvolvimentismo almejasse se aproximar do reformismo socialdemocrata, na atual conjuntura sócio-histórica não se tem bases concretas para efetivação de um Estado de Bem-estar Social.

### **2.3 As estratégias dos governos Lula e Dilma para redução da pobreza e ampliação do consumo**

Durante os governos que foram dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores, mas de forma mais expressiva durante o governo Lula, destacou-se a tentativa de se firmar um pacto entre capital e trabalho visando promover o crescimento nacional, reduzir a desigualdade social e melhorar a distribuição de renda no país.

Dessa forma, houve uma evidente tentativa de conjugar desenvolvimento econômico com equidade social, e, para isso, o aumento do PIB, em decorrência do crescimento econômico logrado pelo Brasil a partir de 2002, foi muito importante, pois possibilitou maiores investimentos em todas as políticas sociais, vistas como necessárias para promover a inclusão social, e garantir a todos igualdade de oportunidades.

Assim, durante os governos de Lula e Dilma ocorreu a ampliação dos investimentos sociais, de forma expressiva através dos programas de transferência de renda (Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada), assim como outras estratégias também foram adotadas, como a ampliação do crédito imobiliário e do crédito consignado e do aumento do salário mínimo, que foram responsáveis pela ampliação do consumo; além do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que induziu o crescimento econômico contribuindo de forma direta na geração de empregos formais, como veremos no próximo capítulo.

O principal meio para a redução das desigualdades sociais, dizem os novo-desenvolvimentistas, são as políticas econômicas de corte keynesiano – controle de capital, expansão do gasto público, câmbio fixo e redução das taxas de juro – e a promoção da equidade social, entendida como igualdade de oportunidades. (CASTELO, 2010, p. 197)

É inegável que a eleição de Lula para Presidência da República em 2002, representou um novo rumo para a economia brasileira e para a ampliação dos investimentos sociais, com o aumento dos postos de trabalho e o acesso ao consumo por uma camada da população que outrora estava a margem desse processo, mostrando que o país passou a seguir um rumo diferente do que estava sendo adotado desde o final dos anos de 1980, com os governos neoliberais.

Mas segundo Baltar et al. (2010), se é bem verdade que as políticas adotadas nos governos FHC mal conseguiram conter a inflação, elevar de forma singela o crescimento do PIB, e manter a moeda desvalorizada; a ampliação das exportações promoveu maior crescimento em 2002, sendo reflexo do crescimento econômico que as economias emergentes lograram desde então, o que favoreceu o Brasil no período de 2003 até a crise de 2008.

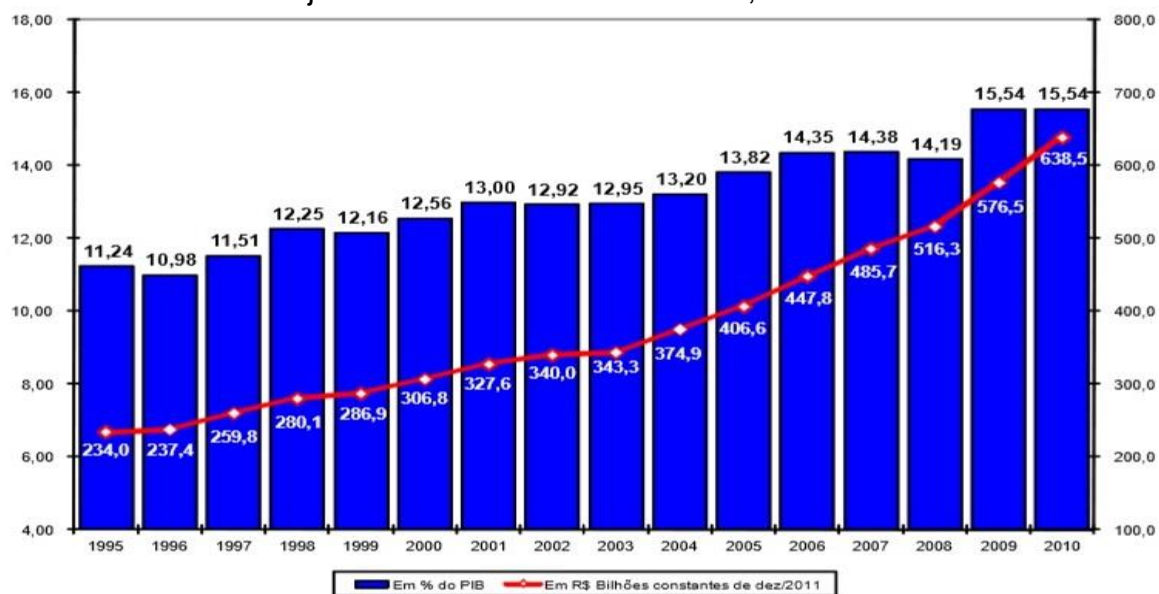
Assim, o crescimento do PIB teve início com as exportações das *commodities*, em decorrência da própria conjuntura favorável para o mercado internacional, mas foi ampliado a partir da ampliação do consumo e dos investimentos, possibilitando um período de crescimento e estabilidade econômica para o país. Deste modo, algumas estratégias foram adotadas pelos governos petistas como forma de elevar o crescimento do Brasil:

Esse crescimento foi favorecido pelo expressivo aumento da ocupação, do emprego formal, dos rendimentos do trabalho, das transferências de renda, do aumento Real do salário mínimo que, em conjunto, resultaram em expressiva elevação da renda das famílias, principalmente daquelas situadas nos estratos intermediários e menores de renda familiar. Esse processo de expansão do consumo e do investimento também foi favorecido pela articulação desse crescimento da renda familiar com a ampliação do crédito ao consumo – impulsionada pela elevação dos prazos, queda dos juros nominais e com as mudanças institucionais que passaram a permitir o crédito com desconto direto na folha de pagamento dos empregados assalariados (crédito consignado). (BALTAR et al., 2010, p. 6).

Dados do Castro (2012), conforme o gráfico 1, demonstram que o gasto social<sup>25</sup> passou de R\$ 234 bilhões em 1995 para R\$ 638,5 bilhões em 2010, o que representou um crescimento real de 172% em 16 anos. Os dados apresentados estão deflacionado mês a mês para R\$ constantes de dezembro de 2011, pelo IPCA e pelos percentuais do PIB.

---

<sup>25</sup> Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional: “Por gasto social, entende-se aquele destinado a atender às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, bem como os dispêndios que proporcionam oportunidades de promoção social.” (p. 1)

**Gráfico 1 – Brasil: trajetória do Gasto Social Federal, 1995-2010**

Fonte: SIAFI/SIDOR.  
Elaboração: Disoc/lpea.

No período entre 2002 e 2015, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), houve uma ampliação do gasto social do Governo Central em quase 3 pontos percentuais do PIB, com destaque para a previdência social (aumento de 0,97 p.p. do PIB), assistência social (0,78 p.p. do PIB) e educação e cultura (0,74 p.p. do PIB).

Dessa forma, conforme a tabela abaixo, podemos visualizar que, no geral, houve ampliação dos gastos sociais em todos os setores, exceto Organização Agrária que esteve em decréscimo no período analisado.

**Tabela 1**– Brasil: evolução do gasto social do Governo Central, 2002 a 2015 (em % PIB)

Categories	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Assistência Social</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,9%</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,5%</b>
Gasto direto	0,5%	0,5%	0,8%	0,8%	0,9%	0,9%	0,9%	1,0%	1,1%	1,0%	1,1%	1,2%	1,2%	1,2%
Gasto tributário	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
<b>Educação e Cultura <sup>(1)</sup></b>	<b>1,7%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,8%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,7%</b>
Gasto direto	1,6%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,6%	1,7%	1,8%	1,9%	2,0%	2,1%	2,1%	2,3%	2,4%
Gasto tributário	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%
<b>Organização Agrária <sup>(2)</sup></b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,2%</b>
Gasto direto	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Gasto tributário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Previdência Social</b>	<b>8,0%</b>	<b>8,2%</b>	<b>8,3%</b>	<b>8,9%</b>	<b>8,9%</b>	<b>8,6%</b>	<b>8,3%</b>	<b>8,9%</b>	<b>8,5%</b>	<b>8,4%</b>	<b>8,7%</b>	<b>8,7%</b>	<b>8,9%</b>	<b>9,3%</b>
Gasto direto	8,0%	8,2%	8,2%	8,8%	8,7%	8,5%	8,2%	8,7%	8,4%	8,2%	8,3%	8,3%	8,6%	9,0%
Gasto tributário	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
<b>Saneamento Básico e Habitação</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,5%</b>
Gasto direto	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Gasto tributário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Saúde</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,8%</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,9%</b>	<b>1,9%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,1%</b>
Gasto direto	1,6%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,6%	1,6%	1,5%	1,6%	1,6%	1,7%	1,6%
Gasto tributário	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
<b>Trabalho e Emprego</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,9%</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,9%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,2%</b>
Gasto direto	0,5%	0,5%	0,5%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%	0,9%	0,8%
Gasto tributário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%
<b>Total</b>	<b>12,8%</b>	<b>12,6%</b>	<b>13,2%</b>	<b>13,9%</b>	<b>14,2%</b>	<b>14,2%</b>	<b>14,1%</b>	<b>15,4%</b>	<b>14,9%</b>	<b>15,0%</b>	<b>15,8%</b>	<b>15,8%</b>	<b>17,0%</b>	<b>17,5%</b>
Gasto direto	12,6%	12,4%	12,8%	13,4%	13,6%	13,6%	13,3%	14,4%	14,0%	14,0%	14,5%	14,6%	15,2%	15,7%
Gasto tributário	0,3%	0,2%	0,4%	0,5%	0,6%	0,7%	0,7%	1,1%	1,0%	1,0%	1,3%	1,3%	1,8%	1,8%

Fonte: SIAFI/SIDOR, Demonstrativos dos Gastos Tributários – DGT, IBGE.

Notas: 1. Inclui a execução orçamentária do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Importante destacar que o FIES não é, por definição, uma despesa direta, mas sim uma inversão financeira, ou seja, um empréstimo que o Governo Central faz aos estudantes, e que deverá ser quitado por eles no futuro.

2. Inclui a emissão de Títulos da Dívida Agrária - TDA. SIAFI/SIDOR, Demonstrativos dos Gastos Tributários – DGT.

Esses dados apontam para um significativo aumento dos investimentos nas políticas sociais no período dos governos Lula e Dilma, principalmente nas políticas de Educação e Cultura e Assistência Social em que estiveram concentrados os maiores investimentos. Na educação estes recursos estiveram associados a investimentos nos diferentes níveis de ensino, incluindo as etapas da educação básica e da educação superior, inclusive com a ampliação das vagas nas universidades públicas, bem como aumento na oferta de bolsas de estudos

concedidas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de ensino superior privadas. Este programa foi criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei n. 11.096/2005 - as instituições que participam do programa recebem incentivos em isenção de tributos.

Quanto aos investimentos na Política de Assistência Social, estes recursos estiveram diretamente ligados à ampliação dos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) que é destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda *per capita* de até R\$ 120 com o objetivo de complementação da renda familiar; e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é uma transferência mensal de um salário mínimo a pessoa portadora de deficiência ou idosa (65 anos ou mais) que tenha, em ambos os casos, renda familiar *per capita* de até 1/4 do salário mínimo. O BPC foi previsto na Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993.

Assim, o desenvolvimento social do qual se comprometeram os governos Lula e Dilma teve nos programas de transferência de renda seu foco central, enquanto estratégia de redução da pobreza, como orientado pelos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) desde os anos de 1980.

Embora os programas de transferência de renda sejam muito importantes para reduzir a pobreza extrema persistente no país, eles possuem benefícios com valor muito reduzido, e seus beneficiários precisam estar dentro das condicionalidades exigidas, que não garantem nem os mínimos direitos sociais necessários para manutenção da família, tornando-se incapazes de “alterar o quadro de desigualdade e concentração da riqueza socialmente produzida” (BOSCHETTI, 2009, p. 193).

Esses programas até contribuíram para o aquecimento dos comércios das economias locais, fortalecendo o mercado interno. Assim, as políticas sociais de cunho focalizadas e seletivas, já que estão direcionadas as pessoas em situação de

pobreza e extrema pobreza, tiveram um papel importante no aquecimento da economia.

Dessa forma, o avanço desses programas além de atender às necessidades imediatas da classe trabalhadora, representam funcionalidades à atual expansão do capital no país, garantindo os mínimos sociais necessários para recomposição e reprodução da classe trabalhadora, além de promover o consumo ampliado a patamares nunca vistos. Diante desse cenário, Gomes (2017, p. 33) evidencia que:

O novo desenvolvimentismo tem inspiração neokeynesiana, onde se altera de maneira pontual a intervenção da pobreza, através das políticas sociais, especialmente através dos Programas de Transferência de Renda. Esses mecanismos oferecem a melhora de índices e a estabilização da economia, através do aumento do consumo, no entanto, não alteram a condição de exploração do trabalhador, tampouco interferem na ordem burguesa vigente.

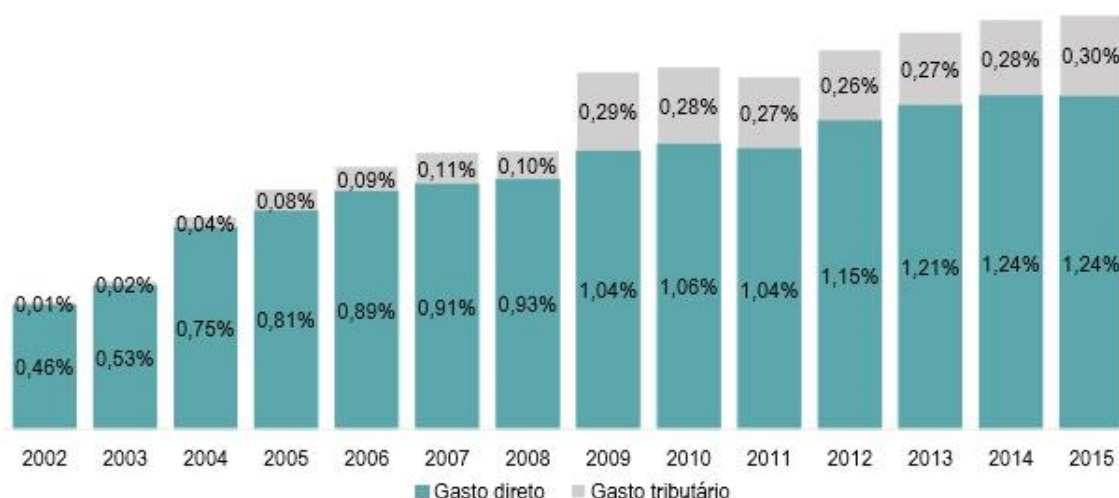
No neodesenvolvimentismo, a ideia de cidadania foi reduzida ao acesso ao consumo. Dessa forma, a inclusão social se deu via consumo de massas, enquanto forma de afirmação da identidade social do proletariado (ALVES, 2014).

Recomendado e elogiado pelos organismos internacionais como exemplos de medidas de enfrentamento da pobreza e desigualdade, tais programas, além de primar pela modernização dos instrumentais técnicos para refinar a seletividade e manter a focalização nas camadas mais pobres, são considerados como capazes de atuar no fomento ao capital humano, através da educação, saúde e nutrição e na ampliação de oportunidades de trabalho geradas pelo próprio esforço dos beneficiários. (MOTA, AMARAL E PERUZZO, 2012, p. 166)

Conforme o Gráfico 2, o gasto com a Política de Assistência Social esteve em ascensão entre 2002 e 2015 (representando um aumento de 375% em termos reais durante o período), relacionado à expansão das políticas de garantia de renda, como o Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família, e também a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2004.

Ao longo do período apresentado, houve evolução do gasto com o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada quando comparado com as demais ações orçamentárias classificadas na Assistência Social, representando, em média, mais de 80% do gasto a partir de 2004.

**Gráfico 2** –Brasil: evolução do gasto com Assistência Social entre 2002-2015 (em % do PIB)



Fonte: SIAFI/SIDOR, IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda/STN (2016).

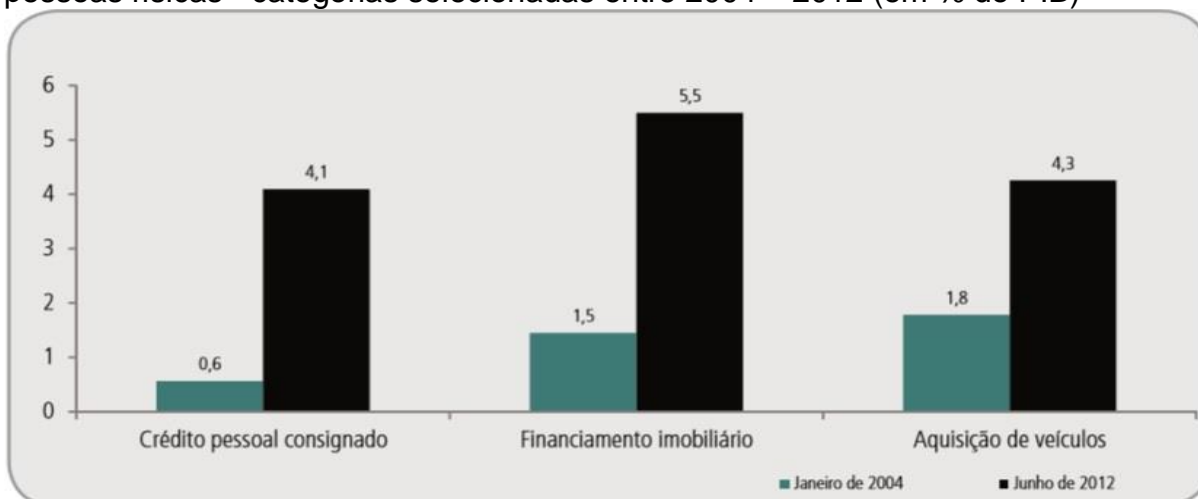
Portanto, os programas de transferência de renda se tornaram prioritários quanto aos investimentos sociais, tendo em vista que eles possibilitaram a ampliação do padrão de consumo de um importante segmento da população. Dessa forma, a cidadania nesse período esteve atrelada ao consumo de massas que, somada a outras iniciativas, contribuiu de forma eficaz para o aquecimento da economia.

A desigualdade no acesso a bens e serviços para uma parcela significativa da população brasileira vem de muito longe, e só conseguiu ser amenizada no século XXI, com a modernização no padrão de consumo no país.

Essa inclusão pela via do consumo tem vários fatores, que vão desde o deslocamento da produção global para países que possuem um custo de fabricação bem menor, pela combinação de modernas tecnologias com menor custo da força de trabalho, refletindo no valor final dos produtos; a inserção do país nas cadeias produtivas globais; as políticas governamentais que têm o intuito de ampliar o consumo e aquecer a economia do país; o aumento do salário mínimo; e até mesmo a disseminação do crédito para segmentos de menor renda. Todos esses fatores foram importantes para o acesso ao consumo de bens duráveis de maior valor, como eletrodomésticos e automóveis, mesmo que também tenha sido um fator de endividamento das famílias brasileiras em longo prazo (POCHMANN, 2014).

O Gráfico 3 retrata as operações de crédito para pessoas físicas no período de 2004 a 2012, demonstrando que a expansão do crédito habitacional ocorreu em maior ritmo que o do crédito para a aquisição de veículos e o consignado, tendo em vista o déficit habitacional ainda presente no Brasil, fazendo com que a demanda por crédito imobiliário seja maior.

**Gráfico 3** – Brasil: saldo de operações de crédito do sistema financeiro para pessoas físicas - categorias selecionadas entre 2004 – 2012 (em % do PIB)



Fonte: BCB.

Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP (2012).

Esses dados revelam como o crédito cresceu a taxas elevadas na economia brasileira, ampliando as possibilidades de compra para um segmento que esteve sempre excluído do consumo, mas também promovendo o endividamento das famílias.

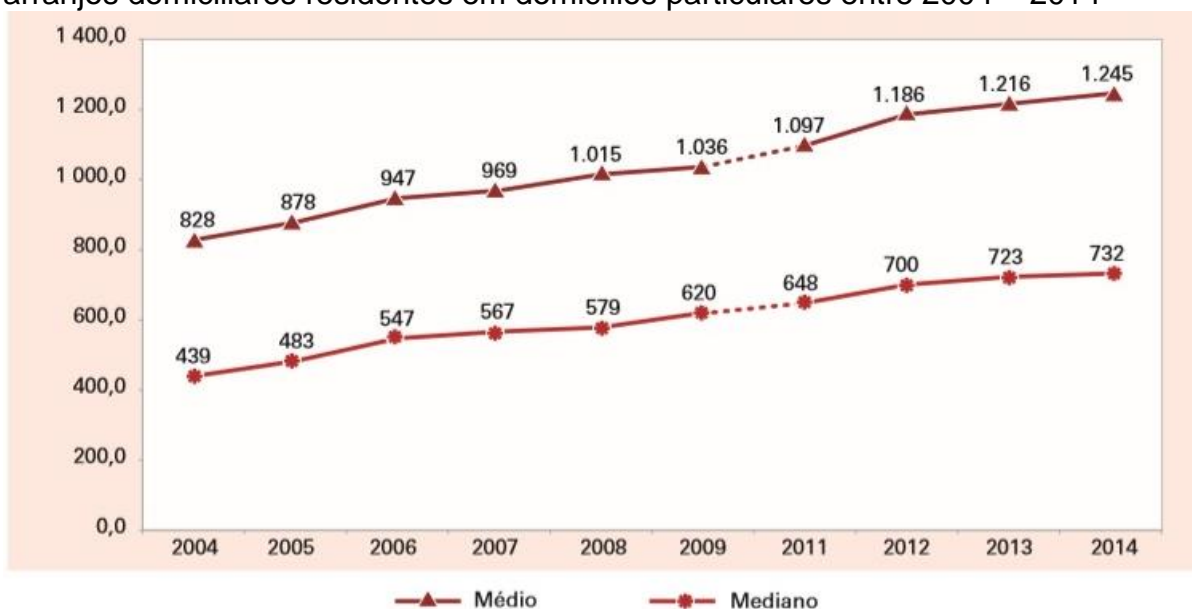
Só o crédito imobiliário cresceu bem acima da média das demais modalidades nos últimos anos. Passou de 1,5% do PIB, no início de 2007, para 5,5% do PIB em junho de 2012, segundo dados do IPEA (2012), expandindo o acesso à casa própria para um importante seguimento da população, mas também promovendo a especulação imobiliária no país. Foi através do aquecimento do crédito imobiliário que o setor da construção civil cresceu em ritmo elevando, ampliando a oferta de vagas de trabalho nesse setor.

As modificações recentes na estrutura social brasileira encontram-se diretamente relacionadas à recente trajetória de ascensão social. Somente entre 2001 e 2008, a renda per capita nacional cresceu 19,8% em termos reais, ao passo que 19,5 milhões de brasileiros registraram aumento real no seu rendimento individual acima da evolução da renda per capita nacional, o que correspondeu a 11,7%

do total dos brasileiros com rendimentos crescendo acima da média da evolução da renda per capita do país (POCHMANN, 2012, p.70).

Dessa forma, o gráfico abaixo apresenta o rendimento *per capita* mensal dos domicílios brasileiros, no qual podemos constatar crescimento real no período entre 2004 a 2014, de R\$ 828 para R\$ 1. 245 em termos médios, e de R\$ 439 para R\$ 732 em termos medianos, representando um crescimento em termos reais de 50,3% para o rendimento médio e de 66,7% para o rendimento mediano no período, segundo dados do IBGE (2015).

**Gráfico 4** – Brasil: rendimento mensal domiciliar *per capita* médio e mediano dos arranjos domiciliares residentes em domicílios particulares entre 2004 – 2014



Fonte: IBGE/PNAD (2015).

Notas: 1. Exclusive arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Valores inflacionados pelo INPC de setembro de 2014.

4. Não houve pesquisa em 2010.

A ampliação dos rendimentos dos brasileiros reflete a maior inserção no mercado de trabalho nesse período e o aumento do salário mínimo, que também apresenta impacto positivo para os aposentados, pensionistas e beneficiários de alguns programas de transferência de renda, já que estes são reajustados pelo valor do salário mínimo.

Os estudos de Pochmann (2014) apontam também que a mudança relativa nos preços dos produtos possibilitou a queda nos custos com alimentação e

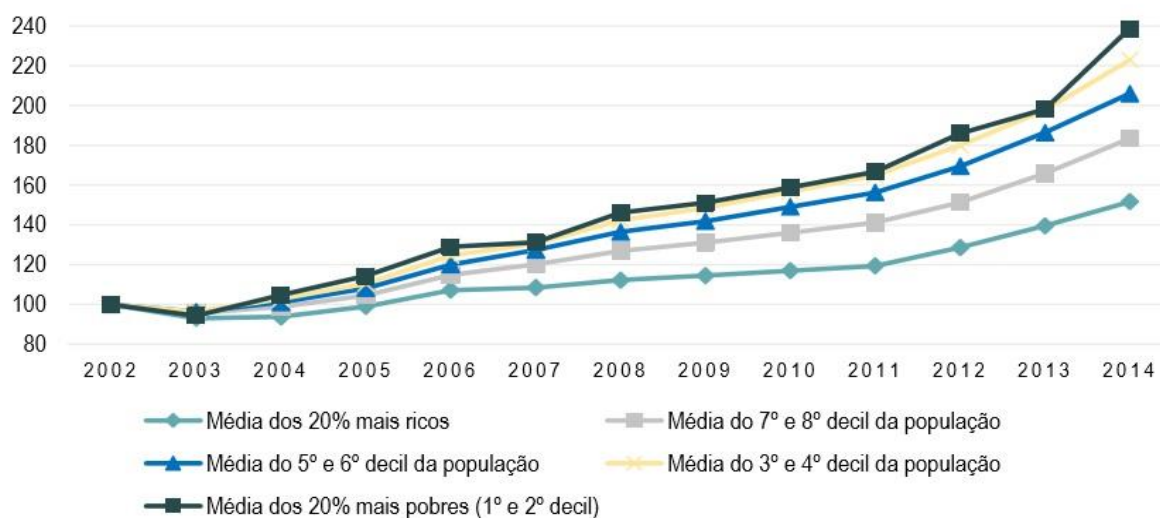
vestuário, levando as famílias a consumirem outros produtos que antes não estavam entre os prioritários. Outro fator importante é a composição das famílias, que passou a ter um número menor de membros (saindo de 4,4 em 1980 para 3,3 em 2010), elevando o aumento da renda *per capita*; e a ampliação da inserção das mulheres no mercado de trabalho (saindo de 27% em 1980 para 43,9% em 2010, segundo dados do censo do IBGE), contribuindo com a ampliação da renda familiar.

O crescimento real verificado na renda média da população ocupada impactou diretamente o consumo das famílias, que passou a responder por mais de dois terços da dinâmica de crescimento do Produto Interno Bruto do país. Em função disso, cabe considerar o conjunto de efeitos positivos sobre o nível de renda das famílias ocorrido a partir da virada para o século XXI, tais como: (I) a redução no tamanho das famílias; (II) o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho; (III) a queda do desemprego; (IV) o aumento do rendimento médio real motivado pela elevação do salário mínimo, pelas negociações coletivas de trabalho e pelos programas de transferência de renda; e (V) a ampliação do crédito ao consumo popular (POCHMANN, 2014, p. 93).

Nossa pesquisa demonstra que o crescimento econômico e a ampliação dos investimentos em todas as políticas sociais (educação, saúde, assistência social, etc.) promoveram a ampliação do emprego e da renda dos brasileiros, causando uma inflexão na evolução da estrutura social, com a ampliação da mobilidade social, o que não significa dizer que houve um crescimento da classe média brasileira, mas possibilitou melhores condições de vida a toda população.

Segundo dados do Banco Central do Brasil, a parcela da população formada pelos 20% mais pobres do país teve aumento real na renda de cerca de 140% no período entre 2002 a 2014; já os 20% mais ricos tiveram aumento real de cerca de 50%. Assim, quanto menor a renda média domiciliar da população, maiores foram seus ganhos no período avaliado.

**Gráfico 5** – Brasil: crescimento da renda domiciliar *per capita* mensal entre 2002 e 2014, nos diferentes segmentos de renda



Fonte: IBGE (PNAD 2002 a 2014). Elaboração: Ministério da Fazenda/STN (2016).

Nota: não houve pesquisa em 2010 (valores foram interpolados).

Inferimos, portanto, que a ampliação na renda dos brasileiros, promovida pela ampliação do emprego, pelo aumento do salário mínimo, pelos programas de transferência de renda e pela ampliação do crédito incentivou o aumento do consumo, e possibilitou a redução da pobreza no país.

A recuperação da economia nacional desde 2004, com o abandono das políticas de corte neoliberal e a influência de importantes políticas públicas, como a elevação real do salário mínimo, o Bolsa Família, o crédito ao consumo urbano e à agricultura familiar, as compras públicas, impactou diretamente a estrutura social. Ao mesmo tempo, a volta da mobilidade social, sobretudo na base da pirâmide social, foi motivada pela queda significativa na quantidade de miseráveis e pela ampliação do emprego formal, ainda de menor rendimento. (POCHMANN, 2014, p. 43)

Ainda segundo Pochmann (2014), a distribuição de renda também foi responsável pela ampliação das condições de consumo de bens duráveis, assim houve mobilidade ao longo de toda a pirâmide social, mas principalmente na sua base (população cuja renda individual é de até R\$ 188,00 reais mensais no ano de 2008), que saiu de 34% em 1997 para 26% em 2008. Mas isso não significa a conformação de uma nova classe social, nem que a população que se encontrava na base da pirâmide social esteja se elevando para a condição de classe média,

significa que a classe trabalhadora está tendo acesso a novas bases de consumo da qual outrora este excluída.

Durante a última década, apostou-se na expansão do consumo sem correlação com o investimento. Mais de quinze milhões de brasileiros viajaram de avião pela primeira vez e 42 milhões foram incorporados ao sistema bancário. Ampliou-se o crédito e recuperou-se o salário mínimo, mas essas melhorias conjunturais não resolvem o baque estrutural na indústria. (NEPOMUCENO, 2013 apud KATZ, 2016, p. 53)

Segundo o discurso do governo, sustentado pelos dados apresentados por Pochmann (2010, 2014), os 40% da população com menores rendimentos foram os mais atingidos pela ascensão social nos governos Lula e Dilma, seja pelo tipo de ocupações geradas (de até 1,5 salário mínimo), seja pelas políticas de garantia de renda adotadas. Assim, apesar da mobilidade social ter atingido a todos os brasileiros, o segmento com menores rendimentos foram os mais beneficiados, tendo em vista que, na atualidade, a camada da população que se encontra na base da pirâmide social dispõe de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e outros benefícios assistenciais e previdenciários, fazendo com que um número expressivo de pessoas (34,1%) estivesse assegurado com mecanismo de garantia de renda.

Em decorrência disso houve também uma ascensão da base da pirâmide social entre 2005 e 2008, pois enquanto houve uma redução da população que se encontrava na base da pirâmide, os médios e altos estratos cresceram, apresentando um maior contingente populacional.

Em síntese, a participação relativa da população na base da pirâmide social encolheu 22,8% entre 2005 e 2008, resultado direto da mobilidade ascensional de 11,7 milhões de pessoas para estratos de maior renda. Por consequência, o segundo (médio) e terceiro (alto) estratos de renda ganharam maior representatividade populacional. Desde 1997 que o estrato intermediário de renda crescia relativamente a sua participação até 2005, quando apresentou salto expressivo. [...] Em 2008, por exemplo, o segundo extrato de renda representou 37,4% da população, enquanto em 1995 respondia por somente 21,8%. Entre os anos de 2004 (34,9%) e de 2008 (37,4%), o estrato intermediário registrou uma elevação relativa de 7,2% no total da população, que equivaleu a incorporação de 7 milhões de brasileiros. (POCHMANN, 2010, p. 141-142)

Dessa forma, apesar de o neodesenvolvimentismo apresentar traços de continuidade com o neoliberalismo (como preconizado no Consenso de Washington,

tendo em vista que: manteve o compromisso assumido por FHC com FMI em manter a estabilidade econômica, o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, em sustentar os contratos e obrigações financeiras, em controlar as contas públicas e as metas de inflação, não se desvincilhando por completo da política neoliberal), eles não são sinônimos uma vez que o neodesenvolvimentismo surge justamente porque o modelo neoliberal adotado no país nos anos de 1990 passa a dar sinais de desgaste, tanto pelo seu desequilíbrio econômico, como pela redução de direitos sociais e aumento do desemprego.

Dada a trajetória da concentração de renda, verifica-se um aumento da distância que separa os dois extremos da distribuição do rendimento familiar. No ano de 2001, por exemplo, o peso relativo dos 20% das famílias mais ricas na renda nacional era de 19,5 vezes maior que a participação dos 20% das famílias mais pobres, enquanto em 1981 essa diferença foi de 17,7 vezes. Ou seja, nota-se um crescimento de 10,2% no grau de desigualdade entre os extremos da distribuição de renda. (POCHMANN, 2014, p. 127-128)

Dessa forma, o aumento do salário mínimo, o aumento da inserção no mercado formal de trabalho e a ampliação dos programas de transferência de renda fizeram com que fosse ampliado o poder de consumo das famílias brasileiras. Mas isso não quer dizer que houve alteração no nível de desigualdade social no país, pois a concentração de renda se mantém inalterada (SANTOS, 2012).

Segundo Baron (2016), em 2014, enquanto houve investimentos de 4,11% em saúde, 3,49% em educação e pouco mais de 1% no Programa Bolsa Família; o setor financeiro se apropriou de 42,04% do orçamento federal, resultante de juros e amortizações da dívida pública.

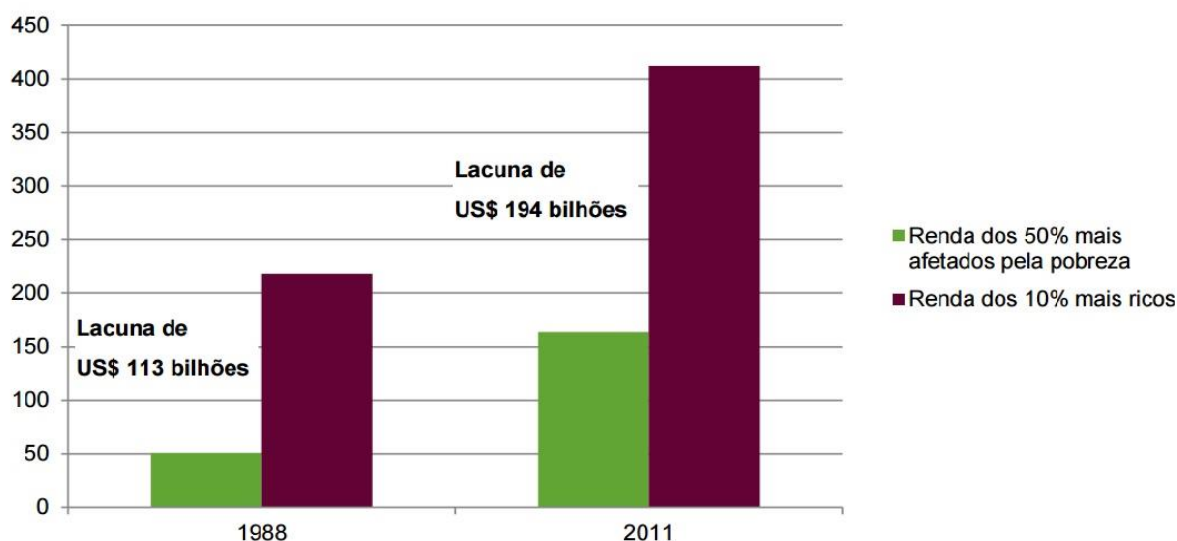
Dessa forma, os governos do Partido dos Trabalhadores à frente do Estado brasileiro não alteraram em nada a estrutura tributária do país, e o grande capital gozou de muitos privilégios nesse contexto. Mesmo com a ampliação dos investimentos sociais nesse período, estes ainda foram insignificantes quando comparados com o montante direcionado para o pagamento de juros da dívida pública.

Todo esse processo de acesso ao consumo e aumento da renda da população deu a ideia que se pode combinar capitalismo com equidade social, porém a adoção dessas iniciativas apesar de melhorar de alguma forma as

condições de vida da população, se deu sem que fosse alterada a estrutura das classes sociais no país.

Conforme dados da Oxfam<sup>26</sup>, Gráfico 6, a renda dos 50% mais pobres dobrou em termos reais no período de 1988 e 2011, crescendo a uma taxa maior que dos 10% mais ricos. Mas, o aumento da renda dos mais ricos representa valores muito mais elevados em termos absolutos, assim a diferença entre a renda média dos dois segmentos também dobrou. Ou seja, a renda dos 50% mais pobres foi superior ao aumento da taxa dos 10% mais ricos, porém a renda dos mais ricos subiu em termos reais a ponto de aumentar a desigualdade entre esses dois grupos, tendo em vista que a lacuna que separava era de US\$ 113 bilhões e passou para US\$ 194 bilhões.

**Gráfico 6** – Brasil: diferença entre o aumento da renda dos 50% mais pobres e dos 10% mais ricos



Fonte: Cálculos da Oxfam baseados no banco de dados do Painel de Distribuição de Renda no Mundo de Lakner-Milanovic (LM-WPID) (2013).

Dessa forma, os governos Lula e Dilma promoveram melhorias sociais significativas quando comparamos com os governos anteriores, de orientação neoliberal, mas não conseguiram alterar o padrão de exploração capitalista, apresentando manutenção da concentração de renda, em patamares ainda mais altos, e garantindo a conformação da classe trabalhadora com o padrão de desenvolvimento capitalista.

<sup>26</sup> Segundo informações da própria Oxfam, ela é uma organização não governamental que atua luta internacional para reduzir a pobreza, a desigualdade e as injustiças, criada em 1942 na Inglaterra.

Singer (2012), se referindo ao período do governo Lula, diz que o que houve foi um reformismo fraco, pois ao manter algumas orientações neoliberais dos governos anteriores, com o objetivo de evitar confronto com o grande capital, buscou através de suas orientações políticas e econômicas conservadoras, conciliar o combate à pobreza sem tocar nos interesses do capital. Assim, percebe-se que há uma busca de consenso entre as classes para promoção do desenvolvimento econômico e social.

As características gerais desse processo assumem a premissa de que capital e trabalho não são incompatíveis e que o Estado condessaria os interesses de acumulação e, ao mesmo tempo, mediará os conflitos distributivos, atendendo às demandas das classes subalternas. (MOTA, AMARAL E PERUZZO, 2012, p. 167)

Tratam a pobreza como ausência de renda ou bens e serviços, ignorando que ela resulta do próprio modo de produção capitalista que produz riqueza na mesma medida que produz pobreza, e sua existência representa funcionalidade ao modo de produção vigente.

Os programas sociais ao tempo que atendem às necessidades imediatas de sobrevivência da classe trabalhadora, garantindo os mínimos sociais para sua reprodução; também privilegiam os interesses do Estado e do próprio sistema capitalista como um mecanismo ideológico de reprodução do capitalismo, despolitizando as lutas sociais e promovendo uma convivência “pacífica” entre capital e trabalho, tendo o Estado enquanto mediador de uma reforma dentro da ordem.

É importante frisar que as políticas sociais, nesse governo, se estabeleceram em um quadro de uma sociedade capitalista, em uma economia dependente e em um contexto de desconstrução de direitos. Assim, sua concessão não assegura igualdade entre as classes sociais ou emancipação, o máximo que se pode esperar é o acesso ao consumo, pois desenvolvimento econômico e equidade social são incompatíveis com o sistema capitalista.

Portanto, por meio da inclusão, via consumo, o Estado garantiu o conformismo da classe trabalhadora, num *reformismo conservador*, e manteve as condições necessárias para reprodução da ordem burguesa através do

fortalecimento dos mercados e acúmulos de capitais. A inclusão social não abala em nada a propriedade privada, e o que os governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores à frente do Estado brasileiro buscaram foi a aliança entre as classes, no intuito de garantir o desenvolvimento econômico do país.

O aumento do salário mínimo, o crescimento da inserção no mercado formal de trabalho e a ampliação dos programas de transferência de renda fizeram com que fosse ampliado o poder de consumo das famílias brasileiras. Todavia, isso não quer dizer que houve alteração no nível de desigualdade social no país, pois a concentração de renda se mantém inalterada. Ou seja, se as famílias brasileiras puderam ter acesso ao emprego formal, à educação, e mesmo ao consumo; a classe dominante também saiu ganhando, e suas fortunas não foram tocadas.

### 3 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NA PRIMEIRA DÉCADA DE 2000: ENTRE A AMPLIAÇÃO E A FLEXIBILIZAÇÃO

Neste capítulo procuramos apresentar em dados de realidade, o nosso objeto de pesquisa, problematizando o tema ao nos perguntar: quais os significados e as consequências da ampliação do mercado formal de trabalho brasileiro nos governos Lula e Dilma? Como tem se apresentado a questão do desemprego/inserção no mercado de trabalho nesse período? A ampliação do acesso ao mercado de trabalho acontece com vínculos estáveis e com melhores condições de trabalho? Foi possível reduzir a precarização existente desde sua formação?

Para responder a essas questões de pesquisa, procuramos investigar como se deu a ampliação do mercado formal de trabalho<sup>27</sup> no Brasil no período em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do Estado brasileiro, Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), tendo em vista que a década de 2000 foi umas das mais positivas em termos de investimentos na política pública de emprego, trabalho e renda.

Partimos do entendimento de que o período que atravessa a realidade brasileira, objeto de análise de nossa pesquisa, contraditoriamente, esteve marcado pela crise e a curta expansão do mercado de *commodities*, promovendo melhorias pontuais no mercado interno brasileiro, com impactos positivos na geração de postos de trabalho que foram neutralizados, a partir de 2013, com a desaceleração da economia e o declínio dos investimentos do Estado em setores estratégicos.

A partir dos dados que corroboram com essa afirmação, podemos perceber que houve a geração de um número expressivo de novos postos de trabalho com vínculo formal, valorização do salário mínimo e ampliação das políticas sociais. Mas esses dados nos trouxe a inquietação em conhecer as condições de

---

<sup>27</sup> Quando falamos de mercado formal de trabalho, nos referimos aos trabalhadores com contratos regidos pela legislação brasileira, que garantem aos trabalhadores acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. É importante destacar que também existe o emprego informal, que não está regulamentado pela legislação e não assegura o acesso dos trabalhadores aos mesmos direitos que os trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho.

trabalho nesse contexto, tendo em vista a contradição existente entre a ampliação do mercado formal de trabalho brasileiro em uma conjuntura de reestruturação produtiva, que busca flexibilizar cada vez mais as relações trabalhistas.

Dessa forma, através dos dados analisados, será possível avaliar as estratégias utilizadas pelos governos Lula e Dilma para a ampliação do emprego formal, visualizando de que forma se processou a questão do desemprego/inserção no mercado de trabalho, atentando para as condições de trabalho, o tempo de permanência no emprego, a proteção social, dentre outros indicadores que podem nos mostrar o percurso do emprego formal no país no referido período.

### **3.1 Ampliação do mercado de trabalho no Brasil nos governos Lula e Dilma**

A interrupção do processo de industrialização nacional e o baixo crescimento econômico dos anos de 1980 contribuíram para a ampliação da População Economicamente Ativa (PEA) fora do mercado de trabalho. Mas, como visto no primeiro capítulo, os anos de 1990 foram marcados pela desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, com o desemprego atingindo taxas nunca vistas, resultado das mudanças políticas e econômicas adotadas pelos países de capitalismo central a partir dos anos de 1970, que influenciaram as reformas flexibilizadoras adotadas no país, ampliando ainda mais a taxa de desemprego e o contingente de trabalhadores fora do mercado formal de trabalho.

Como apresentamos anteriormente, esse período marcou a entrada da política neoliberal e o aprofundamento da precarização do trabalho no Brasil, pois através das privatizações de empresas estatais e do processo de abertura financeira e comercial adotado, as empresas nacionais passaram a sofrer com a ampliação da concorrência, ensejando a adoção de medidas de desregulamentação do trabalho por parte do governo, com a justificativa de que eram necessárias para tornar as empresas nacionais mais competitivas diante da concorrência estrangeira, garantindo a manutenção de empregos.

Na década de 1990, especialmente a partir de 1994, até o início dos anos 2000, promoveu-se um conjunto de mudanças na legislação que resultaram na ampliação da flexibilidade quantitativa na compra de força de trabalho. [...] vale citar as mudanças ocorridas na **contratação por prazo determinado**, na contratação de **trabalho temporário**, de **estagiários** e de **cooperativas profissionais**, a denúncia da Convenção 158, da OIT, e a introdução do **banco de horas**. Estas seriam mudanças do tipo alteração/supressão. Quanto às novas regras, cabe mencionar a regulamentação da Participação nos Lucros e Resultados - PLR, a contratação em tempo parcial e a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho (lay-off) (DIEESE, 2011, p. 32, grifos nossos).

Desse modo, as medidas de flexibilização do trabalho eram defendidas por analistas dentro do governo como necessárias para manutenção dos postos de trabalho, apresentando implicações profundas tanto para a organização do trabalho, quanto para a própria economia do país.

Portanto, as medidas adotadas nos anos de 1990 para flexibilização do trabalho, regulamentado na CLT, disponibilizaram uma série de opções precárias de trabalho, como: trabalho por tempo determinado, contrato de trabalho em tempo parcial, e a terceirização/subcontratação, além da intensificação do trabalho através da polivalência, metas de produção, banco de horas.

A partir de 2002, com a eleição de Lula para Presidência da República, surgiram novas expectativas, tendo em vista ser um representante da classe trabalhadora. Mas, como afirmado na “Carta ao Povo Brasileiro”, Lula se comprometeu em manter o compromisso assumido por FHC com FMI nos anos de 1999, com a estabilidade econômica, contratos e obrigações financeiras, pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, controle das contas públicas e metas de inflação. Dessa forma, o governo manteve o tripé econômico: câmbio flutuante, metas de superávit fiscal primário e metas de inflação (DIEESE, 2012).

O que nossa pesquisa pretende demonstrar é que o governo Lula foi incapaz de romper com a política neoliberal, mantendo seus pilares para acalmar os mercados e demonstrar que seu governo não tinha o objetivo de romper com o capitalismo, e estaria alinhado com o bloco neoliberal hegemônico, mantendo o caráter dependente da economia brasileira ao capital financeiro internacional. Assim,

O novo projeto de desenvolvimento capitalista no Brasil busca apenas construir um novo patamar de acumulação do capital que permita, ao mesmo tempo, redistribuir renda, ampliar o mercado de consumo e instaurar suportes sociais mínimos de existência para a

classe trabalhadora pobre, aumentando o gasto social do Estado nos limites do orçamento público, comprometido com o pagamento da dívida pública. (ALVES, 2014, p. 136)

Esse compromisso assumido por Lula será mantido em todo o seu governo e irá apresentar implicações para a economia brasileira. Como prometido, o governo tentou firmar um pacto entre capital e trabalho com o intuito de promover o crescimento nacional, se comprometendo em reduzir a desigualdade social e melhorar a distribuição de renda no país.

A legitimidade dos governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores se deu pela ampliação dos investimentos em políticas sociais, como os programas de transferência de renda e o Programa Minha Casa, Minha Vida, mas também por outras iniciativas como a ampliação do crédito e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que induziram o crescimento econômico e promoveram a queda do desemprego e a ampliação da formalização do mercado de trabalho, garantindo ascensão social para uma camada da população mais pobre.

Dessa forma, os governos Lula e Dilma se beneficiaram também do contexto positivo em que vivia o mercado internacional, sendo as exportações das *commodities*, associadas à ampliação do consumo e investimentos em políticas sociais, a forma encontrada para estabelecer um período de crescimento e estabilidade econômica para o país, que durou de 2003 a 2008, até a chegada da crise financeira.

Segundo Alves (2014), a partir dos anos 2000, com o advento do neodesenvolvimentismo, o que houve foi uma expansão e reorganização do capitalismo no Brasil, trazendo sérias consequências para a classe trabalhadora, com uma precária expansão do mercado de trabalho, uma nova precariedade salarial e o aprofundamento da precarização do trabalho no país.

Já é consenso na literatura que o ciclo dos governos petistas apresentou indicadores positivos no que refere ao crescimento econômico do Brasil, à ampliação de políticas sociais e ao crescimento do mercado de trabalho: houve a redução do desemprego com a criação de novos postos de trabalho, ampliação da formalização, redução no tempo de procura por trabalho e aumento do salário mínimo, dentre outros indicadores positivos.

Segundo dados do DIEESE (2012), a partir de 2004, a economia brasileira voltou a crescer alcançando uma taxa de 5,7%, levando também ao crescimento do PIB *per capita* que aumentou 4,3% no ano.

O patamar mais elevado de crescimento se manteve nos anos seguintes. Em 2005, quando não mais se renovou o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) assinado em 2002, a economia cresceu 3,2%, apesar da elevação dos juros ao longo do ano, “antídoto” aplicado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) diante da elevação de preços verificada a partir do segundo semestre de 2004. Em 2006, o crescimento foi de 4,0%, em um ano em que o superávit comercial chegou a US\$ 46 bilhões, com forte expansão das exportações. Em 2007, a alta do PIB alcançou 6,1%, e manteve intensidade em 2008, ano em que a expansão correspondeu a 5,2%. (DIEESE, 2012, p. 10)

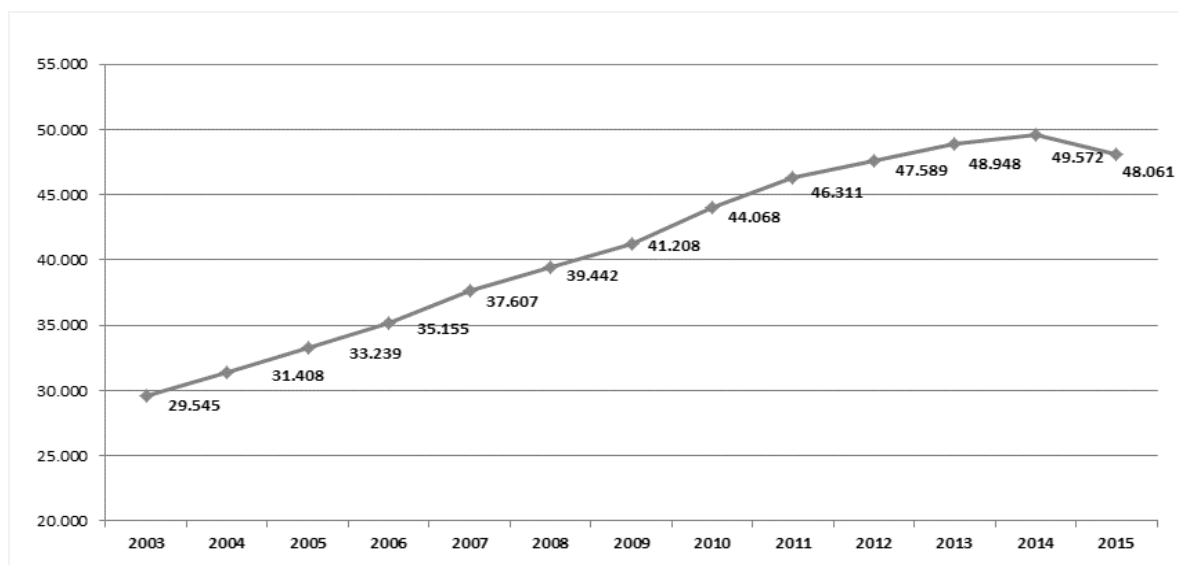
O DIEESE, em sua análise, faz uma distinção de dois períodos: de 2001 a 2003 em que o aumento médio do PIB foi de 1,7% e o emprego formal foi de 12,6%; e o segundo, de 2004 a 2008, em que o crescimento médio do PIB foi de 4,7% e o emprego formal aumentou em 33,5%. Esses dados demonstram que houve, no segundo período, após a entrada de Lula no governo, maior crescimento do PIB e maior expansão do mercado de trabalho, fatores que estão associados a um contexto maior, o próprio crescimento da economia mundial, não desprezando a importância das medidas econômicas adotadas pelo governo.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais<sup>28</sup> (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no período entre 2003 a 2016, mais de 20 milhões de empregos foram criados, representando, em média, 1,8 milhão de novos postos de trabalho todo ano.

O gráfico 7 retrata a evolução do número de empregos formais no país no período de 2003 a 2015, que saiu de 29,545 para 48,061 milhões vínculos formais de emprego. Demonstrando que realmente houve ampliação do emprego formal no Brasil no período dos governos petistas.

---

<sup>28</sup> A RAIS analisa a movimentação anual dos contratos de trabalho no final de cada exercício, dos vínculos dos empregos celetistas e dos estatutários. Assim, em 31 de dezembro de cada ano é feita apuração dos vínculos do ano, tanto os vínculos ativos, quanto os desligamentos realizados, como também pode ser analisado a duração do emprego, condições de trabalho, jornada e o perfil dos trabalhadores.

**Gráfico 7** – Brasil: evolução do número de empregos formais - 2003 a 2015

Fonte: MTE/ RAIS (2015)

As políticas macroeconômicas têm influência direta no comportamento do mercado de trabalho, sendo assim, a recessão mundial apresentou impactos negativos para a economia brasileira, com a crise financeira internacional de 2008. O país foi afetado em seu processo de crescimento, tendo uma queda de 0,6% no PIB, em 2009.

Mas como o PIB não é o único determinante para o bom desempenho do mercado de trabalho, o governo utilizou outras estratégias para manter a expansão do emprego, como os programas de transferência de renda, a oferta de crédito imobiliário, liberação de crédito consignado, aumento do salário mínimo, aceleração de obras vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento, e isenções de impostos federais para produtos industrializados, ampliando o consumo de automóveis e itens da linha branca, como geladeira, fogões, etc., dentre outras medidas adotadas.

O Programa de Aceleração do Crescimento foi criado em 2007, constituindo-se como um conjunto de políticas, cujo objetivo era fomentar o desenvolvimento econômico, através da realização de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, tendo como grande financiador o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e

os fundos de pensão, através da junção de parcerias público-privadas. (JARDIM; SILVA, 2015).

#### Segundo relatório anual do BNDES:

[...] o PAC tem como objetivos acelerar o crescimento econômico, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população brasileira. O programa consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos – burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos – ao crescimento. (BNDES, 2011, p. 102)

O referido programa foi dividido em duas etapas: na primeira, de 2007 a 2010, reuniu investimentos em infraestrutura social e urbana, logística e energia. Foram R\$ 657 bilhões em infraestrutura, sendo os setores de habitação, hidrovia e rodovia os que mais receberam recursos do PAC. Na segunda etapa, de 2011 a 2014, foram desenvolvidas ações para a ampliação do crédito e financiamento, desoneração tributária e medidas fiscais, com foco em transporte, energia e habitação. O PAC também deu sustentabilidade ao Programa Minha casa, Minha Vida e aos investimentos com as obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Essa etapa contou com investimentos de cerca de R\$ 1 trilhão, segundo dados do Ministério do Planejamento.

A seleção das obras foi feita através dos três níveis de governo, sendo os municípios e os Estados responsáveis pela contratação dos trabalhadores, que deveriam estar inscritos no Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que é gerido pelos municípios, atingindo, assim, as famílias que estão na linha da pobreza e são beneficiárias dos programas sociais do governo (JARDIM; SILVA, 2015).

O Programa Minha Casa, Minha Vida, criado em 2009, está inserido no PAC, e tem por objetivo reduzir o déficit habitacional, criando condições para atender às famílias cujas rendas eram de até dez salários mínimos. Esse programa estimulou o mercado habitacional e apresentou significativos impactos para a geração de renda e para a ampliação de vagas no mercado de trabalho, através da dinamização da indústria da construção civil, que foi a grande empregadora no período dos governos Lula e Dilma, como veremos adiante.

Dessa forma, os programas sociais, o incentivo ao crédito e o Programa de Aceleração do Crescimento contribuíram para geração dos postos de trabalho, principalmente no setor de construção civil, mas também foram utilizados pelo governo como parte de um pacote de medidas anticíclicas, cujo objetivo era retardar os impactos da crise de 2008. O PAC contribuiu muito para o aquecimento da economia, enquanto parte de uma política pública do Estado para geração de empregos com vínculos formais, principalmente para o segmento com menor renda.

Nos governos petistas, houve ampliação de todos os setores da economia, como comércio, serviços, agricultura, construção civil, indústria e outros. Além da ampliação das políticas sociais, mais intensivamente focado nas políticas de transferência de renda e no incentivo ao consumo, através de uma intensa política de crédito.

[...] o Brasil chegou ao final da primeira década do século XXI com um mercado interno mais forte e uma significativa redução da vulnerabilidade externa, duas grandes novidades da economia brasileira em relação à década de 1990. Essa mudança deu-se sem romper com o tripé de política econômica vigente no país desde 1999. A novidade foi que o ritmo de crescimento possibilitou importantes avanços na reestruturação do mercado de trabalho, com elevação do ritmo de geração de empregos formais e melhoria da renda. (DIEESE, 2012, p. 15)

Assim, toda a política adotada pelo governo desde o início, como manutenção de baixa inflação, ampliação do crédito consignado, aumento do salário mínimo, ampliação dos investimentos públicos e ampliação dos programas de transferência de renda, aqueceram a economia e foram fundamentais para o fortalecimento do mercado interno, deixando o país menos vulnerável a crise.

Segundo Pochmann (2014), com a crise econômica de 2008, o governo brasileiro adotou tanto medidas anticíclicas, com a flexibilização das políticas fiscais e monetárias, quanto ajuda para setores que sofrem mais diretamente com a crise. Dessa forma,

[...] antes que a crise internacional atingisse o país, o crescimento do PIB acelerou-se, alcançando o ritmo anual de 6,5% em meados de 2008, num processo em que o volume de investimento vinha aumentando a taxas significativamente elevadas (Baltar, Leone & Borghi, 2009). Com isso, ampliou-se o consumo de bens duráveis de consumo, as empresas aumentaram o investimento na ampliação da capacidade de produção, o Estado retomou o investimento em infra-

estrutura. Assim, apesar de a atuação do Banco Central do Brasil, visando conter a inflação – com seus impactos negativos sobre o ritmo de crescimento econômico –, ter dificultado a concessão de empréstimos em moeda nacional e mantido elevado o nível das taxas de juros, a taxa média de crescimento da economia brasileira elevou-se expressivamente. (BALTAR *et. al.* 2010, p. 6)

Nesse período, o governo chegou a reduzir a meta do superávit fiscal para que o gasto público fosse empregado como medida anticíclica diante da crise econômica. Para o DIEESE (2012, p. 14): “ao contrário de todas as crises anteriores, quando o Estado se tornava insolvente, naquele ano, foram recursos públicos que socorreram o setor privado com injeção de crédito e outras medidas de caráter fiscal e tributário”.

Apesar de nesse contexto, vários países estarem sofrendo de forma mais acentuada com as consequências da crise, o Brasil conseguiu até manter os índices de crescimento do mercado de trabalho em decorrência dessas estratégias adotadas pelo governo. As estratégias utilizadas tiveram resultados positivos quanto à manutenção dos postos de trabalho. Segundo dados da RAIS, em 2009, mesmo no contexto de crise econômica, quase um milhão de novos postos de trabalho com carteira assinada foram gerados.

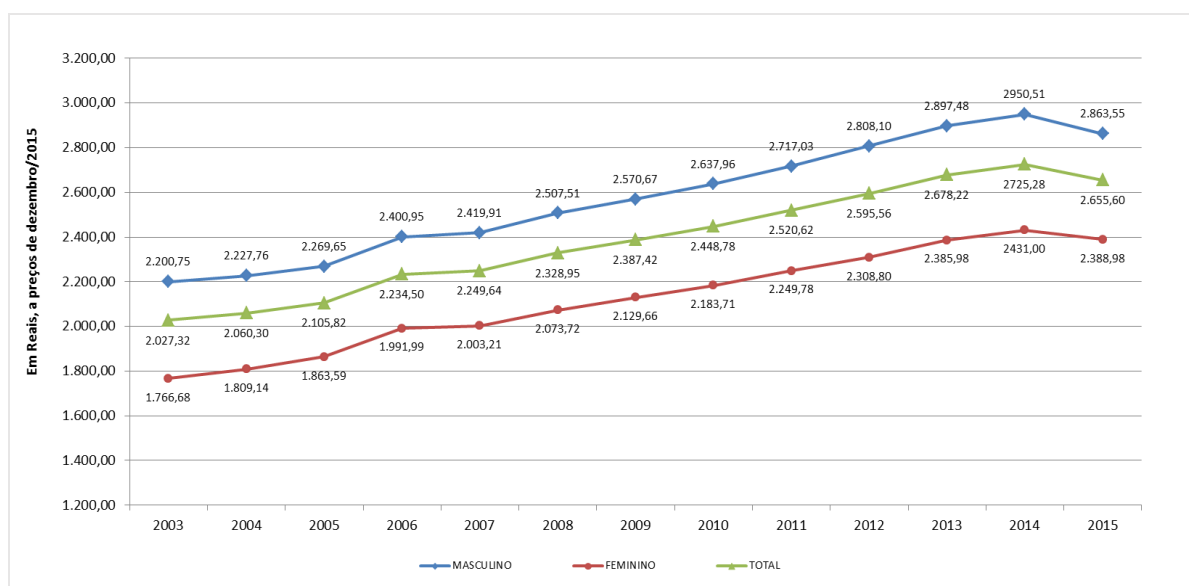
As políticas governamentais adotadas ao longo da década de 2000 (metas de inflação, política de valorização do salário mínimo, políticas de transferência de renda, expansão do crédito) e as mudanças verificadas no mundo do trabalho (geração de empregos, formalização e aumento da renda) foram, ao mesmo tempo, causa e efeito do processo de crescimento econômico no Brasil. (DIEESE, 2012, p. 16)

Se por um lado, o aumento do salário mínimo e os programas de transferência de renda possibilitaram a ampliação do consumo de um segmento que outrora estava à margem do mercado consumidor, principalmente de bens duráveis, em decorrência da ausência de reformas civilizatórias (agrária, tributária e social); por outro lado, a ampliação do consumo estimulou novas contratações por parte das empresas, ampliando o mercado de trabalho no país. Dessa forma, as medidas adotadas pelo governo funcionaram de forma articulada, uma contribuindo para o funcionamento da outra.

A redução da taxa de desemprego e o crescimento da formalização no mercado de trabalho demonstram uma grande diferenciação entre os governos

conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores e os governos de FHC, de clara orientação neoliberal, que foram marcados pelas altas taxas de desemprego e aumento da informalidade. Outro dado relevante é o aumento da remuneração dos trabalhadores que também cresceu no período de 2003 a 2015. Conforme Gráfico 8, a remuneração média real saiu de R\$ 2.027,32, em 2003, para R\$ 2.725,28, em 2014; e em 2015 caiu para R\$ 2.655,60, conforme dados da RAIS de 2015.

**Gráfico 8** – Brasil: remuneração média real em dezembro por sexo - 2003 a 2015



Fonte: MTE/ RAIS (2015)

Nota: deflacionado pelo INPC/IBGE

Apesar de, no período analisado, tanto os rendimentos dos homens quanto das mulheres terem aumentado, ainda há uma grande desigualdade de rendimentos entre os dois gêneros. Podemos notar que apesar da remuneração média das mulheres ter sofrido aumento ao longo do período analisado, a diferença real, em relação à remuneração dos homens, se manteve, e até foi ampliada. Dessa forma, os homens ainda recebem maiores rendimentos que as mulheres no mercado formal de trabalho, sendo que a participação das mulheres representou 44% em 2016. Nas ocupações de nível superior essa participação é ainda maior, saiu de 55,4% no início da década, para 59,1% em 2016 (DIEESE, 2012, 2016).

Segundo Baltar et. al. (2010, p. 16): “a renda média do trabalho, no Brasil, vinha sendo reduzida no período 1997-2003, prejudicada pelo aumento da inflação e

pela contenção da atividade econômica, principalmente após a desvalorização cambial de 1999”.

É importante destacar que, a partir de 2007, passou a vigorar a política de valorização do salário mínimo, que estabeleceu aumento do salário mínimo de acordo com o crescimento do PIB. Essa política se mostrou muito positiva, tendo em vista que os rendimentos da população se encontravam deteriorados desde o período anterior, ampliando a possibilidade de compras dos trabalhadores, que aumentou 70% durante os quase treze anos dos governos Lula e Dilma, segundo dados do DIEESE (2016).

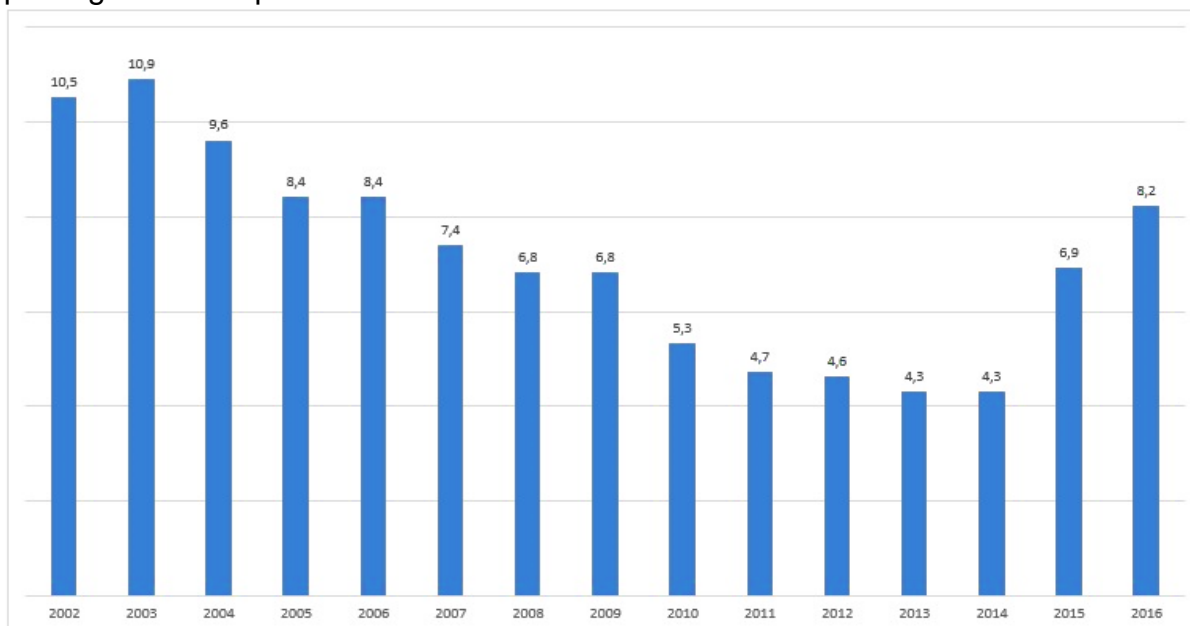
Embora o salário mínimo tenha sofrido aumentos reais durante esses governos, esse valor ainda se encontra muito abaixo do valor necessário para reprodução do trabalhador. Por exemplo, se em janeiro de 2016 o salário mínimo era de R\$ 880,00, cálculos do DIEESE mostram que o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 3.795,24 para o mesmo período do ano.

O ritmo de crescimento da economia foi essencial para a recuperação dos rendimentos dos trabalhadores, tendo em vista que o nível de desemprego se encontrava em baixa e, assim, os trabalhadores tinham maior poder de negociação, valorizando o salário mínimo. Esse crescimento está ligado ao desenvolvimento econômico e a ampliação dos investimentos em todas as políticas sociais (educação, saúde, assistência social). O aumento da renda das famílias brasileiras levou ao mito de que estava surgindo uma nova classe média no país, quando na verdade a classe trabalhadora passou a ter acesso a novas bases de consumo da qual sempre esteve excluída (POCHMANN, 2014).

A queda na taxa de desemprego foi muito positiva pelo fato de ter ocorrido através da ampliação do emprego formal, e ter havido a redução da informalidade no país, garantindo a esses trabalhadores e suas famílias o acesso à proteção social, tanto em relação aos direitos previdenciários, quanto aos direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro, licenças e FGTS. (BALTAR et al., 2010)

Conforme Gráfico 9, em 2002, cerca de 10,5 milhões de pessoas estavam desocupadas<sup>29</sup>, desde então esses números foram caindo chegando a 4,3 milhões em 2013 e 2014, mas em 2015 esse número voltou a subir, atingindo cerca de 8,2 milhões em 2016, representando 8,2% da população economicamente ativa, o que ainda é um valor muito alto.

**Gráfico 9** – Brasil: taxa de desocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por regiões metropolitanas -2002 a 2016



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego.

Notas: a) Valores correspondentes aos meses de dezembro, exceto 2016 que é referente ao mês de fevereiro.

b) Período de referência de 30 dias para procura de trabalho.

É importante frisar que a mensuração da Taxa de Desocupação é demonstrada a partir do percentual de pessoas que estão desocupadas na semana de referência, em relação à População Economicamente Ativa nessa semana. Dessa forma, a mensuração do desemprego realizada pelo IBGE, mais mascara que evidencia os níveis de desemprego no país, tendo em vista que só considera como desocupado o trabalhador que está procurando emprego no mês de realização da pesquisa.

<sup>29</sup> Segundo a PNAD-IBGE, “A **População Desocupada** é composta por todas as pessoas sem trabalho, mas que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo durante o mês de referência da pesquisa. A **Taxa de Desocupação** é calculada pela proporção de pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.”

Tecnicamente a definição de desemprego aberto é[...] bastante estrita: corresponde às pessoas que, não estando ocupadas, estão procurando ativamente trabalho. Neste conjunto encontramos os trabalhadores que perderam seus empregos e os novos integrantes da população ativa, ou seja, os que procuram trabalho pela primeira vez. Neste sentido, a taxa de desemprego é um conceito bastante ineficiente e impreciso como medição da situação ocupacional, tendendo a não representar fidedignamente a gravidade do problema do emprego. Assim, por exemplo, os trabalhadores que perdem seu emprego ou desejariam empregar-se, mas que não procuram outro emprego, pois acreditam ser difícil encontrá-lo, não são considerados tecnicamente desempregados — são “inativos”. Da mesma forma, um desempregado que encontra um “bico”, por mais precário que seja, passa a ser “ocupado”, ainda que se trate obviamente de um subemprego (SOUZA, 1998 apud SANTOS, 2012, p.164)

Já a população ocupada (PO) é aquela que desenvolve trabalho, remunerado ou sem remuneração, na semana de referência da pesquisa, durante pelo menos uma hora completa. Assim, o IBGE acaba estimando apenas o desemprego aberto, camuflando várias realidades de trabalhos extremamente precários, como é o caso do trabalho por conta própria, dos trabalhadores sem remuneração, do subemprego, que está, na maioria das vezes, sem nenhuma proteção social, além dos trabalhadores desempregados que não estão, no momento, a procura de outro emprego, até pela dificuldade encontrada no mercado de trabalho.

Portanto, as pessoas que trabalharam pelo menos uma hora na semana são consideradas ocupadas, medindo apenas a quantidade, porém ocultando a qualidade das ocupações nas quais estão inseridas. Desse modo, verifica-se que nem sempre a queda na taxa de desocupação representa um dado positivo para os trabalhadores com a geração de trabalho com vínculos estáveis e com boas condições laborais.

É importante destacar que após a crise financeira de 2008, o país passou a sofrer com seus rebatimentos, impactando no PIB brasileiro e na geração de empregos nos anos seguintes, como pudemos observar no Gráfico 9. Em 2010, a recessão atingiu países de capitalismo central (Japão, Estados Unidos e União Europeia), e houve queda nos preços das *commodities* no mercado mundial, impactando na estabilidade da economia brasileira e no crescimento do mercado de trabalho. Alguns países europeus começaram a fazer ajustes neoliberais, causando

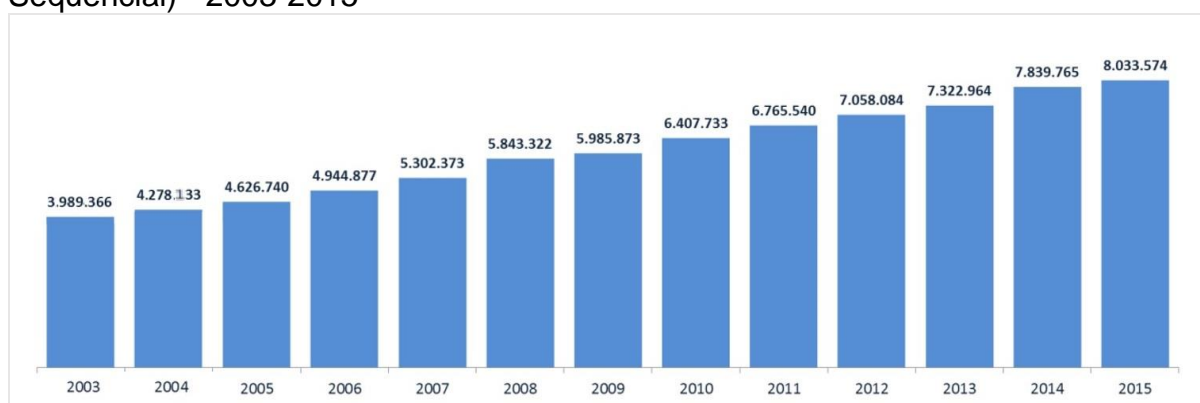
desemprego (ALVES, 2014). Mas, apesar da conjuntura adversa, o Brasil ainda conseguiu manter alguns indicadores positivos quanto ao mercado de trabalho, como a redução da taxa de desemprego e formalização de vínculos de trabalho.

Outro dado relevante é o aumento da escolaridade entre a População Economicamente Ativa brasileira. No início da década de 2000, 48,9% dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal possuíam nível fundamental ou menos que isso, somados aos analfabetos, esse percentual atingia mais de 50% da força de trabalho empregada.

Segundo dados da PNAD de 2009, no período de 1999 a 2009, houve queda nas faixas de escolaridade inferiores (com até 7 anos de estudo), caindo de 19% para 14,6%. Sendo a região Nordeste a região em que houve uma queda mais expressiva na população ocupada<sup>30</sup> sem instrução ou com menos de um ano de estudo, saindo de 26,2% para 15,4%.

Conforme o Gráfico 10, no período de 2003 e 2015, houve uma expansão no número de matrículas no ensino superior no país, que aumentou 101,37%, superando 8 milhões de alunos em 2015.

**Gráfico 10** – Brasil: número de matrículas na educação superior (Graduação e Sequencial) - 2003-2015



Fonte: MEC/Inep (2014, 2015)

<sup>30</sup> Segundo a PNAD-IBGE, “A **População Ocupada** é composta por todas as pessoas que trabalharam durante o mês de referência da pesquisa por pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio. Também fazem parte da População Ocupada aquelas pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas durante o período da pesquisa. O **Nível de Ocupação** é calculado pela proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar.”

Dessa forma, fazendo uma análise do período de 2000 a 2014 a partir dos dados da RAIS, também houve uma ampliação do número de trabalhadores com ensino superior completo, de 12% para 19,5% dos vínculos gerados, nesse percentual também estão inseridos os trabalhadores com mestrado e doutorado. E 46,1% já possuíam ensino médio completo (DIEESE, 2015).

Esses dados revelam um mercado de trabalho mais exigente na contratação de sua força de trabalho, que estabelece níveis de instrução cada vez mais elevados, diante da grande oferta de força de trabalho qualificada, resultante do aumento da escolaridade média da população, e a ampliação da oferta de vagas no ensino superior.

Mas os indicadores positivos quanto à ampliação do mercado de trabalho também não podem ser analisados de forma isolada, tendo em vista que também expressam a fase positiva em que vivia a economia nesse contexto, com o crescimento da economia chinesa e a valorização das *commodities* no mercado mundial, favorecendo as exportações brasileiras.

Portanto, esse momento positivo da economia possibilitou um crescimento dos postos de trabalho, levando a uma maior inserção em empregos formais, principalmente em setores como comércio, serviço e construção civil. Assim, os setores que mais empregaram foram os que apresentam as maiores taxas de rotatividade e os menores salários.

Dessa forma, é inegável que os governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores se diferenciam dos governos neoliberais ortodoxos, que acentuou a crise do desemprego no país, como visto anteriormente. Mas por outro lado, nesse período também houve uma ampliação da flexibilização das relações de trabalho com o aumento da rotatividade<sup>31</sup> do trabalho, ampliação dos contratos precários (terceirização/subcontratação, contratos por tempo determinado, por prestação de serviço, etc.).

---

<sup>31</sup> Segundo o DIEESE (2011, p.11), “a rotatividade representa a substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, ou seja, a demissão seguida da admissão, em um posto específico, individual, ou em diversos postos, envolvendo vários trabalhadores”.

Assim, no período dos governos Lula e Dilma houve a combinação dos traços históricos da precarização do trabalho, já existente no país desde a própria formação do mercado de trabalho, com novos traços da precariedade que vêm caracterizando o capitalismo global no contexto da reestruturação produtiva.

Nesse sentido, Alves (2014, p. 11) afirma que o neodesenvolvimentismo apresenta diferenciação em relação ao neoliberalismo, principalmente quanto aos indicadores positivos relacionados ao mercado de trabalho, como: redução da taxa de desemprego, formalização dos vínculos, aumento do salário mínimo, dentre outros. Todavia, considera que nesse período também houve uma maior degradação do trabalho, pela maior rotatividade da força de trabalho - contratos precários, aumento da terceirização/subcontratação, etc. Assim, apesar de haver clara distinção entre o neoliberalismo da década de 1990, do governo Fernando Henrique Cardoso, e neodesenvolvimentismo dos governos de Lula e Dilma, ele considera que ambos, “se inserem no mesmo bloco histórico: o bloco histórico do capitalismo flexível ou capitalismo neoliberal sob dominância do capital financeiro”.

Inferimos ainda que a expansão do mercado formal de trabalho aconteceu basicamente nos setores mais rotativos e com menores salários, como os setores de comércio, serviços e construção civil. Sem contar na ampliação do trabalho por conta própria, que se apresenta como alternativa ao desemprego, mas que na maioria das vezes não tem a proteção social dos trabalhos formais, até mesmo pela instabilidade que muitas vezes permeia esse tipo de atividade.

Para Sampaio (2010), a atual fase do capitalismo está marcada pela maior degradação do trabalho, do meio ambiente, pela ampliação do desemprego, crescimento da imigração, crescimento do agronegócio, pela precarização das condições de vida nos centros urbanos, aumento da violência, pelo aprofundamento da desigualdade social e pela volta do neocolonialismo.

Sendo assim, a realidade brasileira não seria diferente, apesar dos indicadores que à primeira vista parecem positivos, uma análise mais detalhada revela que o mercado de trabalho brasileiro também tem seguido os preceitos da reestruturação do capital, que tende a flexibilizar cada vez mais a força de trabalho para elevar a patamares mais altos a extração de mais-valia.

### **3.2 Condições de trabalho: rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro**

Na seção anterior, foi possível apreender que houve, ao longo do período em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do Estado brasileiro, significativa ampliação dos postos de trabalho com vínculos formais, bem como valorização do salário mínimo e ampliação dos investimentos em políticas sociais.

Assim, buscaremos compreender de que forma se deu o aumento da inserção no mercado formal de trabalho nos governos Lula e Dilma, com vistas a analisar se foi possível reduzir a flexibilidade e a rotatividade, enquanto características do processo de reestruturação produtiva do capital, somada a precarização do trabalho existente no país desde sua formação.

As questões a serem levantadas são: quais os significados e as consequências da ampliação do mercado formal de trabalho brasileiro nos governos Lula e Dilma? Como tem se apresentado a questão do desemprego/inserção no mercado de trabalho nesse período? A ampliação do acesso ao mercado de trabalho acontece com vínculos estáveis e com melhores condições de trabalho? Foi possível reduzir a precarização existente desde sua formação?

Tais questionamentos nos levaram ao caminho da construção teórica-metodológica do nosso objeto de pesquisa por contribuir para a problematização em torno da flexibilização do trabalho no país (apesar da maior parte das iniciativas, nesse sentido, terem acontecido ainda na década de 1990, ao longo da década de 2000, outras ações contribuíram para que a flexibilização e a rotatividade se mantivessem).

Pudemos verificar que, os governos Lula e Dilma não conseguiram reduzir a precarização do trabalho, carregando traços históricos da precarização estrutural do trabalho no país, somado a nova precariedade salarial que se constitui como característica no trabalho na era do capitalismo *flexível*, como visto no primeiro capítulo.

Os dados apresentados acima demonstram a fase positiva em que viveu a economia brasileira na década de 2000, se configurando como uma das mais positivas em termos de geração de postos de trabalho no país. Contudo, uma análise mais minuciosa da relação entre tempo médio de permanência no emprego, taxa de rotatividade, setores que mais empregam, tipos de vínculos, exigências para contratação, além da remuneração e suas distinções para homens e mulheres pode apontar a flexibilização e rotatividade do trabalho existente nesse contexto.

Esta processualidade contraditória da nova macroeconomia do trabalho expõe, de modo singelo, a dialética entre continuidade e rupturas que caracteriza o neodesenvolvimentismo no Brasil. Na medida em que se apresenta como modernização conservadora, o neodesenvolvimentismo preservou, por um lado, traços históricos da (arcaica) flexibilidade estrutural da força de trabalho abundante que existe no Brasil, e, por outro lado, incorporou traços da (moderna) nova precariedade salarial que caracteriza o capitalismo global na era do trabalho flexível (ALVES, 2014, p. 55).

Para melhor compreensão sobre a flexibilidade e rotatividade no mercado de trabalho brasileiro, é importante destacar que o mercado formal de trabalho é formado pelos trabalhadores estatutários e celetistas, sendo que os celetistas representam mais de 80% do total de empregados formais do país, segundo dados do DIEESE (2016). Enquanto os trabalhadores estatutários entram no mercado de trabalho através de concursos públicos e existem restrições legais para as demissões, o que os tornam mais estáveis; os trabalhadores que têm seus contratos regidos pela CLT (celetistas) são mais instáveis, estando assim mais sujeitos a movimentação contratual. Dessa forma, os trabalhadores celetistas são os mais atingidos pela flexibilidade contratual, e serão o foco da nossa análise.

É importante ressaltar ainda que em 1966 foi aprovada a Lei 5.107 que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, passando a ser uma alternativa para quem não quisesse contratar pela CLT que garantia ao trabalhador com mais de dez anos ininterruptos de trabalho o direito a estabilidade. Essas duas formas de contratação perduraram até 1988, e a Constituição uniformizou o sistema de contratações, estabelecendo em seu Artigo 7º, inciso III o direito ao FGTS para os trabalhadores urbanos e rurais, colocando o fim na estabilidade para os trabalhadores com mais de dez anos de serviço.

Em 1986 foi criado o Seguro-desemprego<sup>32</sup>, assistência financeira de caráter temporário para o trabalhador dispensado sem justa causa, que também foi utilizado como forma de retirar a estabilidade e contribuiu para a ampliação da rotatividade da força de trabalho no país, sendo implantado sem a combinação de políticas voltadas para a inserção no mercado de trabalho.

Assim, com a instituição do FGTS e do seguro-desemprego para todos os trabalhadores celetistas, houve um incentivo à rotatividade da força de trabalho no país, tendo em vista a facilidade e o baixo custo para romper os contratos de trabalho.

Até 1966, a CLT assegurava a todos os trabalhadores formais a estabilidade no emprego após 10 anos de serviços prestados para uma mesma empresa. Havia a possibilidade de este empregado vir a ser demitido, em caso de falta grave, que deveria ser apurada pela Justiça do Trabalho ou, em outra situação, mediante o pagamento de dois meses de salário por ano trabalhado, caso o empregado aceitasse tal acordo. Para os trabalhadores com tempo de serviço de um a menos de 10 anos de casa, havia a previsão de uma indenização correspondente a um mês de salário por ano trabalhado, também no caso de demissão sem justa causa. Com a introdução do FGTS, caiu o instituto da estabilidade no emprego e o trabalhador passou a ter, por tempo de serviço acumulado, o direito a receber da empresa empregadora 8% da remuneração do mês anterior depositados numa conta bancária para ser movimentada em caso de demissão sem justa causa. Além disso, o trabalhador faria jus a receber diretamente do empregador o valor correspondente a 10% dos depósitos realizados na conta do FGTS durante o vínculo de emprego interrompido (DIEESE, 2011, p. 22).

Além da criação do FGTS e da extinção da estabilidade no emprego, a própria conjuntura promovida pela reestruturação produtiva do capital promove a rotatividade do trabalho, através de constantes medidas que buscam flexibilizar cada vez mais as relações trabalhistas, a fim de reduzir os custos para o empregador e ampliar suas taxas de lucratividade, mesmo que para isso custe os direitos dos trabalhadores e a degradação de suas condições de trabalho e de vida.

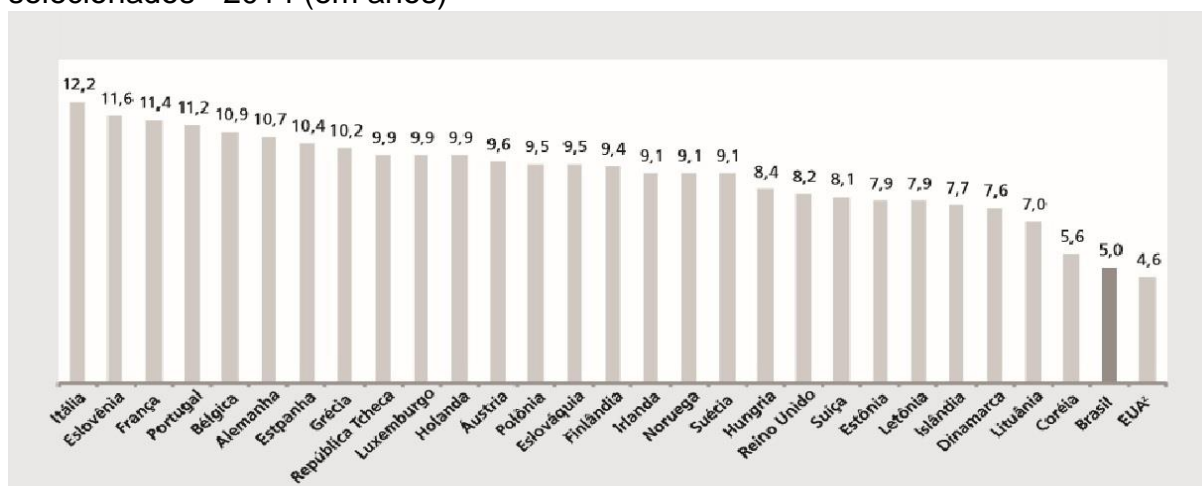
A flexibilidade, tanto alocativa quanto salarial, do mercado de trabalho permite que as empresas “troquem” seus trabalhadores, contratando novos empregados com menores salários e eliminando aqueles postos de trabalho com maior rendimento. Há um movimento de redução de custos de produção, possibilitado pela flexibilidade do mercado de trabalho. (COSTA; HUERTAS, 2008 apud DIEESE, 2011, p. 36)

---

<sup>32</sup> Criado pelo Decreto Presidencial 2.283/86.

Apesar de a rotatividade ser um fenômeno existente em todos os países, como podemos verificar no gráfico 11, o Brasil apresenta dados alarmantes e, o tempo médio de permanência no trabalho para o conjunto dos assalariados formais corresponde a 5 anos, só perdendo para os Estados Unidos, em que os trabalhadores passam em média 4,6 anos no mesmo posto de trabalho, sendo este o mercado de trabalho mais flexível do mundo. Mas, se for considerar apenas o segmento celetista, o tempo de permanência no mercado de trabalho brasileiro é ainda menor, de 3,6 anos, sendo que para os terceirizados esse dado, em 2014, é ainda mais alarmante, de 2,7 anos<sup>33</sup>.

**Gráfico 11** – Tempo médio de emprego dos assalariados formais - Brasil e países selecionados - 2014 (em anos)



Fonte: OCDE Stats; MTPS. RAIS; Bureau of Labor Statistics Nota: (1) Os dados do Brasil referem-se a todos os vínculos ativos (estatutários e celetistas) da RAIS; (2) O dado dos EUA é o tempo mediano, não médio.

Elaboração: DIEESE (2016)

Nota: 1) Para os EUA, situação de janeiro de 2010.

O tempo médio do emprego formal no Brasil, comparado com outros países centrais, explicita uma rotatividade muito intensa, sendo extremamente desfavorável tanto para os trabalhadores que não possuem segurança no trabalho, quanto para os empregadores que não conseguem capacitar os trabalhadores.

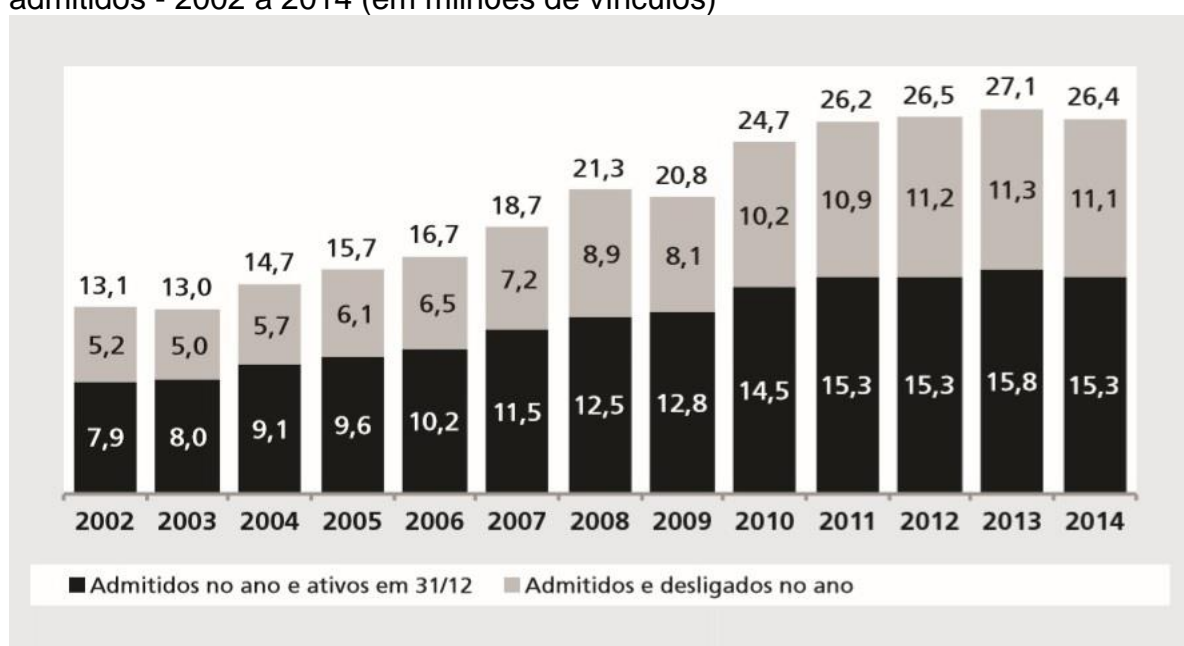
Ao analisar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período de 1999 a 2014, dados do DIEESE (2012, 2014, 2016) revelam que desde

<sup>33</sup> Esse dado sobre terceirização é do Dossiê realizado pela CUT em 2014.

2003 houve um crescimento da inserção no mercado de trabalho, sendo significativa a formalização dos vínculos que garante maior proteção social ao trabalhador.

O estoque de empregos no mercado celetista em dezembro de 2014 foi 81,7%. Entre 2002 e 2014 a taxa de admissão cresceu 101,2% no período, mas os desligamentos chegaram a 115,1%, ou seja, apesar de haver uma maior inserção no mercado de trabalho no período analisado, a evolução dos desligamentos foi ainda maior, conforme o gráfico abaixo:

**Gráfico 12** – Brasil: evolução da movimentação anual dos vínculos celetistas admitidos - 2002 a 2014 (em milhões de vínculos)



Fonte: MTE/ RAIS.

Elaboração: DIEESE (2016)

Dessa forma, a formalização do mercado de trabalho se tornou expressiva ao longo do período analisado em decorrência das iniciativas do governo para aquecer a economia e contribuir na geração de empregos, mas não podemos deixar de perceber que a rotatividade também cresceu em ritmo acelerado, estando cada vez mais reduzido o tempo de permanência no emprego.

Dados do DIEESE apontam que os trabalhadores brasileiros têm permanecido pouco tempo nos seus postos de trabalho. Em 1999, o número de trabalhadores que permanecia no mercado de trabalho até um ano correspondia a 43,5%. Dez anos depois, o número de trabalhadores que foram desligados com

menos de um ano no emprego já representava 63,6%, aumentando apenas 1,2% em relação a 2000.

Dados da RAIS, do período de 1997 a 2009, mostram que em média, para cada 40% vínculos admitidos presentes no estoque anual, 60% dos vínculos foram rompidos no decorrer do ano, dessa forma, no ano seguinte 60% da força de trabalho desligada no ano anterior estava novamente disponível para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho no ano seguinte (DIEESE, 2011).

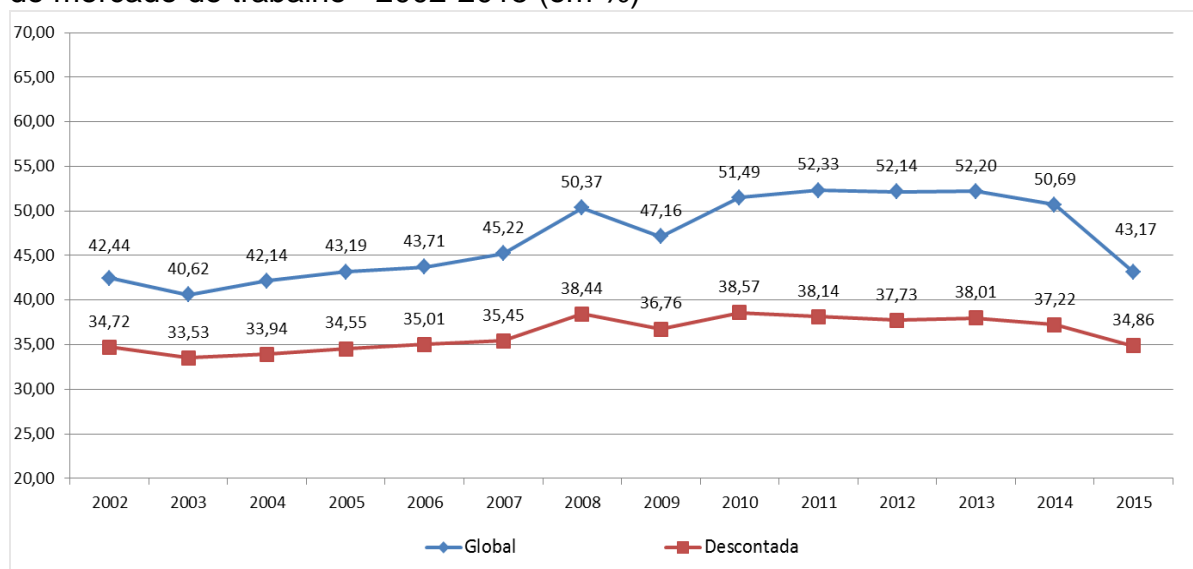
Entre 2002 e 2014, em média, 45% dos desligamentos aconteceram com menos de seis meses de vigência do contrato, sendo que 65% nem sequer atingiram um ano completo. No ano de 2014, foram registrados 65,8 milhões de vínculos, mas apenas 40,6 milhões permaneciam ativos até o final do ano, pois 25,3 milhões de vínculos foram desligados, sendo que os encerramentos dos contratos por decisão patronal chegaram a 48,7%, representando uma redução quando comparado a 2002 quando representava 56,0% (DIEESE, 2016).

Esses dados colocam por terra a tese da corrente de pensamento *mainstream* de que o mercado de trabalho brasileiro é muito rígido em decorrência de uma legislação paternalista que está sempre a favor do trabalhador, demonstrando que o mercado formal de trabalho brasileiro possui uma elevada flexibilidade contratual que favorece a rotatividade da força de trabalho e sua exploração.

O aumento da rotatividade da força de trabalho é um indicador dos reflexos da macroestrutura de poder econômico no cenário brasileiro, o que fragiliza as relações de trabalho, causando instabilidade nas relações de trabalho e, ao mesmo tempo, aumentando a competitividade dos trabalhadores que, fragilizados, acabam por aceitarem as condições de trabalho que lhe são impostas.

A partir do Gráfico 13, podemos acompanhar a ampliação da rotatividade da força de trabalho no período de 2002 a 2015. Verificaremos que houve uma ampliação significativa até 2013, o que confere um aumento de 42,44% para 52,20% na taxa global. Já com relação à taxa de descontada o aumento foi de 34,72% para 38,1%, mas com queda acentuada em 2015, com 43,17% e 34,86% respectivamente.

**Gráfico 13** – Brasil: taxas de rotatividade global e descontada no segmento celetista do mercado de trabalho - 2002-2015 (em %)



Fonte: MTE/ RAIS (2015)

Nota: Global - Taxa de Rotatividade calculada pelo menor valor entre admissões e desligamentos do ano (exceto transferências) dividido pelo estoque do ano anterior. Descontada - Foram desconsideradas transferências e desligamentos por falecimento, aposentadorias e a pedido do empregado.

Esses dados revelam a rotatividade anual nos postos de trabalho, através de um intenso processo de contratação e demissão de trabalhadores no mercado formal de trabalho. É importante destacar ainda que a maior porcentagem de desligamentos se concentra entre os mais jovens (até 30 anos) e os trabalhadores com menores salários.

Um dado importante é que em momentos de estabilidade e crescimento econômico, a rotatividade pode aumentar em decorrência de admissões de curta duração, seguidas de desligamentos, e pelo fato de os trabalhadores terem maiores possibilidades de encontrar empregos melhores. Já em momentos de crise, a rotatividade tende a ser reduzida. Assim, a queda na taxa de rotatividade a partir de 2013 pode estar associada ao período de crise econômica, em que as pessoas acabam buscando permanecer no trabalho em decorrência do momento de insegurança econômica, e os empregadores buscam manter os trabalhadores diante dos gastos para seleção e capacitação dos novos funcionários.

Segundo Baltar e Krein (2013), as novas tendências de organização da produção trouxeram consigo novas modalidades de trabalho que contribuem para a ampliação da rotatividade do trabalho no país, que muitas vezes nem expressam uma relação de emprego, disfarçando sua existência, como a utilização de

estagiários para suprir a ausência de profissionais e as contratações de autônomos ou pessoa jurídica, enquanto formas de burlar a legislação e reduzir custos com pessoal. Além da terceirização/ subcontratação, dos contratos que se configuram como vínculo empregatício, como os contratos temporários, por prazo determinado, por obra, por safra, etc. Assim,

[...] várias iniciativas do governo Lula repercutiram na regulação do trabalho, muitas vezes em favor da lógica da flexibilização. São exemplos: o Contrato do Primeiro Emprego; a legalização de contratos de prestadores de serviços por empresas de uma só pessoa (PJs); a adoção de exigências trabalhistas diferenciadas para pequenas e microempresas (lei do Super Simples), entre outras. Em vários desses casos, criaram-se expedientes de rebaixamento dos direitos trabalhistas, promovendo diferenciações entre trabalhadores face aos direitos do trabalho. (OLIVEIRA, 2015, p. 553)

Dessa forma, a rotatividade no Brasil tornou-se muito elevada durante os governos Lula e Dilma, e pode estar associada a diversos fatores, desde a procura por melhores postos de trabalho em decorrência do momento positivo em que vivia a economia do país, tendo em vista que em momentos de crise, os trabalhadores costumam se manter em seus empregos diante a ameaça do desemprego; mas também tem sido utilizada por muitas empresas como mecanismo para reduzir os custos salariais, e não pagar os adicionais por tempo de serviço previstos no Art. 457, § 1º da CLT e também como instrumento de controle sobre os trabalhadores, tendo em vista a oferta abundante de força de trabalho e as facilidades e baixo custo para demissão no país.

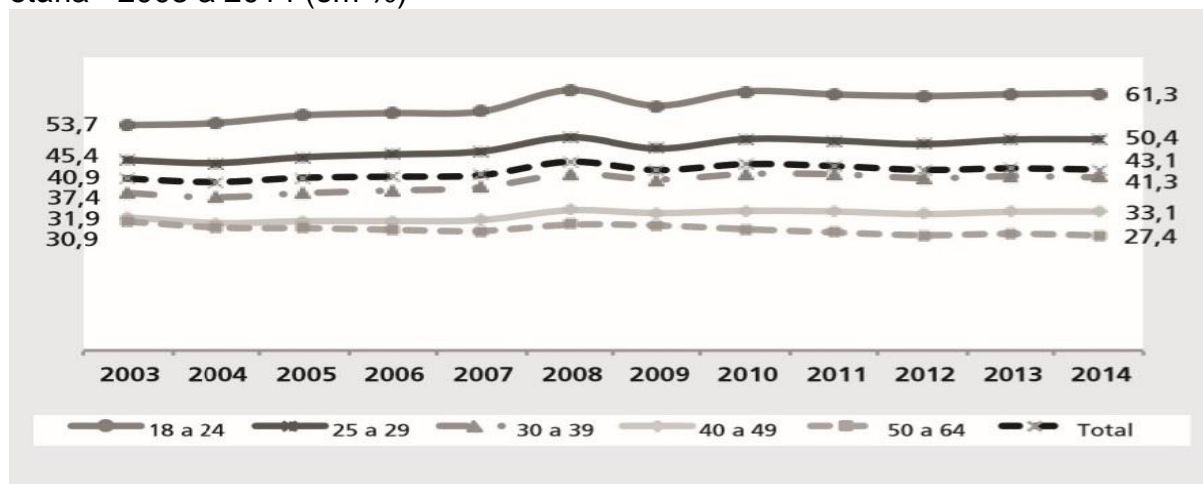
Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego e alguns autores como Macedo & Chahad (1985 apud DIEESE, 2011), a rotatividade pode estar associada ao recebimento do FGTS pelos trabalhadores. Assim, essa tese levou o governo a adotar uma estratégia para tentar reduzir a rotatividade e dificultar o acesso ao benefício, restringindo novamente os direitos dos trabalhadores, impondo a exigência de pelo menos um ano e meio no emprego para ter acesso ao FGTS, a partir da nova regra do Ministério do Trabalho, que foi sancionada em 2015. Essa medida é defendida como forma de reduzir o impacto sobre os fundos públicos, mas prejudica o trabalhador que, na maioria das vezes, não é o responsável pelo término do contrato de trabalho.

As elevadas taxas de rotatividade afetam também os recursos públicos. Uma parcela significativa de verbas que financiam o investimento, o voltado para a infra-estrutura urbana (habitação, saneamento), e também o investimento privado para capacidade física produtiva, tecnologia e desenvolvimento tecnológico, entre outros, são lastreados na poupança compulsória dos trabalhadores (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS) e nos recursos do fundo público organizado para a proteção dos desempregados, o seguro-desemprego. A utilização intensiva e recorrente destes fundos, cuja condição principal de acesso vincula-se principalmente aos desligamentos dos assalariados no mercado formal de trabalho impacta fortemente sobre os resultados contábeis destes fundos públicos, onerando o volume de recursos despendido com o seguro-desemprego. Dessa forma, os efeitos dos desligamentos sobre o volume de saldo destes fundos são comumente relacionados às elevadas taxas de rotatividade do mercado de trabalho formal (DIEESE, 2011, p. 13).

A alta rotatividade pode está diretamente relacionada à flexibilidade dos contratos por prazo e tempo determinados, além do contrato de experiência, tendo em vista que em 2001 e 2005 o número de trabalhadores admitidos sob essa forma de regime contratual e desligados com menos de três meses de emprego alcançou quase 2/3 do total. Em 2009, esse percentual foi levemente superior a essa proporção, chegando a 71,2%. Os trabalhadores mais jovens e com menor escolaridade são os mais atingidos pela flexibilidade dos contratos.

Conforme o gráfico abaixo, a taxa de rotatividade cresceu para os trabalhadores de todas faixas etárias, exceto para os que tinham entre 50 e 64 anos que teve redução de 30,9%, em 2003, para 27,4%, em 2014. Mas podemos constatar que atinge de forma mais intensa os jovens. O segmento entre 18 e 24 anos de idade chegou a uma taxa de rotatividade de 61,3%, em 2014, a mais alta. Já os trabalhadores que se encontram acima dos 30 anos de idade estão abaixo da média nacional.

**Gráfico 14** – Brasil: taxa de rotatividade descontada dos celetistas segundo faixa etária - 2003 a 2014 (em %)



Fonte: MTE/ RAIS

Elaboração: DIEESE (2016)

Nota: A taxa descontada não contabiliza os desligamentos a pedido do trabalhador, transferências, aposentadorias e falecimentos.

Apesar da ampliação do número de pessoas que tem acesso ao ensino superior durante os governos de Lula e Dilma se mostrar muito positiva, até pelo fato de outrora estar reservado para um pequeno segmento da população brasileira; por outro lado, ela se mostra negativa pelo fato de a inserção na educação superior não garantir inserção no mercado de trabalho, fazendo crescer a *superpopulação relativa*.

Segundo a teoria de Marx, a superpopulação relativa é composta pelos trabalhadores que estão desocupados parcial ou total, assumindo três formas: *flutuante, latente e estagnada*. A *superpopulação flutuante ou líquida* é aquela que ora é repelida, ora é absorvida pelo mercado de trabalho; a *superpopulação latente* é constituída pelos trabalhadores do campo que se encontram na iminência de se transferir para o proletariado urbano diante de circunstâncias mais favoráveis; e a *superpopulação estagnada* compõe o exército ativo de trabalhadores, mas se encontra em ocupação extremamente irregular, precária (MARX, 1996).

A acumulação capitalista produz sempre uma população trabalhadora supérflua ou subsidiária, disponível para atender as necessidades imediatas do capital, pois dela depende a elevação dos níveis de acumulação capitalista.

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com

base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. (MARX, 1996, p. 262-263)

Portanto, diante da incapacidade do sistema capitalista de absorver todos os trabalhadores, temos uma *superpopulação relativa estagnada*, constituída por trabalhadores que se encontram em ocupações irregulares, precárias, cuja organização também é precária. Além disso, também temos uma *superpopulação relativa na forma flutuante*, composta por trabalhadores assalariados que ora se inserem no mercado de trabalho, ora são excluídos dele, estando à mercê do ciclo da economia.

De acordo com Alves (2007), como a principal forma de desvalorização da força de trabalho é seu excesso, ou seja, quanto mais força de trabalho disponível no mercado, menor seu custo para o capitalista, e menor é a organização dos demais trabalhadores, decorre daí a importância de se formar um *exército industrial de reserva* ou de *superpopulação relativa*. Dessa forma, a precarização do trabalho e o crescimento da *superpopulação relativa estagnada* contribui não só para pressionar para baixo os salários, mas também para a dinâmica sócio-reprodutiva do capital, pressionando os trabalhadores que se encontram no mercado de trabalho que cedem ao capital como forma de não se inserir no segmento estagnado.

O crescimento do desemprego em massa e a ampliação de novas formas de precariedade salarial e da precarização do trabalho no capitalismo global possui não apenas uma *função sistêmica* para a acumulação do capital. Isto é, limitar o crescimento do salário real e dificultar a luta sindical, contribuindo para o incremento da taxa de exploração da força de trabalho. Eles possuem uma *função derivada*, ou seja, buscam instaurar um novo tipo de sociabilidade regressiva, de dessocialização perversa e de barbárie social que constitui uma *fábrica de morbidez social* capaz de obstaculizar disposições humano-genérica em direção à transcendência do estado de coisas existente. (ALVES, 2007, p. 105, grifos do autor)

Ainda segundo o autor, na década de 2000, apesar de ter havido um crescimento no número de jovens escolarizados no país, principalmente com ensino superior, há uma dificuldade de absorção desses jovens pelo mercado de trabalho, formando assim o *preariado* brasileiro, que se constitui por jovens capacitados e que não conseguem uma colocação no mercado de trabalho (ALVES, 2014).

Isso acontece pelo fato de ter um aumento crescente de inserção dos jovens no ensino superior nos últimos anos, possibilitando uma grande oferta de pessoas capacitadas, ao passo que o mercado de trabalho não consegue absorvê-los por conta do processo de desaceleração da economia e mesmo pela dinâmica excludente do sistema capitalista. Esse é um fenômeno global, que atinge na atual conjuntura até mesmo os países de capitalismo central.

Dessa forma, apesar de haver queda nas faixas de escolaridade inferiores, com aumento da escolarização da População Economicamente Ativa brasileira, muitos jovens que se encontram capacitados acabam disputando uma vaga no mercado de trabalho de forma subalterna, com vínculos precários, trabalhos temporários, além dos baixos salários.

Destacando o número e participação de admitidos em primeiro emprego por subsetor de atividade no período entre 2000 e 2009, 46% das admissões em 2009 estiveram concentradas no comércio (que saiu de 24,1% para 22,2% no período), setor que historicamente exerce a função de porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho; e na administração pública (de 7,7% para 23,4%, representando mais 10 milhões de novos servidores), mais que triplicou nesse período em decorrência de um Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 2003, entre o Ministério Público do Trabalho e o Governo Central para substituição de trabalhadores contratados por servidores efetivos (DIEESE, 2012; BALTAR, et. al. 2010).

Assim, houve uma grande oferta de concursos públicos para atender tanto a substituição dos contratos precários, quanto para atender a expansão dos equipamentos das políticas sociais definidas na Constituição de 1988 e outros serviços governamentais, que exige uma força de trabalho qualificada, mas comumente não se exige experiência profissional.

É importante destacar que o aumento da rotatividade também pode estar associado a contratos sazonais em momentos de maior atividade econômica e em setores que contratam essa força de trabalho, que se caracterizam como mais rotativos (comércio, serviços e construção civil). Essa flexibilidade dos contratos

torna-se muito prejudicial ao trabalhador, pois este além de não possuir estabilidade no emprego, ainda pode não ter acesso ao seguro-desemprego.

Na análise do período de 1999 a 2009, a construção civil foi o setor que apresentou maior crescimento, em torno de 45,3%, seguido pelo setor de serviços com 38%, comércio com 27,5%, indústria com 18,7% e serviços domésticos com 10,6%. Sendo que o setor de serviços se manteve com o maior peso na estrutura ocupacional do país, correspondendo em mais de 50% das ocupações existentes em 2009 (DIEESE, 2012).

A partir da Tabela 2, pode ser vista a distribuição dos empregos formais por setor de atividade econômica no período de 2009 a 2014. Os setores que mais cresceram foram: Serviços (2,85%), Comércio (0,9%) e Construção Civil (0,5%). Já os setores de Serviços Industriais de Utilidade Pública e Extrativa Mineral se mantiveram estáveis durante o período, enquanto os demais setores tiveram queda.

**Tabela 2** – Brasil: distribuição dos empregos formais por setor de atividade econômica - 2009 a 2014 (em %)

Setor de atividade econômica	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Serviços	32,1	32,6	33,2	34,1	34,2	34,9
Comércio	18,7	19,0	19,1	19,4	19,4	19,6
Construção civil	5,2	5,7	5,9	6,0	5,9	5,7
Extrativa mineral	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Serviços industriais de utilidade pública	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	3,5	3,2	3,2	3,1	3,0	3,0
Indústria de transformação	17,9	17,9	17,5	17,2	16,9	16,5
Administração pública	21,3	20,2	19,7	18,8	19,1	18,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total (em 1.000 vínculos)</b>	<b>41.208</b>	<b>44.068</b>	<b>46.311</b>	<b>47.459</b>	<b>48.948</b>	<b>49.572</b>

Fonte: MTPS/ RAIS.

Elaboração: DIEESE (2015)

Nota: Refere-se aos vínculos ativos em 31/12 de cada ano.

Dados do DIEESE (2016) revelam que entre 2002 e 2014 o crescimento do número de vínculos ativos foi de 86,6%, sendo o setor de Serviços, Comércio e o setor da Construção Civil os que mais empregaram, e também os mais rotativos.

Em 2014, dois em cada cinco vínculos gerados pertenciam ao setor de Serviços, comportando número superior a 16 milhões de vínculos formais, sendo

este o setor que mais gerou vínculos formais de trabalho. Em 2009 houve uma queda na geração de empregos neste setor, decorrente da instabilidade econômica provocada com a crise econômica de 2008. Neste setor, quase um terço dos vínculos celetistas desligados, 32,4% em 2003 para 31,8% em 2014, não tinha completado três meses de duração. Sendo que em 2014, 15,8% dos vínculos celetistas ativos eram de trabalhadores entre 18 e 24 anos, representando 26,1% do total de desligados e 28,5% dos admitidos no ano, ou seja, os trabalhadores mais jovens são os mais afetados pela rotatividade no setor de Serviços.

Ao longo do período de 2003 a 2014, cresceu a escolaridade dos trabalhadores do setor de Serviços, 173,5% para trabalhadores com ensino médio completo. Sendo que em 2014, 12,9% dos vínculos ativos desse setor estavam sendo ocupados por trabalhadores que possuíam, no mínimo, ensino superior completo. Também é importante frisar que o setor de Serviços concentra a maior proporção de vínculos celetistas de mulheres, que passou de 42,9%, em 2003, para 48,1%, em 2014.

O setor do Comércio é muito influenciado pela condição de renda das famílias e pelo crédito, e as contratações e desligamentos também acontecem de forma sazonal. Tal setor é responsável por 24% dos empregos gerados no país; porta de entrada para muitos jovens no mercado de trabalho, tendo em vista que não costuma exigir qualificação e experiência prévia, apresenta baixos salários (inferior aos demais setores, estando na segunda menor remuneração, ficando atrás apenas da Agropecuária), o que não torna este setor atrativo para trabalhadores mais qualificados.

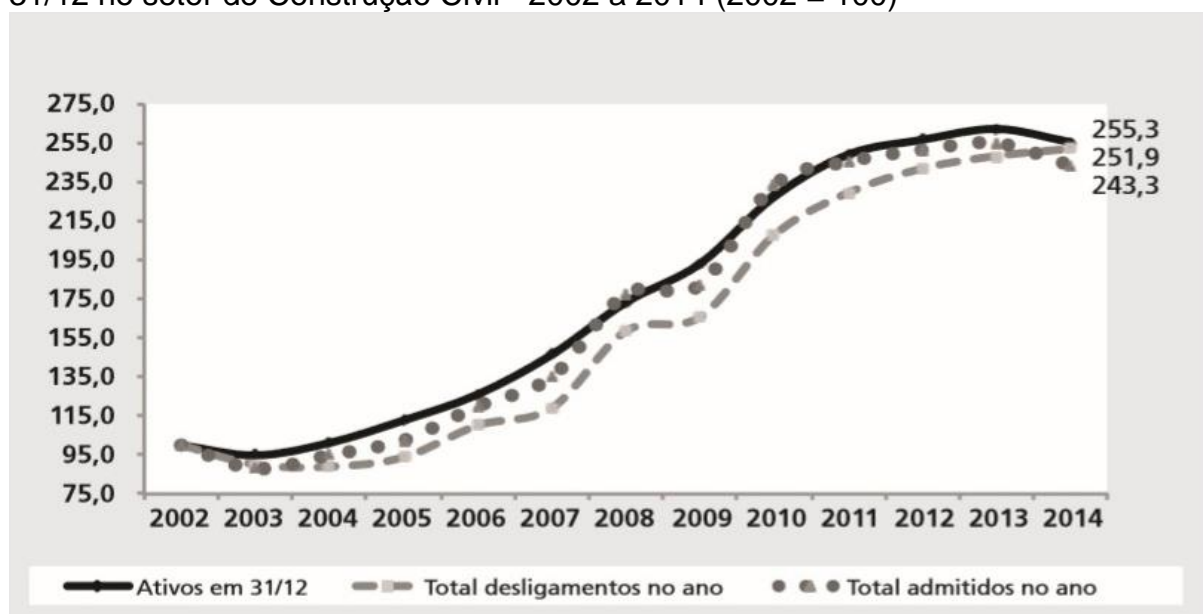
Em 2003, 54,5% dos vínculos celetistas ativos eram ocupados por trabalhadores entre 18 e 29 anos, tendo caído para 46,0%, em 2014. No período de 2003 a 2014, o setor de Comércio quase teve seus postos de trabalho dobrados, atingindo mais de 9,7 milhões de vínculos ativos em dezembro de 2014. Nesse mesmo ano, foram computados 6,4 milhões de admissões e 6,1 milhões de desligamentos. Os desligamentos nesse setor também estiveram concentrados nos vínculos de curta duração, a maioria não tinha um ano, e os vínculos com até três meses saíram de 22,7% para 29,3% no período.

Também é importante destacar que a escolarização tem aumentado no setor de Comércio - em 2014, 65,1% do total dos vínculos ativos eram ocupados por trabalhadores com ensino médio completo.

O setor da Construção Civil foi o que mais cresceu no período de 2003 a 2014. Em média 8,1% ao ano, com um acréscimo de mais de 1,8 milhão de vínculos no período, alcançando a participação de 6,9% no total de empregos celetistas no país. Por sua vez, este setor é caracterizado pela maior taxa de rotatividade do mercado de trabalho celetista, essa característica advém da própria natureza das atividades do setor que admite por ciclos ou empreendimentos e após o término, costuma demitir os trabalhadores.

A partir do gráfico abaixo, podemos notar a ampliação dos vínculos no setor de Construção Civil ao longo do período analisado. Corroborou para isso as obras do Programa de Aceleração do Crescimento que foram responsáveis pela geração de muitos postos de trabalho neste setor. Todavia, convém destacar que o setor da Construção Civil, maciçamente formado por pessoas do sexo masculino (cerca de 91%), possui uma alta rotatividade, o que contribui para a desvalorização dos profissionais desse setor, os quais apresentam baixa escolaridade. Em 2014, 54,8% possuíam apenas o ensino fundamental completo.

**Gráfico 15** – Brasil: índice da evolução dos vínculos celetistas por situação em 31/12 no setor de Construção Civil - 2002 a 2014 (2002 = 100)



Fonte: MTPS/ RAIS.  
Elaboração: DIEESE (2016)

No período analisado, 80% dos contratos de trabalho tinham menos de um ano de duração, sendo que 33,0% das saídas, em 2014, tinham menos de três meses de duração. Os desligamentos por iniciativa do empregador representam 60% - constitui-se no maior percentual para o total do mercado de trabalho celetista.

Portanto, a recuperação dos empregos no país, promovidos pelo consumo de massa e investimentos em infraestrutura, tem ocorrido em setores cujos salários são mais baixos e a rotatividade é extremamente elevada, como o setor de Serviços, Comércio e Construção Civil. Dessa forma, apesar da queda na taxa de desemprego no país, quando comparada ao período anterior, não se pode desconsiderar a precariedade e a rotatividade do trabalho que esses dados escondem.

A partir da análise dos dados da Tabela 3, correspondente ao período de 2003 a 2014, podemos visualizar os setores que apresentam as maiores taxas de rotatividade: o setor de Construção Civil, com taxa global de 116,2%, o primeiro colocado no *ranking* com as maiores taxas de rotatividade, sempre superior a 100%, em todo o período analisado; a Agricultura, com taxa global de 83,3%; o Comércio com taxa global de 63,3% e o setor de Serviços com taxa global de 58,7%.

**Tabela 3 – Brasil: evolução da taxa de rotatividade dos vínculos celetistas, por setor de atividade econômica e tipo da taxa, 2003 a 2014 (em %)**

Setor de atividade econômica	Taxa de rotatividade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Extrativa Mineral	Global <sup>1</sup>	33,4	32,8	30,4	29,4	29,2	31,1	27,4	30,7	31,1	32,6	31,9	30,4
	Descontada <sup>2</sup>	23,5	22,7	22,7	20,7	19,3	22,1	20,0	19,2	18,9	19,5	21,1	20,5
Indústria de transformação	Global <sup>1</sup>	43,7	42,4	46,0	46,2	48,1	54,5	49,8	51,2	53,4	53,5	52,4	50,7
	Descontada <sup>2</sup>	33,6	31,2	34,3	34,5	34,6	38,8	36,9	35,2	36,1	35,5	35,4	35,6
Serviço Utilidade Pública	Global <sup>1</sup>	18,1	19,9	20,7	23,1	21,8	23,3	26,0	26,3	28,9	29,0	32,5	28,4
	Descontada <sup>2</sup>	12,9	13,5	13,9	15,8	13,9	15,1	18,1	16,5	19,2	19,4	21,5	18,7
Construção Civil	Global <sup>1</sup>	111,0	109,0	105,4	110,8	105,0	119,1	108,7	118,7	115,7	114,9	115,0	116,2
	Descontada <sup>2</sup>	93,7	90,7	86,4	90,5	84,0	92,9	86,7	91,3	87,7	87,4	88,1	91,9
Comércio	Global <sup>1</sup>	51,7	51,3	52,6	52,6	55,2	60,2	57,6	61,1	64,9	63,9	64,2	63,3
	Descontada <sup>2</sup>	40,1	38,6	39,4	39,3	40,4	42,6	41,6	42,0	42,8	41,4	42,1	41,9
Serviços	Global <sup>1</sup>	48,4	49,6	50,6	51,4	53,1	58,5	55,2	59,3	60,5	60,1	59,6	58,7
	Descontada <sup>2</sup>	37,7	38,2	38,4	38,3	38,8	41,1	38,7	40,2	39,9	38,9	39,0	38,2
Administração Pública	Global <sup>1</sup>	19,6	26,5	27,1	29,3	34,6	42,9	36,1	68,9	48,7	47,7	56,0	58,3
	Descontada <sup>2</sup>	14,5	20,1	21,2	23,6	28,6	35,1	30,5	56,1	41,4	40,7	48,5	50,1
Agricultura	Global <sup>1</sup>	100,0	104,4	106,1	105,6	106,8	108,5	98,5	100,2	94,6	91,7	88,8	83,3
	Descontada <sup>2</sup>	76,9	76,2	80,2	79,6	80,2	78,9	74,7	75,8	68,1	65,9	65,4	61,3
Total	Global <sup>1</sup>	52,4	52,8	54,2	54,9	56,7	62,7	58,8	63,4	64,5	64,0	63,7	62,8
	Descontada <sup>2</sup>	40,9	40,2	41,2	41,4	41,8	45,0	43,0	44,5	44,0	43,1	43,4	43,1

Fonte: MTPS/ RAIS./ Elaboração: DIEESE (2016)

Nota: (1) Global - considera o total de vínculos celetistas; (2) Descontada - exclui as informações dos desligamentos por aposentadoria, morte, transferência e a pedido do trabalhador.

A taxa de rotatividade no mercado de trabalho brasileiro é muito elevada, se entre 2003 e 2007 ela atingia uma média de 54% no segmento celetista, ao longo dos anos tem havido uma significativa elevação, com uma média de 63% entre 2008 e 2014, representando 62,8%, em 2014. Do total de desligamentos do mercado celetista desse ano, apenas 24,3% aconteceram a pedido do trabalhador, e 48,7% dos desligamentos foram demissões sem justa causa.

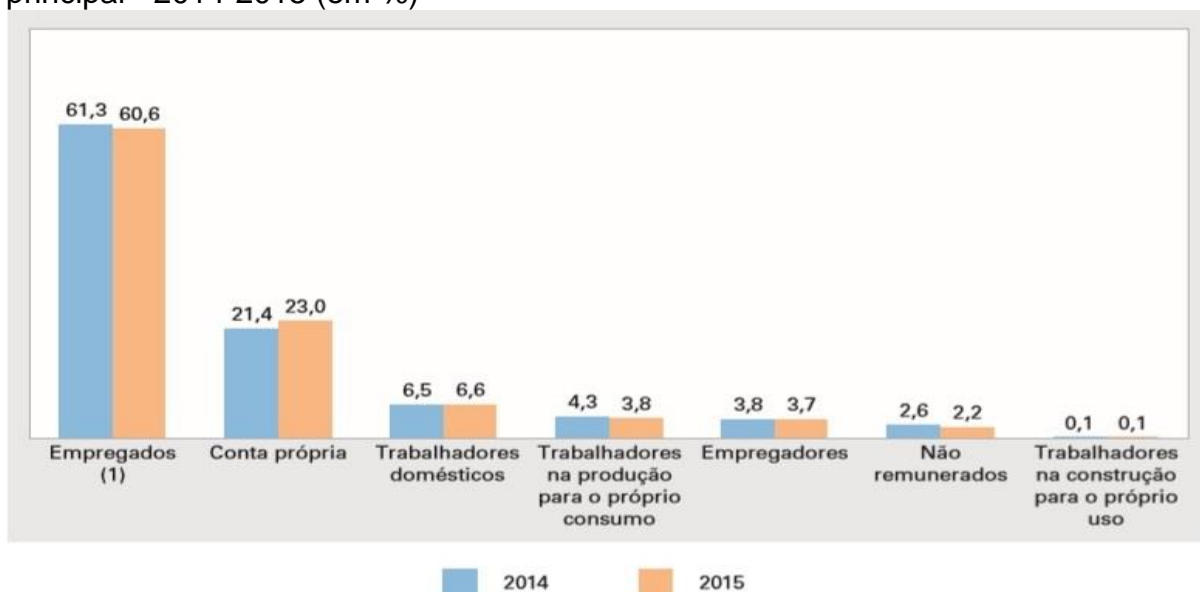
Dessa forma, esses dados confirmam que há uma elevada flexibilidade dos contratos de trabalho no país, havendo uma possibilidade de parte significativa de essa rotatividade decorrer do contrato de experiência que é de até noventa dias segundo o Art. 445 da CLT.

Destacando as três principais ocupações na distribuição dos ocupados por posição no mercado de trabalho brasileiro, no ano de 2009, 58,6% encontrava-se Empregados; 20,5% estavam trabalhando por Conta Própria, sendo que as regiões Norte e Nordeste estavam acima da média, com 25, 2% e 24,9% respectivamente no que se refere ao trabalho por Conta Própria; 7,8% correspondiam aos Trabalhadores Domésticos e 4,3% representavam os Empregadores.

Já em 2015, conforme o gráfico 16, 60,6% da população que se encontrava empregada e estava inserida no mercado de trabalho na condição de Empregado, representando 57,4 milhões de pessoas; os trabalhadores por Conta Própria representavam 23,0%, 21,8 milhões de pessoas; os Trabalhadores Domésticos passaram a ser 6,6%, correspondendo a 6,3 milhões de pessoas; já 3,7% estavam como Empregadores, equivalente a 3,6 milhões de pessoas.

Os demais trabalhadores, representando 5,8 milhões, 3,8% estavam na produção para o próprio consumo, 2,2% era constituído pelos trabalhadores não remunerados e 0,1% representava trabalhadores na construção para o próprio uso. Estes trabalhadores não estão em atividade econômica remunerada, dessa forma, também não estão assegurados pela proteção social decorrente do trabalho formal.

**Gráfico 16** – Brasil: distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal - 2014-2015 (em %)



Fonte: IBGE (2016)

Nota: (1) Excluído os trabalhadores domésticos.

As Regiões Sudeste e Centro-Oeste continuaram registrando, em 2015, as maiores proporções de empregados na composição da população ocupada: 65,8% e 63,2%, respectivamente.

Outro dado importante é o decréscimo do emprego doméstico no mercado de trabalho brasileiro, representando 7,8% em 2009 e 6,6% em 2015, sendo o terceiro maior no período. A Lei nº 11.324/2006<sup>34</sup> que regulamenta o trabalho dos empregados domésticos no país representou um grande avanço para a categoria e contribuiu para a formalização dos vínculos, embora seja possível notar que durante o período analisado, de 2009 a 2015, esse segmento apresentou queda, talvez em decorrência das novas obrigações patronais.

Fazendo uma análise dos períodos apresentados, observou-se um crescimento expressivo dos trabalhadores por Conta Própria, que saiu de 20,5% em 2009, para 23,0% em 2015, sendo que novamente nas regiões Norte e Nordeste

<sup>34</sup> A referida lei dispõe sobre o trabalho dos empregados domésticos, que são aqueles que prestam serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial, por mais de 2 (dois) dias por semana.

esse crescimento foi ainda maior, passando de 25,2% para 29,4% e de 24,9% para 27,4%, respectivamente.

É importante destacar que os trabalhadores por Conta Própria ou Autônomos podem estar na condição de protegidos ou desprotegidos, e podem trabalhar para uma empresa, para mais de uma empresa, trabalhar para o público (camelô) ou ser dono de um negócio familiar (DIEESE, 2014).

Esses dados revelam a importância do trabalho por conta própria no mercado de trabalho brasileiro, estando como a segunda principal ocupação. Dessa forma, percebemos que o incentivo ao empreendedorismo é uma forma de disfarçar os níveis de desemprego no país e tentar promover a reprodução do trabalhador que não consegue se inserir no mercado formal de trabalho. Assim,

A precariedade social transborda os limites do estatuto salarial propriamente dito. Os proletários do século XXI não são apenas trabalhadores assalariados, operários ou empregados, mas trabalhadores subordinados às grandes empresas que aparecem como prestadores de serviço, trabalhadores independentes ou “autônomos”. Deste modo, complexifica-se o vínculo de trabalho assalariado, transbordando a mera relação de emprego juridicamente determinada. O *trabalhador coletivo* torna-se uma constelação complexa de vínculos de subordinação e de dependência que pode assumir ou não a forma do contrato de trabalho clássica. (ALVES, 2007, p. 107)

Se por um lado, o número de trabalhadores sem carteira assinada é reduzido; por outro, a flexibilização e a precarização do trabalho se metamorfoseia assumindo novas determinações, sendo o trabalho por conta própria e a terceirização/subcontratação suas novas expressões. E esta última torna-se, desde os anos de 1990, a mais predominante em todos os setores produtivos.

Apesar da terceirização/subcontratação ser um fenômeno mundial, mesmo desde sua origem, na transição para o trabalho assalariado, aparece como um fenômeno novo, presente nas novas formas de gestão e organização do trabalho de inspiração toyotista, pela sua natureza, amplitude e centralidade (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007)

Segundo Druck (1999, p. 157), a terceirização pode ser conceituada como a externalização de atividades de uma empresa ou a transferência de atividades e

responsabilidades para terceiros, enquanto uma estratégia para reduzir responsabilidades e custos com a força de trabalho. Assim, com a terceirização/subcontratação, a relação de trabalho ganha um caráter trilateral, tendo um intermediador entre o empregador e o trabalhador. Dessa forma,

[...] considera-se a terceirização como a principal forma ou dimensão da flexibilização do trabalho, pois ela viabiliza um grau de liberdade do capital para gerir e dominar a força de trabalho quase sem limites, conforme demonstra a flexibilização dos contratos, a transferência de responsabilidade de gestão e de custos trabalhistas para um “terceiro” (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 28).

Segundo o IPEA (2015), no Brasil, a terceirização/subcontratação tem início na esfera estatal com o Decreto-Lei 200/1967 e a Lei 5.645/1970, que normatizavam a contratação de pessoal para prestação de atividade-meio, ou seja, as atividades que não eram finalidade do Estado. Posteriormente, surgiram leis que passaram a regulamentar a terceirização do trabalho na esfera privada: a Lei 6.019/1974, que dispõe sobre o trabalho temporário; e a Lei 7.102/1983, que dispõe sobre o trabalho permanente de vigilância.

Desde os anos de 1990, com a reestruturação produtiva, a terceirização/subcontratação entrou em pauta, como estratégia de flexibilizar as relações trabalhistas. Desde então, várias iniciativas foram tomadas para legalizar essa modalidade no país. Em 1993, a Súmula 331 passou a autorizar a terceirização para atividades meio, colocando as empresas contratantes como responsáveis subsidiárias pelos trabalhadores terceirizados, embora estes não tivessem os mesmos direitos que os demais trabalhadores não terceirizados.

No ano de 1994, a Lei 8.863 passou a estender a terceirização para a vigilância patrimonial nos setores público e privado. Em 1997, com a Reforma Administrativa, a terceirização/subcontratação passou a fazer parte da Administração Pública direta e indireta. Em 1998, com a Lei 9.601, foi instituído o contrato de trabalho por tempo determinado, e também foi apresentado o PL 4302, como proposta para alterar a Lei 6.019, de 1974, a fim de regulamentar a terceirização para atividades fins (CONCEIÇÃO E LIMA, 2009; DRUCK E THÉBAUD-MONY, 2007; OLIVEIRA, 2015).

Dessa forma, a terceirização/subcontratação foi se difundindo pelo país e contribuindo significativamente para a ampliação da precarização e rotatividade do mercado de trabalho, tendo em vista que essa modalidade de trabalho está como pano de fundo de diversas atividades produtivas, sendo responsável pela ampliação da rotatividade e da precarização do trabalho no país.

Nesse sentido, a ampliação da rotatividade no mercado de trabalho brasileiro pode ter relação direta com a terceirização/subcontratação, tendo em vista que os setores que tiveram maior crescimento nos últimos anos são os que mais empregam esse tipo de atividade, como a Construção Civil e o Setor de Serviços que concentram vários trabalhadores terceirizados, que prestam serviços de diversas naturezas. Assim,

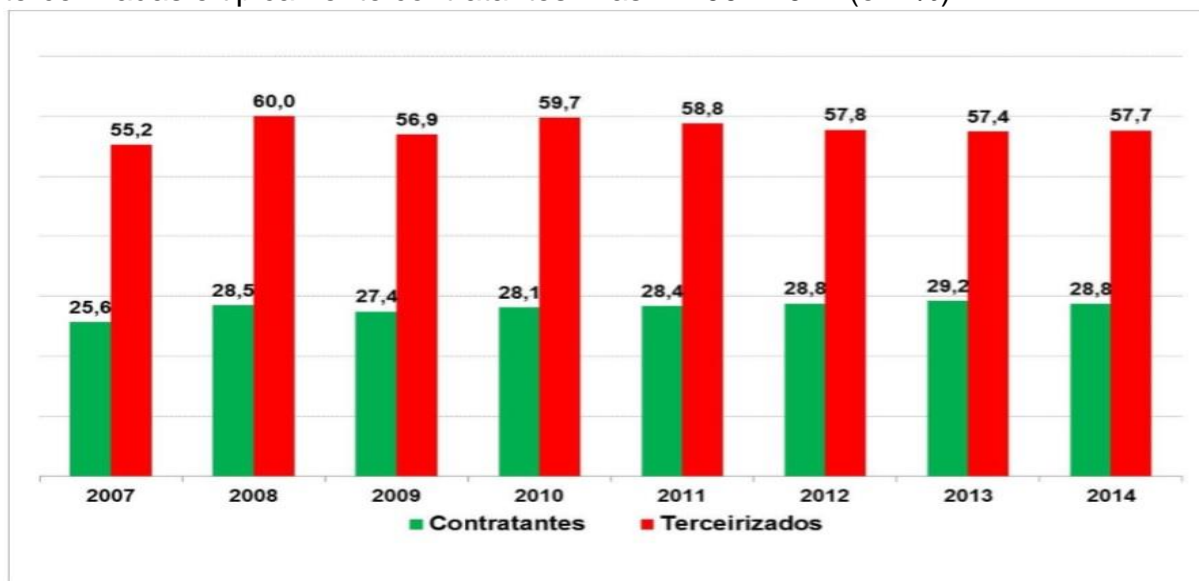
A elevada rotatividade da mão de obra é um dos indicadores mais preocupantes do mercado de trabalho. Para os empregadores, representa um custo de seleção e treinamento que acaba sendo repassado ao preço final, atingindo todos os consumidores. Para os trabalhadores, representa a incerteza de encontrar um novo emprego num curto espaço de tempo e o risco de ter que aceitar menores salários e benefícios, além de ter impactos no cálculo da aposentadoria. Para o Estado, as despesas com seguro-desemprego tendem a aumentar com a alta rotatividade, ocasionando descapitalização do FGTS. (DIEESE, 2017, p. 6)

É importante destacar que a rotatividade é maior nas atividades tipicamente terceirizadas, que segundo o DIEESE, são atividades econômicas com características de atividades-meio que comumente estão relacionadas à terceirização/subcontratação, e que têm vínculos menos duradouros.

Vale destacar que a partir da entrada dos governos do Partido dos Trabalhadores à frente do Estado brasileiro, a proposta de terceirização andou de forma mais comedida e com mais espaços de negociação entre os sindicatos, quando comparado ao período anterior. Mas se a terceirização/subcontratação, no momento, atinge atividades-meio, como serviços de limpeza, segurança, manutenção, recepção, telefonia, dentre outros, e já se tem esforços no sentido de expandi-la para atividade fins.

Portanto, conforme o gráfico 17, a taxa de rotatividade descontada nas atividades que são tipicamente terceirizadas apresentam valores muito superiores às atividades que são tipicamente contratantes.

**Gráfico 17** – Brasil: taxa de rotatividade descontada em atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes Brasil - 2007-2014 (em %)



Fonte: MTE/ RAIS/ Elaboração: DIEESE (2017)

Nota: Exceto desligamentos a pedido do trabalhador, falecimentos, transferências e aposentadorias.

Desde 2004, através do Projeto de Lei de 4.330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), o tema tem criado várias discussões, tendo em vista que o referido projeto busca disseminar a terceirização/subcontratação para todos os setores da economia. Em 2015, o PL 4330 foi aprovado e enviado para o Senado, denominado de PLC 30. Dessa forma, a resistência dos trabalhadores tenta barrar a proposta; mas, por outro lado, há pressão do empresariado por sua aprovação, colocando a terceirização como uma ameaça concreta para os trabalhadores (OLIVEIRA, 2015).

Ao mesmo tempo em que há uma maior entrada no mercado formal de trabalho, também há um processo de precarização em decorrência da ampliação da terceirização/subcontratação em todos os setores econômicos. A precarização e a terceirização são fatores que contribuem para aumentar a exploração da força de trabalho no país. Acerca disso, o Dossiê realizado pela Central Única dos Trabalhadores (2014, p. 15) destaca:

Se a jornada dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados fosse igual à jornada de trabalho daqueles contratados diretamente, seriam criadas 882.959 vagas de trabalho a mais. Isto, sem considerar hora extra, banco de horas e o ritmo de trabalho que, como relatado pelos dirigentes sindicais, são maiores e mais intensos entre os terceiros.

É importante ter clareza que a terceirização/subcontratação atende aos interesses de acumulação capitalista, pois os movimentos gerais do salário são determinados pela expansão ou contração da força de trabalho. Assim, ao passo que trabalhadores assumem o sobretrabalho, outros trabalhadores vão compor o *exército industrial de reserva* ou a *superpoluição relativa* tão necessária para garantir a reprodução do capital. Portanto,

A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social. (MARX, 1996, p. 266)

Outro fator destacado pelo Dossiê da CUT é a maior incidência de doenças laborais, acidentes de trabalho e mortes decorrentes das precárias condições de trabalho, as quais estão sujeitos os empregados das empresas de terceirização/subcontratação, e da falta de cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas após a rescisão contratual.

Apesar de tantos avanços no mercado de trabalho brasileiro, alguns problemas não foram sanados, como as “elevadas taxas de desemprego, presença relevante da informalidade nas relações de trabalho, desigualdade nas condições de inserções regionais e na qualidade dos postos de trabalho” (DIEESE, 2012, p. 51).

Portanto, a ampliação dos postos de trabalho no Brasil, por mais que se apresente a princípio como um dado positivo, esconde um crescente processo de flexibilização e desregulamentação do trabalho no país, enquanto fenômeno da atual fase do capitalismo *flexível*.

De acordo com Silva (2012), como a cobertura da previdência social brasileira se encontra, desde sua formação, vinculada ao trabalho assalariado, a precarização do trabalho, através da terceirização/subcontratação, dos contratos temporários, dos subempregos, dentre outras modalidades, coloca grandes desafios para a organização do trabalho e impõe sérios entraves para a universalização da previdência social. Diante dessa impossibilidade de acesso de todos os trabalhadores à previdência social, a assistência social tem se tornado política

central na proteção social dos brasileiros, como forma de amenizar as expressões da pobreza e as consequências nefastas do desemprego.

Ao discutir a ampliação do emprego formal nos governos Lula e Dilma, muitos autores diante dos dados sobre queda da taxa de desemprego, redução do número de pessoas em situação de extrema pobreza, crescimento da economia, etc. acabam construindo análises bem otimistas. No entanto,

[...] A ideia é mostrar que esse quadro não altera em nada a essência das modalidades de exploração do trabalho no Brasil porque não altera suas particularidades: ao contrário, aprofunda a precarização do padrão de proteção social — por meio da centralidade da assistência social focalista — e a “passivização” dos trabalhadores e movimentos sociais — por meio da cooptação de lideranças do movimento social incorporadas à dinâmica governamental petista. (SANTOS, 2012, p. 437)

Desde os anos de 1990, a estratégia que tem sido utilizada para camuflar a força de trabalho excedente tem sido empreendedorismo, que contribui para o mascaramento da precarização do trabalho, tendo em vista que as pesquisas, quando mensuram o desemprego no país, não levam em conta a precariedade, mas apenas o desemprego aberto.

Assim, apesar da queda na taxa de desemprego no país, quando comparado ao período do governo de FHC, não se pode desconsiderar a precariedade do trabalho que esses dados escondem. Além do mais, a maioria destes postos de trabalhos gerados esteve concentrada em trabalhos de baixa remuneração, de até um salário e meio. (POCHMANN, 2014)

A crise econômica de 2008 foi muito danosa para a economia brasileira, colocando um fim no processo de crescimento econômico que vinha contribuindo para a formalização do mercado de trabalho desde 2003. Se a princípio, a crise econômica foi vista pelo governo Lula como incipiente, utilizando algumas estratégias para inibir seus impactos, em meados de 2011, já sob o governo de Dilma Rousseff, o país se depara com muitas dificuldades para se manter nos mesmos patamares de crescimento, tendo em vista que essa crise atingiu os países do centro do capitalismo e também afetou o crescimento da economia chinesa, produzindo queda nos preços das *commodities* no mercado mundial.

Assim, os rebatimentos da crise, que outrora parecia tão distante, começam a chegar ao Brasil que passa a sofrer com queda no PIB (em 2015 teve queda de 3,8%), crescimento do desemprego, aumento da inflação, crescimento da dívida pública e redução de investimentos.

Esse contexto vai apresentar impactos diretos na geração e manutenção das vagas de trabalho no mercado formal. Segundo dados do CAGED, entre 2014 e 2015, foram eliminados 1.542,371 postos de emprego, representando uma queda de 3,74% das vagas no período.

Diante desse cenário, com a diminuição das vagas destinadas ao trabalho formal, cresce o trabalho informal, o qual, na maioria das vezes, não apresenta garantias sociais para o trabalhador. A insegurança trabalhista, junto à instabilidade da economia, conseqüentemente, influencia a redução do consumo, acarretando ainda mais o arrefecimento de postos de trabalho no setor de comércio e serviços.

Conforme a Tabela 4, ocorreram demissões em todos os setores da economia, exceto a Agropecuária que teve crescimento muito baixo (e que é também um dos setores que menos concede garantias ao trabalhador, dada a sua rotatividade e precárias condições de trabalho). O setor que teve a maior taxa de demissão foi a Construção Civil com -13,60%, seguido pela Indústria de Transformação com -7,41%, o qual também é o setor que emprega a boa parte da mão de obra menos escolarizada na zona urbana.

**Tabela 4** – Brasil: variação no emprego formal segundo setores da atividade econômica entre 2014-2015

Saldo por setor	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Varição Emprego (%)
Extrativa Mineral	40.302	54.341	-14.039	-6,33
Indústria de transformação	2.801.816	3.410.694	-608.878	-7,41
Serviço Industrial de utilidade pública	84.365	92.739	-8.374	-1,99
Construção civil	2.029.841	2.446.800	-416.959	-13,60
Comércio	4.423.326	4.641.976	-218.650	-2,32
Serviços	7.172.221	7.448.275	-276.054	-1,58
Administração pública	84.830	94.068	-9.238	-1,03
Agropecuária	1.070.566	1.060.745	9.821	0,63
Saldo	17.707.267	19.249.638	-1.542.371	-3,74

Fonte: CAGED-TEM/ Elaboração: Chahad (2016)

Esses dados evidenciam a crise econômica que o país enfrenta, repercutindo em todos os setores da economia e apresentando impossibilidade para manutenção dos empregos formais, sendo o setor da Construção Civil o mais afetado até pela dificuldade encontrada para financiamento habitacional, que outrora impulsionou a criação de postos de trabalho neste setor.

Dados da PNAD-IBGE demonstram que o desemprego já subiu para 11,3% no segundo trimestre de 2016. A taxa de desocupação cresceu 4,5% em relação ao primeiro trimestre do ano e chegou a 11,6 milhões de pessoas. Já o rendimento médio dos trabalhadores acabou caindo e atingiu R\$ 1.972. Como é de se esperar, em um contexto de ampliação do desemprego, os trabalhadores que estão no mercado de trabalho têm menor poder de pressão e, conseqüentemente, seus salários são comprimidos.

Deste modo, diante de um contexto de deterioração da economia, o governo começou a ceder à pressão da base aliada diante da instabilidade política e econômica sofrida pelo país, no sentido de realização de ajuste fiscal. Mas, conforme Boulos e Guimarães (2016), mesmo o governo sinalizando para realização das reformas da previdência e fiscal, e outras medidas retrógradas, ainda foi insuficiente para agradar a fração burguesa, que não via em Dilma a possibilidade de realização dos ajustes nos moldes desejados.

Assim, se abre uma crise política no país, os escândalos de corrupção dentro da base do governo levam a abertura da Operação Lava Jato, e apesar das investigações não assinalarem o envolvimento da presidenta nos casos de corrupção, no final de agosto de 2016, através de um golpe midiático-jurídico-institucional-parlamentar, Dilma é deposta do cargo de Presidente da República, acusada de realizar irregularidades contábeis, conhecidas como “pedaladas fiscais”.

Esse cenário representou o fim da hegemonia dos governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores, colocando em xeque os avanços obtidos tanto no que se refere às políticas sociais, quanto na política pública de emprego, trabalho e renda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo teve como objetivo analisar e problematizar a relação entre a inserção no mercado de trabalho e condições de trabalho no período dos governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores à frente do Estado brasileiro, Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), com vistas a avaliar se a ampliação do mercado de trabalho existente nesse período conseguiu reduzir a precariedade e flexibilidade das relações trabalhistas existentes no Brasil.

Partimos do pressuposto de que ao adotarmos como parâmetro de análise determinadas teorias ou conceitos, realizamos um esforço analítico no sentido de compreender e evidenciar as principais questões problematizadas. Nesse sentido, tomando como base o exame do objeto de estudo, o qual envolve um tema amplo dentro da sociologia do trabalho e das ciências sociais, foi necessário um aprofundamento das determinações mais genéricas em torno do próprio desenvolvimento do capitalismo brasileiro, nesta quadra histórica.

Dessa forma, ao longo deste trabalho, buscamos oferecer uma análise sobre o processo de reestruturação produtiva do capital, que buscava restaurar os antigos níveis de produtividade. Já que pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas há sempre uma tendência à superprodução de mercadorias, os capitalistas foram obrigados a procurar mercado para seus produtos e, conseqüentemente, as sociedades nacionais passaram a ter sérias dificuldades em preservar seus sistemas produtivos. Dessa forma, as unidades produtivas dos países de capitalismo central foram deslocadas no globo para lugares que possuem força de trabalho mais barata, provocando uma série de transformações no mundo do trabalho. (SAMPAIO JR., 2010)

Portanto, foi possível identificar que a centralização de capitais promoveu um processo de desnacionalização das economias dos países da periferia do capitalismo, que haviam avançado em alguma medida no seu processo de industrialização, progredindo na substituição de importações, que nesse contexto, voltam a se inserir na economia como exportadores de produtos primários, o que tornou as economias latino-americanas ainda mais dependentes.

No Brasil, o setor industrial que até os anos de 1980 encontrava-se em ascensão, teve sua participação reduzida na geração de empregos no país. Isso aconteceu porque a partir da década de 1980, com a crise da dívida externa e a estagnação da economia nacional, o projeto de desenvolvimento nacional foi abandonado.

A ascensão do neoliberalismo no continente a partir dos anos de 1970 foi responsável por manter os países da América Latina como elaboradores de produtos primários, fazendo com que o processo de industrialização regredisse, e a precarização do trabalho no continente se tornasse cada vez mais elevada. Enquanto os empregos estáveis com garantias trabalhistas reduziam, empregos precários e sem proteção social aumentavam.

A partir dos anos de 1990, com a entrada da política neoliberal no Brasil, com o governo Collor de Mello e posteriormente com o governo FHC, e a adoção do conjunto de medidas impostas pelo Consenso de Washington, como abertura econômica, financeira e comercial, houve uma inserção neocolonial no país com a divisão internacional do trabalho, que passou a estar cada vez mais subordinado ao grande capital, abandonando seu processo de industrialização.

Verificamos, ainda, que concomitantemente ao processo de enfraquecimento do mercado de trabalho brasileiro com a reprimarização da economia, também houve a desconstrução dos direitos materializados na Constituição Federal de 1988, com a precarização das políticas sociais e flexibilização da legislação trabalhista, promovendo o aprofundamento da crise do trabalho e de suas condições no país. Dessa forma, houve a extinção de melhores postos de trabalho, levando a mais grave crise do desemprego já vista no Brasil.

Portanto, este estudo demonstra que a formalização dos vínculos de trabalho no Brasil, com o processo de desindustrialização e reprimarização da economia que vem crescendo desde os anos de 1990, acontece basicamente no setor terciário, ou seja, a entrada dos trabalhadores no mercado de trabalho tem se dado em um setor extremamente precário, com baixos salários e com uma intensa rotatividade.

A ausência de um setor industrial forte, que possa agregar valor as mercadorias produzidas no país, coloca o Brasil numa condição ainda mais submissa diante do mercado mundial, tendo em vista que se constitui apenas como exportador de produtos primários (*commodities*), não gerando números significativos de empregos mais estáveis e com melhores condições de trabalho, o que tem conduzido os trabalhadores para setores mais instáveis e com piores condições de trabalho, como: Comércio, Serviços e Construção Civil.

Em diversos países, o Setor de Serviços foi o que mais cresceu desde os anos de 1980, enquanto os demais setores produtivos que antes absorviam o maior número de trabalhadores, como a Indústria, com a ampla utilização de tecnologias informacionais e da automação, tiveram sua força de trabalho reduzida.

Os dados da pesquisa demonstraram que esse fenômeno também se faz presente na realidade brasileira, tornando-se mais visíveis nos governos Lula e Dilma, pois se por um lado o emprego formal foi ampliado de forma significativa, por outro nos deparamos com uma rotatividade extremamente elevada, em decorrência da flexibilização do trabalho e de um setor produtivo muito reduzido que absorve uma parcela ínfima de trabalhadores. Dessa forma, parte significativa dos trabalhadores tem migrado para o Comércio e o Setor de Serviços, que possuem vínculos mais instáveis, de caráter sazonal e, muitas vezes, terceirizados/subcontratados.

Esse fenômeno revela cada vez mais a substituição do trabalho vivo por trabalho morto, pois a força de trabalho perde cada vez mais espaço em meio ao emprego da tecnologia, com uma grande parcela migrando fortemente para o Setor de Serviços, enquanto outra parte convive com os empregos “flexíveis” ou enfrenta o desemprego estrutural, que tem crescido desde a reestruturação produtiva.

Outro fator importante analisado é o crescimento da subproletarização, em decorrência de múltiplas formas de trabalho que surgem na contemporaneidade do capitalismo avançado, como o trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado. O atual estágio do capitalismo está ancorado em um regime de acumulação predominantemente financeirizado, ou seja, os investimentos encontram-se inseridos na dinâmica do capital financeiro, através de um segmento

dos capitalistas que buscam valorizar capital-dinheiro sem investi-lo na esfera da produção de mercadorias. Sua rentabilidade se dá exclusivamente concentrando-os apenas na esfera financeira, não contribuindo para a geração de empregos.

Portanto, o aprofundamento da precarização do trabalho também se apresenta como resultante da mundialização financeira, que não promove a inserção dos trabalhadores no mercado produtivo, com postos de trabalhos mais estáveis e salários mais elevados. Os setores produtivos, e em tempo integral, estão sendo cada vez mais substituídos por trabalhos flexíveis, precários, com baixos salários e com cargas horárias bem diversas, a fim de atender aos novos setores em expansão, a exemplo dos setores de Serviço e Comércio, que são os que mais têm crescido desde a reestruturação produtiva, apresentando impactos tanto para os países de capitalismo central, quanto para países periféricos.

No Brasil, o ritmo de crescimento econômico brasileiro, experimentado durante os governos de Lula e Dilma, apresentou impactos positivos no mercado de trabalho do país, tais como: geração de empregos formais em todos os setores; melhoria nos rendimentos do trabalho; aumento da renda média; ampliação dos investimentos em políticas sociais; acesso ao consumo por um segmento da população que outrora esteve excluída. Dessa forma, esse período se apresenta como um momento de expansão do assalariamento, crescimento da renda, redução da pobreza, ampliação do consumo e do mercado formal de trabalho no país.

Mas apesar de haver clara ampliação do mercado formal de trabalho, a flexibilidade das relações trabalhistas se manteve e contribuiu para a elevação da rotatividade da força de trabalho que só cresceu, em todos os setores, durante o período analisado, além da ampliação dos contratos precários: terceirização/subcontratação, contratos por tempo determinado, prestação de serviço, trabalho autônomo, etc.

Dessa forma, no período dos governos Lula e Dilma não houve redução da precarização do trabalho existente no país, o que houve foi a combinação dos traços históricos da precariedade do trabalho com novos traços que vêm caracterizando o capitalismo global no contexto de reestruturação produtiva.

Percebemos assim que, apesar do saldo positivo, quanto à ampliação do mercado formal de trabalho no período dos governos Lula e Dilma, não houve redução da precarização do trabalho existente no país, visto que a rotatividade se manteve como uma característica desse mercado no atual contexto, favorecida pela flexibilização da legislação trabalhista iniciada nos anos de 1990.

Portanto, podemos confirmar nosso pressuposto que, apesar de ter havido uma maior inserção no mercado de trabalho brasileiro, no período dos governos Lula e Dilma, momento histórico de expansão do assalariamento e da renda no mercado de trabalho, tal inserção acontece através de vínculos instáveis, perante um contexto de ampliação da flexibilidade e rotatividade da força de trabalho, resultante da reestruturação produtiva do capital.

Assim, algumas características como a informalidade, o excedente de força de trabalho, os baixos salários, a desigualdade de rendimentos, a rotatividade continuam sendo problemas crônicos que atingem o mercado de trabalho brasileiro. A rotatividade revela a alta flexibilidade existente na legislação trabalhista, que facilita a contratação e demissão dos trabalhadores por parte dos empregadores privados e públicos, negando a tese que o mercado de trabalho brasileiro é muito rígido em decorrência de uma legislação paternalista que está sempre a favor do trabalhador. Apesar de a rotatividade estar presente em todos os segmentos de trabalhadores, ela atinge de forma mais perversa os trabalhadores mais jovens e de menor escolarização do segmento celetista.

Todo esse cenário apresenta implicações profundas para a própria organização e luta dos trabalhadores, em especial, aqueles que ocupam os vínculos de empregos mais precários, pois diante da forte heterogeneidade da estrutura ocupacional do país, com vários tipos de vínculo de trabalho, há uma dificuldade para a construção de uma representação mais ampla da classe trabalhadora, impedindo a organização sindical e a negociação coletiva e reforçando a redução dos direitos. Assim, os trabalhadores com vínculos mais precários, que se encontram cada vez mais fragmentados e ameaçados pela impossibilidade de inserção no mercado de trabalho, também são os que têm maior dificuldade para organização coletiva.

Os avanços nos indicadores positivos relacionados ao mercado de trabalho estiveram associados à dinâmica positiva da economia e ampliação das políticas sociais que promoveram o aquecimento da economia nacional e a elevação da renda. Mas quando o país entra num contexto de crise, esses indicadores são logo afetados, demonstrando que não estão assentados em bases sólidas.

Os governos Lula e Dilma buscaram estabelecer uma nova agenda de desenvolvimento para o Brasil, através de um Estado investidor que promoveu a indução do crescimento. Para tanto, foi realizado uma espécie de conciliação entre os interesses de classe, a fim de dar sustentação a esses governos, mas tal conciliação chega ao fim com a crise econômica de 2008, que trouxe sérias consequências para a economia brasileira, colocando um fim no processo de crescimento econômico que vinha contribuindo para a formalização do mercado de trabalho, desde 2003, e abrindo espaço para corrosão do pacto que dava sustentação aos governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores.

Apesar de todos os esforços do ex-presidente Lula para inibir os efeitos da crise, em 2011, já no governo de Dilma Rousseff, eles chegam ao Brasil, impondo sérias dificuldades ao projeto de crescimento do país. A crise atingiu os países do centro do capitalismo e também afetou o crescimento da economia chinesa, principal compradora das *commodities* brasileiras, produzindo queda nos preços no mercado mundial.

No início de 2013, o capital internacional e fração da burguesia a ele integrada iniciaram uma ofensiva política contra o governo Dilma. Devemos denominá-la uma ofensiva restauradora, porque seu objetivo era restaurar a hegemonia do neoliberalismo puro e duro. Essas forças viram no declínio do crescimento econômico a oportunidade de lutar contra as medidas de radicalização do neodesenvolvimentismo tomadas pela presidente Dilma – redução inusitada da taxa básica de juros, novas medidas protecionistas e depreciação cambial, entre outras. (BOITO JR., 2016, p. 28)

A crise promoveu na economia brasileira a queda do PIB (em 2015 teve queda de 3,8%), o aumento da inflação, crescimento da dívida pública, redução em investimentos e crescimento do desemprego. Esse contexto apresentou impactos diretos na geração e manutenção das vagas de trabalho no mercado formal. A crise econômica que o país enfrenta tem repercutido em todos os setores da economia e

apresenta dificuldade para manutenção dos empregos formais e outros ganhos sociais que a classe trabalhadora conseguiu conquistar até então.

Somam-se a isso os escândalos de corrupção dentro da base do governo que levaram a abertura da Operação Lava Jato; se abrindo uma crise política no país. A classe média, inconformada com a derrota nas eleições (cujo candidato que defendia era Aécio Neves do PSDB), toma às ruas em manifestações “contra a corrupção”, pedindo o *impeachment* da presidenta Dilma, através de um verdadeiro sentimento antipetismo.

Mesmo as investigações não apontando o envolvimento da então presidenta nos casos de corrupção, no final de agosto de 2016, através de um golpe midiático-jurídico-institucional-parlamentar que foi articulado entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e patrocinado pela burguesia nacional com o intuito de realizar um ajuste fiscal nos moldes neoliberais, Dilma foi destituída do cargo de Presidente da República, sendo acusada de realizar irregularidades contábeis, as chamadas “pedaladas fiscais”.

Dessa forma, a presidenta democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, foi substituída pelo seu vice, Michel Temer, representando uma estratégia para barrar as investigações de corrupção que envolvem os políticos dos dois partidos que estiveram à frente do golpe, tendo em vista as medidas adotadas logo após sua posse.

O arco de partidos oposicionistas instaurou, após o afastamento de Dilma, um governo interino repleto de denunciados, investigados e condenados pela justiça. O próprio presidente interino foi condenado por crime eleitoral e está inelegível por oito anos. De resto, as gravações do senador Romero Jucá comprovam que o objetivo de boa parte dos congressistas que votaram pelo impeachment era abafar a investigação da corrupção. (BOITO JR., 2016, p. 26)

O novo governo representa um prenúncio da volta do neoliberalismo ortodoxo que marcará a volta de políticas econômicas mais austeras para o Brasil, imprimindo mais ajustes e perdas de direitos para os trabalhadores.

O documento programático elaborado pelo PMDB em outubro de 2015, “Uma ponte para o futuro”, aponta para o caminho que trilhará o novo governo. O

referido documento tem por objetivo o resgate da agenda neoliberal para o país, representando a desconstrução dos direitos sociais presentes na Constituição Federal de 1988; o estabelecimento de um teto de gastos a partir da taxa de inflação do ano anterior com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que congelará os gastos sociais por vinte anos; maior abertura comercial, através do aumento da participação da iniciativa privada em todos os setores, representando o retorno das privatizações; e a desregulamentação da economia, através de maior liberdade para as negociações trabalhistas, em que o negociado prevalece sobre o legislado, representando o aniquilamento da CLT (PAULANI, 2016; SINGER, 2016)

O que vem agora é a velha receita para seduzir os mercados: ajuste fiscal ortodoxo; estímulos para aumentar a rentabilidade empresarial, sobretudo do setor financeiro; corte no investimento social (pejorativamente considerado como um 'gasto'), tudo para restaurar a confiança dos mercados, o que equivale a uma impossível tarefa de Sísifo, porque estes jamais confiam em outra coisa que não seja o crescimento de seus lucros. (BORÓN, 2016)

Todo esse contexto levou ao fim da hegemonia do projeto dos governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores, com o rompimento da conciliação dos interesses de classes, e coloca um fim ao ciclo de desenvolvimento vivido pelo país nos últimos anos, pondo em xeque os avanços obtidos nesses governos no que se refere às políticas sociais e a política pública de emprego, trabalho e renda.

[...] o fato é que se esgotou um ciclo. O modelo baseado na conciliação de interesses opostos, de avanços sociais sem mudanças estruturais, enfim, o amplo pacto capitaneado pelo petismo nesses treze anos chegou ao fim com o golpe de 2016. (BOULOS; GUMARÃES, 2016, p. 142)

Com o aumento do desemprego no país, que pode ser visto tanto pelos dados divulgados, quanto pelas promessas de austeridade do novo governo, haverá o fomento para a ampliação da superpopulação relativa flutuante, que pressionará para cima os índices de desemprego e, para baixo, os salários dos demais trabalhadores que se encontram inseridos no mercado formal de trabalho.

Por fim, ressaltamos que nosso estudo trata-se de uma aproximação ao objeto de pesquisa, o que significa dizer que não esgotamos a realidade, pois outros estudos poderão ser realizados e, obviamente, há limites no presente trabalho, podendo, no máximo, servir como aproximação à realidade, tendo em vista que

nada se exaure na realidade do saber baseado na reflexão, sobretudo, quando debruçada nos processos históricos sobre a busca pelo equilíbrio entre as forças de trabalho e os poderes dominantes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Projeto Editorial Práxis, 2014.

\_\_\_\_\_. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2 ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade et al. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. [S.n.]: Global Labour University Working Papers, Maio 2010. (Paper, 09). Disponível em: < [http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU\\_Working\\_Papers/GLU\\_WP\\_No.\\_9\\_portuguese.pdf](http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No._9_portuguese.pdf)>. Acesso: 5 outubro de 2016.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; LEONE, Eugênia T. Contribuição à previdência social e informalidade no mercado de trabalho. In: CESIT. *Política econômica e mercado de trabalho 2000/2006*. Campinas: IE/UNICAMP, maio/ago. 2007. (Carta Social e do Trabalho, 06). Disponível em:< <http://cesit.net.br/wp/wp-content/uploads/2014/11/Carta-Social-e-do-Trabalho-6.pdf>>. Acesso: 2 de setembro de 2016.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; KREIN, José Dari. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. In: *Caderno CRH* [Online]. Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, Maio/Ago. 2013.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). *Relatório Anual 2011*. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2011/relatorio\\_anual2011.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2011/relatorio_anual2011.pdf)> Acesso: 20 de fevereiro de 2017.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*. 2003. 234 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BARÓN, Atilio. *Dilma: capitulação e depois...* In: *Diário Liberdade*. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/outras-vozes/52885-dilma-capitulação-e-depois.html>> Acesso: 11 de novembro de 2016.

BOITO JR., Armando. A. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOULOS, Guilherme; GUIMARÃES, Vítor. Resistir ao golpe, reinventar os caminhos da esquerda. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 112. 2012. p. 754-803. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/08.pdf>>. Acesso: 22 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Célia Regina Tamoso (Org.). *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. A seguridade social na América Latina. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Célia Regina Tamoso (Org.). *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Carlos. O novo desenvolvimentismo. In: *Globalização e competição*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/Papers-cursos/Cap.3-Novo\\_desenvolvimentismo.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Papers-cursos/Cap.3-Novo_desenvolvimentismo.pdf)> Acesso em: 3 março de 2017.

\_\_\_\_\_. O novo desenvolvimentismo. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo: 2004. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/articles/2004/412.NovoDesenvolvimentismo.pdf>> Acesso em: 2 fevereiro de 2017.

CARCANHOLLO, Marcelo. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

\_\_\_\_\_. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. *O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro*. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012. Disponível em: <  
[http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/12.10.RodrigoCastelo-decadencia\\_ideologica.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/12.10.RodrigoCastelo-decadencia_ideologica.pdf)> Acesso: 14 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. *O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano*. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CASTRO, Jorge Abrahão de et al. *Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período de 1995-2010*. Brasília: IPEA, setembro de 2012. (Nota Técnica, n. 09). Disponível em:<  
[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/120904\\_notatecnicaadisoc09\\_apresentacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/120904_notatecnicaadisoc09_apresentacao.pdf)>. Acesso: 9 de novembro de 2016.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. *O Mercado de Trabalho em 2016: O Que Já Está Ruim Ainda Vai Piorar*. In: Temas de economia aplicada, Informações Fipe. Fev., 2016. Disponível em: <  
<http://downloads.fipe.org.br/content/downloads/publicacoes/bif/bif425-14-26.pdf>> Acesso: 15 outubro de 2016.

CHESNAIS, François. *O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*. In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; LIMA, Cláudia Rejane de. *Empresários e trabalhadores diante da regulamentação da terceirização: é possível um acordo mínimo?* In: DAU, Denise; RODRIGUES, Iram; CONCEIÇÃO, Jefferson (orgs). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho*. São Paulo: Annablume/CUT, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A hegemonia da pequena política*. In: Oliveira, Francisco de; Braga, Ruy; Rizek, Cibele (org.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

CUT/DIEESE. *Terceirização e desenvolvimento, uma conta que não fecha*. CUT/DIEESE: São Paulo, v. 1, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Terceirização e precarização das condições de*

*trabalho*: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. São Paulo: DIEESE, 2017. (Nota Técnica, n. 172)

\_\_\_\_\_. *Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro: 2002 a 2014*. São Paulo: DIEESE, 2016.

\_\_\_\_\_. *Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015: mercado de trabalho: livro 1*. São Paulo: DIEESE, 2015.

\_\_\_\_\_. *Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho*. São Paulo: DIEESE, 2014.

\_\_\_\_\_. *A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: DIEESE, 2012.

\_\_\_\_\_. *Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho*. São Paulo: DIEESE, 2011.

DRUCK; Maria das Graças; THÉBAUD-MONY, Annie. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK; Maria das Graças; FRANCO, Tânia (Org.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

DRUCK, Maria das Graças. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica - um estudo do Complexo Petroquímico da Bahia*. Campinas. 1995. 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

FONTES, Virgínia. Novas encruzilhadas e velhos fantasmas. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. *Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado*. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/03.pdf>>. Acesso: 14 de julho de 2017.

HARVEY, David. Do Capital à força de trabalho. In: \_\_\_\_\_. *Para entender o capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna*. Edições Loyola: São Paulo, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, v. 23. Brasília: IPEA, 2015.

\_\_\_\_\_. *Boletim Conjuntura em Foco*. Ano 4, n. 20. Brasília: IPEA, 2012.

GOMES, Cláudia Maria Costa. *Em busca do consenso: tendências contemporâneas no Serviço Social. Radicalidade democrática e afirmação de direitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GONZALEZ, Roberto et al. Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente. In: IPEA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, v. 2. Brasília: IPEA, 2009.

JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. O mercado de trabalho no Brasil dos anos 2000: o PAC como produtor de solidariedade. In: \_\_\_\_\_. *Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?* São Paulo: Editora UNESP/ Cultura Acadêmica, 2015.

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010b.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. V. 1, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MÉLO, Jéssica Maria de Souza. *Fim de ciclo de desenvolvimento no Brasil: perda de hegemonia dos governos Lula-Dilma e inflexão neoliberal frente aos direitos do trabalho*. 2016. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Notas Estatísticas Censo da Educação Superior 2014*. Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso: 9 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. *Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015*. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/docum>>

ents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec> Acesso: 9 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2015*. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default> > Acesso: 5 de novembro de 2016.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do; PERUZZO, Juliane Feix. O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e construção da Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

OFFE, Claus. A economia política do mercado de trabalho. In:\_\_\_\_\_. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão*. Caderno CRH [online]. Salvador, v. 28, n. 75, p. 545-567, Set./Dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000300007>>. Acesso: 8 de dezembro de 2016

OLIVEIRA, Sidinei rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. *Mercado de trabalho: múltiplos (des) entendimentos*. In: Revista de Administração Pública [online]. Rio de Janeiro, v. 45, n.5, p.1517-1538, 2011. ISSN 0034-7612. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000500012>>. Acesso: 6 de setembro de 2016.

OXFAM. Documento Informativo da Oxfam 210. *Uma economia para o 1%: como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido*. Disponível em: <[https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-summ-pt.pdf](https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-summ-pt.pdf)>. Acesso: 9 de outubro de 2016.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. Reestruturação produtiva e neoliberalismo: a ofensiva do capital sobre o trabalho. In: VIII Encontro de grupos de estudos e pesquisas marxistas: marxismo e lutas de classe no Brasil. João Pessoa: UFPB, 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzJeSf7hfK-qWGhpbzQxbnFCcXRkQ2ZKc1Eyc0x1R0FQQTE0/view>>. Acesso: 9 de dezembro de 2016.

POCHMANN, Márcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

\_\_\_\_\_. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). *Políticas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. Desempregados no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina. In: CASTELO, R. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. In: Revista de Serviço Social & Sociedade [online]. São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/04.pdf>>. Acesso: 4 de outubro de 2016.

SANTOS, Josiane Soares. *Particularidades da "questão social" no Brasil: mediações para seu debate na "era" Lula da Silva*. Revista Serviço Social & Sociedade [online]. São Paulo, n.111, p. 430-449, 2012. ISSN 0101-6628. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000300003>>. Acesso: 22 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. *Particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro*. 2008. 217 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Previdência social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização*. São Paulo: Cortez, 2012.

SINGER, André. Por uma frente ampla, democrática e republicana. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: \_\_\_\_\_. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.